



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

167ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 13 e 14 de maio de 2009.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

167ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 13 e 14 de maio de 2009

1 Aos treze e catorze dias do mês de maio de dois mil e nove teve início a Centésima Sexagésima
2 Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência
3 da Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular do
4 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Valdete de Barros Martins.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Membros Titulares e
6 Suplentes do CNAS: Conselheira Valdete Barros Martins, Ministério do Desenvolvimento Social e
7 Combate à Fome – MDS; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério do
8 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz -
9 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Conselheiro Daniel Pitangueira Avelino -
10 Ministério da Educação; Conselheira Edna Aparecida Alegro - MTE e MF; Conselheira Tânia Mara
11 Garib, Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS; Vice-
12 Presidente e Conselheiro Pe. Nivaldo Luiz Pessinatti - Confederação Nacional de Bispos do Brasil –
13 CNBB; Conselheiro Antônio Celso Pasquini - União Social Camiliana; Conselheira Irmã Rosa
14 Maria Ruthes - Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo; Conselheiro Renato Saidel
15 Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite - Federação Espírita
16 Brasileira; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari - Associação para Valorização e Promoção de
17 Excepcionais – AVAPE; Conselheira Marisa Fúria Silva - Associação Brasileira de Autismo –
18 ABRA; Conselheiro Mizael Conrado de Oliveira, União Brasileira dos Cegos – UBC; Conselheiro
19 João Carlos Carreira Alves, Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos; Conselheira
20 Maria Dolores da Cunha Pinto – Federação Nacional das APAES – FENAPAE; Conselheiro
21 Samuel Rodrigues - Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira Margareth Alves
22 Dallaruvera - Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Conselheiro Edivaldo da Silva
23 Ramos - Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDV; Conselheiro
24 Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho - Federação Nacional dos Trabalhadores das Instituições
25 Beneficentes Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF; Conselheiro Frederico Jorge de Souza
26 Leite - Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; e, Conselheiro Josenir Teixeira - Ordem
27 dos Advogados do Brasil - OAB. **ABERTURA.** O senhor Presidente em exercício abriu a Reunião,
28 informando que a Comissão Organizadora da Conferência ainda estava reunida, procedendo à
29 chamada para o quorum, pela Secretária Executiva, Sra. Cláudia Sabóia: Conselheiros Titulares e na
30 titularidade presentes: Conselheiro Pessinatti; Conselheira Edna; Conselheira Verônica; Conselheira
31 Margareth; Conselheira Dolores; Conselheiro José Geraldo; Conselheiro José Crus; e, Conselheiro
32 João Carlos, na titularidade. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Samuel; Conselheira
33 Rosa; Conselheira Marisa; e, Conselheiro Sérgio Wanderly. O senhor Presidente em exercício
34 indagou se havia algum questionamento sobre a Ata da Reunião da Ata da Centésima Sexagésima
35 Sexta Reunião Ordinária, observando que o Conselheiro José Geraldo enviou uma contribuição,
36 sendo contemplado. A Conselheira Maria Dolores observou pequenas correções na sua fala mas
37 dando por aprovada a Ata. Em não havendo mais nenhuma colocação, a Ata da Centésima
38 Sexagésima Sétima Reunião Ordinária foi aprovada pelos Conselheiros presentes. Prosseguindo,
39 passou à leitura da Pauta: **Dia 13.05.2009 - Manhã: 10h às 10h15min:** Aprovação da Ata da 166ª

40 Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta; **10h15min às 10h45min:** Informes da Presidência,
41 Secretaria Executiva, Conselheiros, MDS e CIT; **10h45min às 12h:** Plenária: Julgamento de
42 Processos de Importação; **12h30 min às 13h:** Câmara de Julgamento de Processos de Importação.
43 **Tarde: 14h às 16h:** Relato da Comissão de Financiamento; **16h às 18h:** Relato da Comissão de
44 Normas. **Dia 14.05.2009 – Manhã: 09h às 12h:** Relato da Comissão Organizadora; **14h às 17h:**
45 Relatos das Reuniões Ordinária e Extraordinária da Comissão de Política; **17h às 18h:** Relato da
46 Presidência Ampliada. **INVERSÃO DE PAUTA.** O Conselheiro Geraldo indagou se a Comissão
47 Organizadora não poderia fazer a apresentação nesse dia, ao que o senhor Presidente em exercício
48 inquiriu sobre o posicionamento da Plenária, que aprovou a apresentação do relato da Comissão
49 Organizadora de 16h a 18h. O Conselheiro Frederico comunicou ter conhecimento do conteúdo da
50 reunião da Presidência Ampliada, onde trataram da inversão do PL SUAS e que no dia seguinte à
51 tarde haveria visita às lideranças na Câmara, não vendo espaço na Pauta, indagando como ficaria
52 essa questão. O senhor Presidente em exercício informou que estava dependendo do agendamento
53 na Câmara e que se pautaria se houvesse resposta até o início da tarde. O Conselheiro Frederico
54 passou a fundamentar a proposta, relatando que houve conhecimento na Comissão de Política de
55 que a votação do PL SUAS seria na Comissão de Seguridade Social na próxima quarta-feira, com o
56 Conselho tendo como estratégia a perspectiva de fazer uma visita às lideranças para garantir a sua
57 votação e aprovação. O senhor Presidente em exercício sugeriu adiantar o relato da Comissão
58 Organizadora e da Comissão de Normas, encerrando com o relato da Presidência Ampliada e em
59 seguida ir para a Câmara, mas por enquanto continuaria como estava pautado. A Secretária
60 Executiva passou a nominar os Conselheiros que não haviam sido chamados na primeira chamada:
61 Conselheiro Geraldo, Conselheiro Frederico, Conselheira Renata, Conselheiro Clodoaldo,
62 Conselheiro Renato de Paula, Conselheiro Edivaldo, Conselheiro Charles, Conselheira Heloísa, e,
63 Conselheiro Renato Saidel. Prosseguindo, passou aos Informes: “**Ausências Justificadas:** -
64 *Conselheira Tânia, no dia 16 de abril, na Reunião Ordinária e no dia 17 de abril na Reunião*
65 *Extraordinária da Comissão de Política, em razão de problemas de doença na família;* -
66 *Conselheiro Josenir, no dia 22, na Reunião Extraordinária da Comissão de Normas, por motivo de*
67 *viagem profissional para o Pará;* - *Conselheira Valdete, no dia 17 de abril, na Reunião*
68 *Extraordinária da Comissão de Política, por motivos de saúde;* - *Conselheiro Celos Pasquini, no*
69 *dia 12, dia de ontem, em razão de consulta médica;* - *Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, no dia*
70 *11, na Reunião Extraordinária da Comissão de Política, por motivos profissionais;* - *Conselheiro*
71 *Misael, nos dias 12, 13 e 14, em razão de compromissos profissionais;* - *Conselheira Valdete, no*
72 *dia 11, na Reunião Extraordinária da Comissão de Política, em virtude de compromissos*
73 *profissionais em sua cidade de origem e no dia 14, no dia de amanhã, por questões familiares.* -
74 *Conselheira Rose, no dia anterior, em razão de viagem a serviço e informando que nesse dia por*
75 *problemas de saúde;* - *O Conselheiro Lúcio informou que estava chegando;* - *Conselheira Tânia*
76 *Garib, nos dias 13 e 14 de março, em razão de agenda profissional com o governador de Mato*
77 *Grosso do Sul;* - *Conselheiro Josenir nos dias 12, 13 e 14, na Reunião Ordinária, devido a*
78 *compromissos profissionais;* - *Conselheiro José Geraldo, na tarde do dia 14, em virtude de*
79 *compromissos institucionais;* - *Conselheiro José Geraldo, na tarde de amanhã, em virtude de*
80 *compromissos institucionais;* - *Conselheira Margareth no dia 11, na Reunião Extraordinária da*
81 *Comissão de Política, em razão de indisponibilidade de vôo para a manhã daquele di e nesse dia*
82 *nos dois períodos. Tínhamos informado às 10:45, mas ela vai se retirar para o Senado mais ao*
83 *final da manhã;* - *Conselheiro Edval, nos dias 12, 13 e 14, em razão de compromissos profissionais*
84 *na cidade de Belém;* - *Conselheiro Samuel , no dia seguinte, no período da manhã em razão de*
85 *visita ao espaço onde vai acontecer o Encontro de População de Rua.* **E-mails enviados:**
86 *Resolução nº 36, publicada no Diário Oficial no dia 28 de abril, que revoga a Resolução nº 22*

87 refere às orientações de para regulamentação do Art. 3º da LOAS, especificamente sobre as
88 inscrições nos Conselhos Municipais, ou seja, restabelece o anexo I da Resolução nº 191; Pauta;
89 relatório de sistematização da Reunião Ampliada; encaminhamento pela Presidência Ampliada;
90 Boletim do Ministério sobre as Conferências. **Participação do CNAS nos eventos:** Confederação
91 Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social da CUT enviou convite à Presidente para
92 participar da Reunião de Direção, no dia 29 de abril, em São Paulo, participando na qualidade de
93 palestrante sobre a posição do CNAS perante as transformações em curso na Assistência Social e
94 os Projetos de Lei 3021 e 3077. A Secretaria Nacional de Assistência Social enviou convite para
95 participação na Oficina Sobre Serviços de Proteção da Política de Assistência Social a Pessoas
96 Idosas e Pessoas com Deficiência, nos dias 23 e 24 de abril, em Brasília, e o CNAS foi
97 representado pelos Conselheiros Edivaldo, João Carlos, Carlos Eduardo Ferrari, Maria Dolores,
98 Marisa Fúria, Misael e Samuel. O Conselho Estadual de Assistência Social de Mato Grsso enviou
99 convite à Presidente para participar da Capacitação de Conselheiro Municipais e a Presidente
100 participou na qualidade de palestrante sobre as Orientações para as Conferências. Participações
101 nas Descentralizadas, nos diversos estados. **Site:** Atualização do site com legislações, uma caixinha
102 nova que nós abrimos que é “Capacitação e Boas Práticas”, porque antes só tinha “Boas
103 Práticas”. O TCU nos recomendou recentemente que colocássemos o nome “Capacitação e Boas
104 Práticas” e que tivesse link com a Política, com a NOB, com vários documentos para facilitar a
105 visibilidade daqueles que vão consultar o site. Então este é um dos informes importante aqui no
106 site. **As audiências realizadas pela equipe da Secretaria Executiva e os comunicados.** O douto
107 José Luis Telles, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso enviou e-mail justificando
108 a impossibilidade de participar na Reunião Ampliada no dia 13, em razão de compromissos com o
109 Ministério da Saúde. A Coordenação de Apoio aos Conselhos enviou, no dia 30 de abril, e-mail aos
110 Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal com o Informe nº 02 referente às
111 Orientações para Distribuição de Delegados para a Conferência. A Presidente do Conselho
112 Estadual de Assistência Social de Mato Grosso enviou e-mail à Coordenação de Conselho
113 agradecendo a presença da Presidente Valdete na Capacitação de Conselheiros Municipais,
114 realizada naquele Conselho. Conselheiros Estaduais. O Conselheiro José Geraldo enviou e-mail
115 solicitando correção na ata. A Secretaria Executiva, de ordem da Presidente enviou ofício aos
116 Conselhos Estaduais solicitando a data das Conferências de Assistência Social, calendário das
117 Conferências Municipais, que já estão agendadas e também um relatório de avaliação das
118 Reuniões Descentralizadas e Ampliadas, conforme foi deliberado por esta Plenária. A Secretaria
119 de Estado do Trabalho, da Habitação e Assistência Social do Rio Grande do Norte comunicou ao
120 CNAS sobre o adiamento do Encontro Estadual de Prefeitos, Gestores, Conselheiro e
121 Trabalhadores da Assistência Social, programado para o dia 8 de maio, em razão de problemas
122 enfrentando naquele estado por causa das enchentes. São estes os informes. E quero informar
123 também que nós adquirimos novos equipamentos de som. Os microfones chegaram fora da
124 especificação e estão sendo trocados, mas a mesa de som já era nova”. A senhora Presidente
125 cumprimentou aos presentes, informando estar na reunião da Comissão Organizadora e registrando
126 a presença do Conselheiro Lúcio. Continuando, passou aos **Informes.** - **MDS** – O Conselheiro
127 Renato de Paula passou a relatar os informes do MDS: “No dia cinco de maio foi realizada uma
128 reunião entre CONGEMAS, FONSEAS, Secretaria de Renda e Cidadania para discutir e pactuar a
129 etapa de expansão do Programa Bolsa Família. No final da reunião foi elaborada uma nota, que
130 depois o Charles pode falar, que vai ser disponibilizada no site do CONGEMAS. Com relação à
131 reprogramação e oferta de ProJovem Adolescente, o MDS disponibilizou no SUASweb o Termo de
132 Adesão, para adesão dos novos municípios que vão ter que fazer reprogramação. Enfim, vão aderir
133 nesta nova etapa, que vai até 30 de junho, este Termo de Adesão já está disponível também no site.

134 *Já foi dado o informe aqui de que em 2009 foi reiniciado o processo da segunda etapa das*
135 *capacitações do ProJovem Adolescente. Até agora foram realizadas 10 capacitações em 10 estados*
136 *e o processo da segunda etapa sofreu um break para rearranjo dos cronogramas, mas assim que*
137 *isto for feito as capacitações do ProJovem continuam. Também com relação ao monitoramento da*
138 *expansão do PAIF, quero dizer que terminou no dia 15 de maio o prazo para os municípios*
139 *preencherem o questionário de expansão. 119 municípios fizeram o aceite para o co-financiamento*
140 *de 175 CRAS da segunda e terceira fase, que é aquela expansão do Pronasci, dos CRAS relativos*
141 *ao território e cidadania. Não sei se o Samuel vai falar disto, mas só para falar que ficou*
142 *confirmado para os dias 19 e 20 de maio a realização do Encontro Nacional de População em*
143 *Situação de Rua. Também no dia 4 de maio saiu a portaria que fixou os prazos de envio do Plano*
144 *de Ação de 2009 e o Demonstrativo de 2008. Com relação ao Piso Básico de Transição, foi*
145 *pactuado na CIT, além de todas as orientações que serão dadas aos municípios para fazer o*
146 *planejamento dos recursos do Piso Básico de Transição. Foram pactuadas na CIT algumas opções*
147 *que os municípios terão com relação a esta transição, sendo elas a primeira a oferta de expansão*
148 *do PAIF nos CRAS, a segunda oferta de serviços de convivência e de fortalecimento de vínculo de*
149 *zero a seis e para idosos e a terceira a oferta de serviços relacionados ao ProJovem Adolescente,*
150 *portanto, de quinze a dezessete. Seriam estas as opções que os municípios teriam no processo de*
151 *reordenamento do serviço com os recursos do Piso Básico de Transição”. CIT. O Conselheiro*
152 *Geraldo observou que as colocações feitas pelo Conselheiro Renato de Paula traduziam o que havia*
153 *sido discutido na CIT. **Informe dos Conselheiros.** A Conselheira Dolores manifestou que gostaria*
154 *de fazer um apelo para os Conselheiros de uma forma geral olhar o impacto da Portaria nº 2867/08,*
155 *do Ministério de Saúde, que transferia para os estados as despesas para atendimento de*
156 *fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, das pessoas com deficiência. Destacou a preocupação de*
157 *que esse recurso ficasse no extra-teto do SUS, afetando as pessoas com deficiência e o público da*
158 *Assistência Social, solicitando a abertura de um estudo sobre a situação. Prosseguindo, observou*
159 *que gostaria de cumprimentar o senador Flávio Arns dessa Plenária, que havia feito essa*
160 *interrogação no Plenário no Congresso. O Conselheiro Ferrari colocando que representava no CNAS*
161 *o segmento de Usuários através da AVAPE, comunicou a mudança de razão social da Entidade, que*
162 *se passaria a chamar Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência - AVAPE,*
163 *comunicando a inauguração de mais duas Entidades, em Belém do Pará e em Piracicaba, São Paulo.*
164 *O Conselheiro Renato Saidel informou a participação em uma reunião do Secretário com a*
165 *Sociedade Civil, no município de Guarulhos, onde apresentou o diagnóstico do município e*
166 *convidou esse segmento para participar da elaboração da Plano Municipal. A Conselheira Dolores,*
167 *complementando sua explanação, observou que gostaria que a Portaria nº 2867/08, do Ministério de*
168 *Saúde, fosse pauta para discussão na Comissão de Política, com a senhora Presidente indicando*
169 *como Pauta dessa Comissão. O Conselheiro Frederico passou a se referir sobre a data para*
170 *realização do Congresso da Federação Nacional dos Psicólogos, nos dias 28, 29 e 30 de agosto, no*
171 *Hotel Atibainha, Atibaia, São Paulo, solicitando sua divulgação pelo CNAS. O Conselheiro Samuel*
172 *informou a haver participado da última reunião da União dos Conselhos da Região Metropolitana*
173 *de Belo Horizonte, falando sobre a participação do Usuário em Conselhos, sendo convidado a*
174 *participar da Conferência Municipal de Belo Horizonte e de Contagem. Que o Ministério da Saúde*
175 *havia promovido um Seminário chamado “Diversidade de Sujeitos e Igualdade de Direitos no*
176 *SUS”, de 8 a 11, estando presentes, além da população de rua, quilombolas, ribeirinhas, ciganos,*
177 *índios e outros convidados discutindo a questão do SUS. Relatou que na noite anterior havia sido*
178 *entregue para o Ministro da Saúde um documento chamado Carta de Brasília, onde esse movimento*
179 *se posicionava nas suas dificuldades e potencialidades diante dessa questão da Saúde. Informou o*
180 *Encontro da População de Rua, dias 19 e 20 de maio, com convite para o MDS, na Academia de*

181 Tênis Resort, no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 4, em Brasília. A Conselheira Marisa,
182 complementando o colocado pela Conselheira Dolores, colocou que essa portaria também
183 prejudicava as pessoas com autismo, porque era uma verba extra-teto que ia para estados e
184 municípios e que seria diminuída. Informou que em março de 2010 aconteceria a I Conferência
185 Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Saúde e Seguridade Social, que havia
186 sido do Fórum Social Mundial de Saúde de Nairóbi, no Quênia, sendo que o Fórum Social Mundial
187 de Saúde e o Fórum Social Mundial, que haviam acontecido em 2007 não haviam acontecido em
188 2008, sendo realizado em 2009. Complementando, o Conselheiro Renato de Paula esclareceu o
189 porquê de não ter colocado esse informe na Pauta, colocando que quando o convite chegasse ao
190 CNAS, havia que discutir o assunto, se apropriar e ver como se participaria, designando os
191 Conselheiros. A senhora Presidente esclareceu que quando o convite chegasse, o Conselho
192 discutiria como seria a sua representação na organização e participação deste evento. A Conselheira
193 Heloísa informou que o FONSEAS estaria realizando o seu Encontro em Bonito, Mato Grosso do
194 Sul, nos dias 27 e 28, com uma das Pautas sendo a questão da Conferência, trabalhando para
195 mobilização com os gestores estaduais em relação à sua contribuição para as Conferências
196 Municipais e para a própria Conferência Estadual e Nacional. A Conselheira Edna relatou que havia
197 representado o CNAS na Reunião Ampliada do Estado do Ceará, Fortaleza, nos dias 27 e 28 de
198 abril. A Conselheira Margareth lembrou aos Conselheiros e ao Colegiado que dia 15 se
199 comemorava o Dia do Assistente Social, esperando que o Colegiado se manifestasse em relação à
200 profissão observando, também, que se esperava que saísse algum benefício para a categoria. Que,
201 aproveitando esta Semana do Assistente Social, a Federação, no CNAS e no Senado, havia pegado
202 todos os Projetos de Lei de interesse da categoria e discutiriam o tema no Congresso na sexta-feira.
203 A senhora Presidente cumprimentou a todos os Assistentes Sociais, categoria que muito contribuía
204 como o desenvolvimento das Políticas Sociais. O Conselheiro Edivaldo agregou que, com relação
205 ao colocado pela Conselheira Margareth, se poderia tomar alguma medida para ver qual o
206 encaminhamento do Conselho com relação ao assunto. A senhora Presidente sugeriu que os
207 Conselheiros Renato e Margareth, escrevessem e o Pleno aprovasse uma nota, sendo esse o
208 encaminhamento. O Conselheiro Geraldo relatou que havia representado o CNAS na Ampliada do
209 Estado da Bahia, em Salvador, sendo um dos maiores encontros que já havia participado, com uma
210 participação efetiva, o que havia deixado registrado na Comissão Intergestora Tripartite. Registrou,
211 também, a grande importância da participação dos técnicos do MDS no esclarecimento de muitas
212 questões, sugerindo que se fizesse uma discussão para que essa participação se tornasse mais
213 permanente e costumeira junto aos estados e municípios. O Conselheiro José Crus registrou que o
214 MDS esteve presente em todas as Reuniões Ampliadas dos Conselhos Estaduais, fazendo um
215 balanço dessa participação e informando, até o momento, a presença de 3058 Conselhos Municipais
216 nas Reuniões Ampliadas dos Conselhos Estaduais em um total de 6085 participantes. Que sob a
217 coordenação do Ministro pela primeira vez o MDS estava dialogando com os Conselheiros
218 Municipais, oportunidade que não se poderia perder. Prosseguindo, a senhora Presidente passou à
219 Secretária Executiva para fazer a leitura das presenças, que antes informou que o Conselho havia
220 firmado contrato para tradução de libras e que a Comissão de Seguridade foi contactada,
221 aguardando retorno sobre a possibilidade daquela agenda que havia sido solicitada. **Convidados**
222 **presentes:** Dr. José Reinaldo, escritório de advocacia; Soledade Queiroz Mendes; Jamile Nunes, da
223 COVAP, da Sociedade dos Advogados; Júlio César, da COVAP, da Sociedade dos Advogados;
224 Rosilene Magalhães, do Gabinete do Senador Flávio Arns; Annemarie, do Conselho Estadual de
225 São Paulo; Lenil, do Conselho Estadual de Mato Grosso; Edilar, do Conselho Estadual do Rio
226 Grande do Sul; Jesse do CAIS, do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; Maria
227 Cristina, do FONACEAS, Presidente do FONACEAS e do Conselho Estadual de Pernambuco; e,

228 Maria Joaquina do Conselho Estadual de Goiás. O Conselheiro Edivaldo cumprimentou o Conselho
229 pelo reconhecimento da necessidade de um intérprete de libras em suas ações. O Conselheiro
230 Frederico relatou que receberam o informativo do Ministério em relação às ações que estavam
231 sendo implementadas em Santa Catarina, havendo uma situação semelhante ou pior em vários
232 estados do Nordeste, Maranhão, Ceará e parte de Belém do Pará. Que gostaria que o Conselho
233 tivesse sensibilidade para se acompanhar essas ações nesse estado, com a situação bem deplorável a
234 nível bacteriológico me parece que a situação é bem deplorável. Tanto na imprensa a gente vê que o
235 nível das ações é mínimo e as famílias que lá se encontram estão em situação muito precária. A
236 senhora Presidente destacou que da mesma forma como haviam procedido com a situação de Santa
237 Catarina, mantendo contato com os Conselhos Estaduais e Municipais das cidades mais atingidas,
238 poderiam atuar nessa situação, não sabendo se o MDS estaria acompanhando, consultando os
239 Conselheiros José Crus e Renato sobre esse posicionamento, com a Comissão de Conselhos e a
240 Secretaria Executiva dando o respectivo encaminhamento após o término da Plenária. O
241 Conselheiro Clodoaldo relatou que na imprensa havia saído que os recursos destinados a Santa
242 Catarina não haviam chegado, sendo oportuno saber o que estaria acontecendo e se de fato procedia
243 essa informação. A senhora Presidente colocou como encaminhamento que até o final da tarde do
244 dia seguinte se houvesse mais informações, se poderia retornar o assunto para a Plenária e ser
245 emitido algum documento. Continuando, passou para o **Item Julgamento de Processos de**
246 **Importação.** Informou que a relação dos processos se encontrava na Pauta, com a Secretária
247 Executiva informado que os correspondentes aos Conselheiros relatores Edivaldo e Carlos, haviam
248 sido encaminhados por e-mail; os processos que estavam em Plenária eram da relatoria da
249 Conselheira Heloísa, do Conselheiro Charles, do Conselheiro Misael, e na sua ausência o
250 Conselheiro João Carlos na titularidade, ausência justificada pelo Conselheiro Misael. Conselheiro
251 Frederico, Conselheira Maria Dolores, Conselheiro Renato Saidel e Conselheira Verônica.
252 Informou que existia inicialmente na Pauta a distribuição de um processo para o Conselheiro
253 Pessinatti e que a Comissão de Normas havia redistribuído, apresentando na forma do Regimento o
254 comunicado de impedimento de julgamento do processo da Missão Salesiana por conta de vínculo
255 institucional. Esclareceu que o rito de julgamento era de conhecimento de todos, com a senhora
256 Presidente solicitando à Conselheira Heloísa o relato: “*Processo de nº 71010.009790/2008-83. E o*
257 *processo de reconsideração é o 71010.001107/2009-41. Assunto: Manifestação Sobre a Natureza*
258 *do Bem a Ser Importado e a Habilitação da Entidade. Requerente: Ação Social Comunitária do*
259 *Lageado Joilson de Jesus, cujo CNPJ é 57.060.204/0001-35. Endereço: Estrada do Lageado Velho*
260 *nº 533 – Guianazes, Cidade de São Paulo. E o relatório é do seguinte conteúdo: Trata-se de pedido*
261 *de RECONSIDERAÇÃO do Indeferimento de MANIFESTAÇÃO SOBRE A NATUREZA DO BEM A*
262 *SER IMPORTADO E HABILITAÇÃO DA ENTIDADE protocolado em 25/03/2009 e formalizado*
263 *sob o nº 71010.001107/2009-41. Parecer Técnico do CNAS nº 0015/2009. O processo originário é*
264 *o de nº 71010.008383/2008-59. E o processo de reconsideração é o 71000.033382/2009-42. O*
265 *assunto é MANIFESTAÇÃO SOBRE A NATUREZA DO BEM A SER IMPORTADO E*
266 *HABILITAÇÃO DA ENTIDADE. Requerente: Ação Social Comunitária do Lageado Joilson de*
267 *Jesus, cujo CNPJ é 57.060.204/0001-35. Endereço: Estrada do Lageado Velho nº 533 – Guianazes,*
268 *Cidade de São Paulo. Trata-se de pedido de RECONSIDERAÇÃO do Indeferimento de*
269 *MANIFESTAÇÃO SOBRE A NATUREZA DO BEM A SER IMPORTADO E HABILITAÇÃO DA*
270 *ENTIDADE protocolado em 25/03/2009 e formalizado sob o nº 71000.033382/2009-42, pela*
271 *entidade AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO LAGEADO JOILSON DE JESUS. Os bens recebidos*
272 *são procedentes/originários da Alemanha, doados pelo Begeca, entidade com sede na cidade de*
273 *Aachen, República Federal da Alemanha, tendo como local de desembarque Porto de Rio Grande,*
274 *não informado o número do conhecimento marítimo nem o número do container em virtude da*

275 *mercadoria não ter sido embarcada, com estimativa de peso de 6.000 Kg e com valor financeiro*
276 *estimado em US\$ 6.342,59, conforme carta de doação datada em 02/09/2008 e requerimento,*
277 *documentos constantes em fls. 07 e 02, respectivamente, do processo originário. Relação dos bens*
278 *a serem recebidos como doação: 50 pacotes de tecidos com roupas de cama e mantas e 450*
279 *pacotes de tecido com roupas usadas, que serão destinadas ao atendimento de crianças,*
280 *adolescentes e jovens carentes assistidos nos diversos programas sociais mantidos pela Entidade,*
281 *conforme Declaração fls. 03, do processo originário. O Conselho Nacional de Assistência Social –*
282 *CNAS, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Lei nº 4.917, de 17 de dezembro de 1965,*
283 *examinando o processo originário nº 71010.008383/2008-59, decidiu INDEFERIR o pedido de*
284 *Manifestação sobre a Natureza do Bem a ser Importado e a Habilitação da Entidade, CONFORME*
285 *a Resolução nº 18, de 18/02/2009, publicada no DOU em 5/3/2009, com os seguintes fundamentos:*
286 *Parágrafo único, art. 3º da Resolução /CNAS nº 173/2005 (Toda a documentação deverá constar*
287 *em nome da entidade mantenedora, podendo a mesma repassar os bens recebidos como doação a*
288 *seus estabelecimentos mantidos, desde que conste o nome e endereço na declaração de destinação*
289 *dos bens referidos no inciso V, deste artigo). Junto com o requerimento de Reconsideração (fls.*
290 *02), foram encaminhados os seguintes documentos: Declaração (fls. 03). Plano de Aplicação da*
291 *Mercadoria (fls. 04/05). É o Relatório. Fundamentação. Consta-se que a entidade ingressou com o*
292 *pedido de Reconsideração, em 25/03/2008, dentro do prazo estabelecido pelo art. 45 da Resolução*
293 *nº 53, de 31 de julho de 2008, publicada no DOU do dia 12 de agosto de 2008 – Regimento Interno*
294 *do CNAS, conforme comprovante de expedição do Ofício/CNAS/PUB nº 21, datado em 05/03/2008.*
295 *Tem um erro de digitação, está 050. Comunicando o Indeferimento do Pedido, fls. 38 do processo*
296 *originário, pois o pedido foi protocolizado em 25/03/2009. O Aviso de Recebimento (AR) não foi*
297 *devolvido pelo Correio. Dos documentos apresentados, constata-se que a entidade atendeu*
298 *integralmente as exigências do Parágrafo Único do art. 3º da Resolução nº 173/2005,*
299 *apresentando na Declaração a relação das entidades mantidas: atendimento realizado em 2008 e*
300 *previsão para 2009 contendo: nome, endereço completo com CEP, quantia destinada a cada*
301 *Unidade Operacional, número de atendimento por faixa etária, fls. 05. Conclusão. Com base na*
302 *análise dos documentos apresentados nos autos, conclui-se que se trata de entidade de assistência*
303 *social e a destinação dos bens a serem importados, bem como a documentação apresentada estão*
304 *de acordo com a legislação em vigor. Por essa razão, o Serviço de Registro e Certificado sugere ao*
305 *Colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social o DEFERIMENTO do pedido de*
306 *RECONSIDERAÇÃO apresentado pela entidade AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO LAGEADO*
307 *JOILSON DE JESUS, por ATENDER aos requisitos previstos na Lei nº 4.917/1965, no artigo 3º da*
308 *Lei nº 8.741/1993, Decreto nº 6.308/2007 e da Resolução CNAS nº 173/2005”. A senhora*
309 *Presidente, em não havendo discussão, passou ao voto da relatora, Conselheira Heloísa:*
310 *“Considerando as motivações contidas no Parecer Técnico elaborado pelo Serviço de Registro e*
311 *Certificado, lavrada na forma do disposto no art. 36 e do parágrafo único do art. 38 da Resolução nº*
312 *53, de 31 de julho de 2008, publicada em Diário Oficial da União em 12 de agosto de 2008, que*
313 *aprova o novo Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência Social, cujos fundamentos*
314 *fáticos e legais adoto com razões de decidir, e acolho como parte integrante desta decisão, como se*
315 *transcritos fosse, voto no sentido de deferir o pedido de Reconsideração de Importação da entidade*
316 *acima nominada, a saber, Ação Comunitária do Lageado Joilson de Jesus”. Na sequência, a*
317 *Secretária Executiva passou à votação dos demais Conselheiros: Conselheiro Carlos Ferrari: “voto*
318 *com a relatora”; Conselheiro Renato Saidel: “com a relatora”; Conselheiro Lúcio. Peço que o*
319 *Colegiado me ajude, por favor”; Conselheiro Lúcio: “com a relatora”; Conselheiro Geraldo está*
320 *ausente, neste momento, da sala”; Conselheira Edna: “com a relatora”; Conselheira Valdete: “com a*
321 *relatora”; Conselheiro Charles: “igualmente, com a relatora”; Conselheiro Frederico: “com a*

322 relatora”; Conselheira Maria Dolores, no microfone, Conselheira, por favor: “com a relatora”;
323 Conselheiro Renato de Paula: “me abstenho”; Conselheira Renata Rodrigues: “com a relatora”;
324 Conselheiro José Crus: “com a relatora”; Conselheira Verônica: “com a relatora”; Conselheiro
325 Pessinatti: “com a relatora”; Conselheiro José Geraldo: “com a relatora”; Conselheiro João Carlos:
326 “acompanho o voto do relator”. A senhora Presidente computou quinze votos pelo deferimento,
327 incluindo o voto da relatora, e uma abstenção, passando ao próximo processo. A Secretária
328 Executiva informou que não havia chamado os Conselheiros Margareth e Geraldo por se
329 encontrarem ausentes no momento, mas estando presentes na primeira chamada, observando que
330 essa contagem poderia parecer estranha na degravação. Esclareceu que não era preciso o
331 instrumento do voto ser lido, conforme o Regimento, sendo necessária a manifestação da
332 Conselheira e se o seu voto acompanhava a decisão do Parecer Técnico. A senhora Presidente
333 chamou o Conselheiro Charles, que passou a relatar “*Processo 71010.009785/2008-71. Sociedade*
334 *Cultural Recreativa e Beneficente São João Bosco, de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Refere-se à*
335 *Reconsideração do indeferimento de Manifestação Sobre a Natureza do Bem a ser Importado e a*
336 *Habilitação da Entidade, que foi seu protocolo no dia 17 de março passado, e formalizado sob*
337 *aquele número, sob o nº 71010.001099/2009-32 pela referida entidade, que é a Sociedade Cultural*
338 *Recreativa e Beneficente São João Bosco. Os bens recebidos são precedente-originários da*
339 *Alemanha, doados pela SAMMELZETRALE AKTION HOFFNUNG, tendo como local de*
340 *desembarque Porto do Rio Grande, RS, não informado o modo com será transportada, nem o*
341 *número do marítimo/aéreo, nem o número do container, com estimativa de peso de 11.820 Kg em*
342 *roupas usadas e 80 Kg de bonecos de pelúcia usados, com valor financeiro estimado de US\$*
343 *2.891,70, ou Euros 2.140,00, conforme carta de doação datada de 13/10/2008 e requerimento,*
344 *documentos constantes às fls. 29/33 e 02. Bens a serem recebidos são: 63 fardos e 4 sacos com*
345 *roupas usadas e 10 sacos com bichos de pelúcia usados. De acordo com o Termo de*
346 *Responsabilidade, fls. 25, do processo originário e 27 do processo de Reconsideração que os bens*
347 *recebidos serão distribuídos a pessoas carentes, no Estado do Rio Grande do Sul, através da*
348 *Entidade. Os motivos que levaram ao indeferimento anterior são que não tinha declaração firmada*
349 *pelo dirigente da entidade de que os bens recebidos como dação destinam-se a uso próprio ou*
350 *distribuído gratuita, vedados a comercialização ou transferência para terceiros com o objetivo de*
351 *comercialização. Isto, conforme prevê o inciso 5º do art. 3º da Resolução nº 173/2005 do CNAS.*
352 *Também não tinha toda a documentação que deveria constar em nome da entidade mantenedora,*
353 *podendo a mesma repassar os bens como doações em estabelecimentos mantidos desde que conste*
354 *nome, endereço e declaração da destinação dos bens referidos no inciso 5º deste artigo. Isto*
355 *constante no parágrafo único do referido art. 3º da Resolução 173/2005 do CNAS. E o terceiro*
356 *aspecto que não tinha o plano detalhado da mercadoria a ser recebida, que era o inciso 6º do art.*
357 *3º da mesma Resolução. E também a relação de bens recebidos com doações, que era o inciso 7º*
358 *do referido art. 3º da Resolução 173. Junto com o requerimento de Reconsideração, forma*
359 *encaminhados os seguintes documentos. Aí relata toda a documentação porque houve alteração da*
360 *diretoria e houve alteração do Estatuto, então tem tudo de novo. - Cópia do Ofício nº 009*
361 *comunicando Indeferimento; Declaração de Alteração Estatutária; - Certidão de registro do*
362 *Estatuto no Cartório Civil das Pessoas Jurídicas e suas alterações; - Ata de alteração do Estatuto;*
363 *- Cópia do Estatuto, autenticado e registrado em Cartório; - Cópia da ata de eleição e posse da*
364 *atual diretoria; - Declaração assinada pela Dirigente; - Relação de bens recebidos; - Cópia da*
365 *Carta de doação com anexos; - Plano de Aplicação; - Cópia do CNPJ. Fundamentação. Constata-*
366 *se que a entidade ingressou com o pedido de Reconsideração dentro do prazo normal pelo art. 45*
367 *da Resolução nº 53 publicado no DOU do dia 12 de agosto de 2008 - Regimento Interno, conforme*
368 *a data de expedição do Ofício de Indeferimento em 05/03 e o pedido entrou aqui no dia 17/03. Dos*

369 *Documentos apresentados, verificou-se que a entidade atendeu as exigências do art. 3º, com os*
370 *referidos incisos que li antes, no que se refere: - Declaração, informando que o material será*
371 *utilizado no uso da entidade e a distribuição gratuita a usuário da Assistência Social. - Plano de*
372 *Aplicação, informa que mantém parceria com a SAMMELZENTRALE AKITION HOFFNUNG, que*
373 *a cada dois anos doa, em média, 12 toneladas de roupas a serem utilizadas nos programas da*
374 *própria entidade e distribuídas para pessoas vulnerabilizadas econômica e socialmente. A*
375 *SOCREBE, que é a sigla do nome da sociedade, presta serviços de assistência social, educação e*
376 *saúde, desenvolvendo diretamente três programas de atendimento e indiretamente em parceria com*
377 *a Secretaria Municipal de Saúde em dois programas. Isto consta nas fls. 34/35. Depois a relação*
378 *de bens, também consta na fls. 28. As roupas e brinquedos serão distribuídas e doadas a: - Creche*
379 *São Francisco, que atende a 30 crianças de zero a três anos em tempo integral; - Escola Maternal*
380 *e Jardim da Infância, que atende 200 crianças na idade de três a seis anos, em turno integral; -*
381 *Estudo dirigido, oficinas pedagógicas, inclusão produtiva – 300 crianças e adolescentes em turno*
382 *alternado ao escolar; - 50 mães no Clube de Mães; - Apoio Sócio-Familiar, que são 50 famílias, e;*
383 *- Pelo Programa de Combate e Enfrentamento à Pobreza, realizado através de campanhas e*
384 *doações recebidas é feita distribuição de agasalhos às famílias em situação de vulnerabilidade*
385 *social, beneficiando 7000 famílias, atingindo 7 vilas – Donária, Santa Maria, 20 de Setembro,*
386 *Força e Luz, Loteamentos do Menino Deus e PSH, todos no município de Passo Fundo, que não*
387 *está aqui mas nos documentos consta. Conclusão. Com base na análise dos documentos*
388 *apresentados nos autos, conclui-se que se trata de entidade de assistência social, e a destinação*
389 *dos bens a serem importados, bem como a documentação apresentada estão de acordo com a*
390 *legislação em vigor. Por essa razão o Serviço de Registro e Certificado sugere ao Colegiado do*
391 *Conselho Nacional o DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO apresentado pela*
392 *entidade SOCIEDADE CULTURAL, RECREATIVA E BENEFICIENTE SÃO JOÃO BOSCO, por*
393 *esta ATENDER aos requisitos previstos na Lei nº 4.917/65, artigo 3º da Lei nº 8.742/93, Decreto nº*
394 *6.308/2007 e da Resolução CNAS nº 173/2005. Este é o Parecer da equipe técnica”. “O meu*
395 *Parecer acompanha o voto pelo deferimento do pedido de Reconsideração da Importação”. A*
396 *senhora Presidente colocou em discussão, com o Conselheiro Lucio indagando se o Conselho, no*
397 *caso dessas doações, encaminhava como informação para o governo dos municípios ou do estado,*
398 *manifestado a preocupação sobre os bens doados, independentemente do seu voto. A senhora*
399 *Presidente sugeriu que, como estava em processo de votação, que se votasse e depois se voltaria*
400 *para alguns esclarecimentos, colocando em processo de votação: Conselheiro Carlos Ferrari: “voto*
401 *com o relator”; Conselheiro Renato Saidel: “com o relator”; Conselheiro Lúcio: “com o relator”;*
402 *Conselheiro Geraldo: “com o relator”; Conselheira Edna: “com o relator”; Conselheira Valdete:*
403 *“com o relator”; Conselheiro João Carlos: “acompanho o voto do relator”; Conselheiro Frederico:*
404 *“com o relator”; Conselheira Heloísa: “com o relator”; Conselheira Maria Dolores: “com o relator”;*
405 *Conselheiro Renato de Paula: “com o relator”; Conselheira Renata Rodrigues: “com o relator”;*
406 *Conselheiro José Crus: “com o relator”; Conselheira Verônica: “com o relator”; Conselheiro*
407 *Pessinatti: “com o relator”; e, Conselheiro José Geraldo: “com o relator”. A senhora Presidente*
408 *informou haver 17 votos pelo deferimento. Antes de prosseguir, solicitou que se esclarecesse a*
409 *pergunta do Conselheiro Lucio. A Secretária Executiva informou que, pelas normas em vigor no*
410 *Conselho, não havia nenhuma comunicação ao Conselho Municipal como rotina, a não ser em*
411 *alguns casos solicitados pelo relator. Esclareceu que a Resolução nº 173, que regia esses processos*
412 *no Conselho, estava em discussão na Comissão de Normas para revisão, aprimoramento,*
413 *acreditando que essas questões deveriam ser incorporadas, com a sua Coordenação já tendo feito*
414 *uma distribuição dessa tarefa dentro da Comissão e deveria ser Pauta das próximas reuniões dessa*
415 *Comissão. Para complementar, o Conselheiro Geraldo informou ter mostrado para o Conselheiro*

416 Lucio alguns casos, pensando que a maioria deles, dependendo da Entidade, tinha um atestado de
417 desinfecção do material. Que considerando essa situação e além dela, havia que lembrar que a
418 ciência do Conselho Municipal era importantíssima no que dizia respeito ao Controle Social e toda
419 a situação abrangente desse material. O Conselheiro João Carlos referiu-se a uma expressão no
420 texto, não ficando definido quem receberia essa doação, questão que gostaria de levantar. O
421 Conselheiro José Geraldo, complementando o que o Conselheiro Geraldo havia falado em relação à
422 dúvida do Conselheiro Lucio, além de alguns trazer certificado de desinfecção, a Vigilância
423 Sanitária brasileira estava presente nos portos e aeroportos e fazia a devida fiscalização. A
424 Secretária Executiva informou ao Conselheiro João Carlos que esses bens eram recebidos em
425 doação e a Entidade poderia distribuir para suas mantidas, para execução de suas funções junto a
426 seus Usuários ou poderia haver distribuição gratuita para Usuários em geral, pessoas da comunidade
427 atendida pela Instituição, cuja ação estivesse vinculada à Instituição. Prosseguindo, a senhora
428 Presidente passou para o Conselheiro João Carlos relatar o processo: “*PARECER*
429 *TÉCNICO/SRC/CN/~/~h1~S N° 012/2009. PROCESSO ORIGINÁRIO n°: 71010.001014/2008.49.*
430 *PROCESSO DE RECONSIDERAÇÃO n° 71000.031813/2009-36. ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO*
431 *SOBRE A NATUREZA DO BEM A SER IMPORTADO E A HABILITAÇÃO DA ENTIDADE.*
432 *REQUERENTE: MITRA DA DIOCESE DE NOVO HAMBURGO. CNPJ: 90.831.660/0001-7.*
433 *ENDEREÇO: Rua JOAQUIM NABUCO, 543 – CENTRO. CIDADE: NOVO HAMBURGO /RS.*
434 *CEP: 93.3 01/970. RELATÓRIO. Trata-se de pedido de reconsideração do Indeferimento de*
435 *manifestação sobre a natureza do bem a ser importado e a habilitação da Entidade, protocolado*
436 *em 13/03/2009, formalizado sob o no 71000.031813/2009-36, pela Entidade Mitra da Diocese de*
437 *Novo Hamburgo. Os bens a serem recebidos são procedentes da Alemanha, doados pela Kath.*
438 *Pfarramt St. Johannes der Taufer, com peso 10.000 kg e valor financeiro dos bens R\$ 1.000,00*
439 *(hum mil reais) a ser desembarcado no Porto do Rio Grande do Sul /RS/Brasil, conforme carta de*
440 *doação datada em 14/03/2008 e requerimento, documentos constantes às fls. 15/19 e 02 do*
441 *processo originário. Relação dos bens a serem recebidos como doação: 990 fardos de roupas; 105*
442 *fardos de roupas e utensílios de cozinha; 05 bicicletas. De acordo com a Declaração, apresentada*
443 *no processo originário, fls.10/14, os bens serão destinados as Cáritas Paróquias da Diocese de*
444 *Novo Hamburgo e beneficiarão 9.234 famílias necessitadas de sua jurisdição. O Conselho*
445 *Nacional de Assistência Social — CNAS, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Lei n°*
446 *4.917, de 17 de dezembro de 1965, examinando o processo originário n° 71010.007014/200849,*
447 *decidiu INDEFERIR o pedido de Manifestação sobre a Natureza do Bem a ser importado e a*
448 *Habilitação da Entidade, conforme a Resolução n°18, de 18/02/2009, publicada no DOU em*
449 *5/3/2009, com os seguintes fundamentos: Inciso VI, art. 3° da Resolução n° 173/2005 (não*
450 *apresentou Plano de Aplicação Detalhado da mercadoria as ser recebida). Junto com o*
451 *requerimento de Reconsideração (fls.02/04), foram encaminhados os seguintes documentos: -*
452 *Declaração. fls.05; - Plano de Aplicação, fls. 06/07. É o Relatório. Fundamentação. Constatase*
453 *que a entidade impetrou com o pedido de Reconsideração dentro do prazo estabelecido pelo art. 45*
454 *da Resolução n°53, de 31 de julho de 2008, publicado no DOU do dia 12 de agosto de 2008 —*
455 *Regimento Interno do CNAS, conforme a data da expedição do OFICIO /CNAS/SPUB, datado em*
456 *05/03/2009 da postagem do pedido 13/03/2009. Não houve devolução do Aviso de Recebimento –*
457 *AR. DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS PELA ENTIDADE. No encaminhamento do pedido de*
458 *Reconsideração a entidade encaminhou: Declaração explicando que “os fardos recebidos ficarão*
459 *no depósito da Cáritas Diocesana e serão distribuídos às Paróquias segundo a necessidade de*
460 *cada uma, ao longo do ano, dado que algumas Paróquias estão localizadas nas periferias das*
461 *cidades e outras mais no centro da cidade, com necessidades diferenciadas. Uma parte da doação*
462 *permanecerá por algum tempo no estoque tendo em vista a possibilidade de emergências*

463 climáticas. Este é o procedimento normal, já praticado tradicionalmente com as demais doações de
 464 qualquer natureza recebidas”. Em anexo, apresentou descrição da ação sócio-assistencial através
 465 da qual as doações serão encaminhadas ao público beneficiário, bem como as cidades para onde
 466 esses recursos serão enviados conforme demanda da localidade. As paróquias mantidas pela Mitra
 467 da Diocese de Novo Hamburgo descritas no quadro abaixo, realizam esta ação sócio-assistencial
 468 e, através dela, distribuição as doações recebidas ao público beneficiário, fls. 06. Ação Serviço de
 469 atenção integral à família (Cáritas). Descrição - trabalho com famílias em vulnerabilidade social,
 470 com a finalidade de fortalecer a sua função protetiva, a superação de situações de fragilidade
 471 social, o acesso e usufruto de direitos humanos e sociais e a melhoria de sua qualidade de vida.
 472 Tem início com a identificação de populações e territórios vulneráveis dentro da área de
 473 abrangência da Entidade. Após, são feitas visitas às casas, onde se diagnosticam a necessidade dos
 474 usuários. Distribui-se alimentos, roupas, brinquedos, roupas de cama, etc a esta população e
 475 também se atua a fim de atender às necessidades de cada localidade como por exemplo articulação
 476 com órgãos públicos a fim de garantir os direitos destes cidadãos, como saneamento básico. Em
 477 conversar com os beneficiários, também se identificam suas vocações, a fim de ajudá-los a
 478 desenvolver este dom através de oficinas e cursos, fazendo com que possam ter uma fonte ou
 479 complementação da renda familiar. Beneficiários – famílias e indivíduos que vivem em situação de
 480 risco e vulnerabilidade Social - proteção social básica. Tem uma coluna de mantidas, cidade e
 481 famílias.

MANTIDAS/ CNPJ	CIDADE	FAMÍLIAS
<i>De Santa Teresinha – 90.831.660/0007-00</i>	<i>Campo Bom</i>	<i>1.350</i>
<i>Nossa Senhora de Lourdes – 90.831.660/0020-70</i>	<i>Canela</i>	<i>1.750</i>
<i>Sagrada Coração de Jesus – 90.831.660/0010-06</i>	<i>Estância Velha</i>	<i>20</i>
<i>São Pedro - 90.831.660/0012-60</i>	<i>Gramado</i>	<i>20</i>
<i>Imaculada Conceição - 90.831.660/0014-21</i>	<i>Igrejinha</i>	<i>250</i>
<i>Imaculada Conceição - 90.831.660/0053-38</i>	<i>Morro Reuter</i>	<i>150</i>
<i>Nossa Senhora de Lourdes - 90.831.660/0040-13</i>	<i>Nova Hartz</i>	<i>900</i>
<i>São José - 90.831.660/0003-79</i> <i>São José Operário – 90.831.660/0008-83</i> <i>Nossa Senhora da Piedade - 90.831.660/0013-40</i> <i>São José - 90.831.660/0017-74</i> <i>Sagrada Família - 90.831.660/0021-50</i> <i>Sagrado Coração de Jesus - 90.831.660/0032-03</i> <i>Cáritas Diocesana - 90.831.660/0034-75</i> <i>Santo Antônio - 90.831.660/0038-07</i> <i>Nossa Senhora do Rosário - 90.831.660/0046-09</i> <i>Nossa Senhora Aparecida - 90.831.660/0047-90</i>	<i>Novo Hamburgo</i>	<i>2.300</i>
<i>São João Batista - 90.831.660/0019-36</i>	<i>Parobé</i>	<i>30</i>
<i>Nossa Senhora da Conceição - 90.831.660/0025-84</i>	<i>Rolante</i>	<i>14</i>
<i>São José Operário - 90.831.660/0011-89</i> <i>Nossa Senhora das Graças - 90.831.660/0035-56</i> <i>Nossa Senhora Medianeira - 90.831.660/0051-76</i> <i>São Jorge - 90.831.660/0060-67</i>	<i>São Leopoldo</i>	<i>2.200</i>
<i>Sagrado Coração de Jesus – 90.831.660/0029-08</i> <i>São João Batista - 90.831.660/0048-70</i>	<i>Sapiranga</i>	<i>250</i>

482 *PREVISÃO TOTAL DE FAMÍLIAS A RECEBEREM AS DOAÇÕES: 9.234. Análise da*
483 *documentação apresentada. A entidade atendeu as exigências do inciso VI, art. 3º da Resolução*
484 */CNAS nº 173/2005 - Plano de Aplicação detalhado da mercadoria a ser recebida, conforme*
485 *descrição acima mencionando a nome da ação, descrição das atividades, beneficiárias, nome das*
486 *marítimas, seus respectivos CNPJ, localidade onde estão inseridas e número de famílias a serem*
487 *beneficiadas por localidade. Embora nessa relação não conste o endereço de cada mantida, apenas*
488 *o município em que estão localizadas, no processo inicial, fls. 10/14, consta todos os endereços das*
489 *mantidas incluindo, rua, município ou cidade, unidade da federação, telefone, CEP, CNPJ.*
490 *CONCLUSÃO. Com base na análise dos documentos apresentados nos autos, conclui-se que se*
491 *trata de entidade de assistência social, e a destinação dos bens a serem importados, bem como a*
492 *documentação apresentada estão de acordo com a legislação em vigor. Por essa razão o Serviço de*
493 *Registro e Certificado sugere ao Colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social o*
494 *DEFERIMENTO do pedido de RECONSIDERAÇÃO apresentado pela entidade MITRA*
495 *DIOCESANA DE NOVO HAMBURGO, por essa ATENDER aos requisitos previstos na Lei n.º*
496 *4.917/1965, artigo 3º da Lei n.º 8.742/1993, Decreto nº 6.308/2007 e da Resolução CNAS n.º*
497 *173/2005. Brasília, Distrito Federal, 5 de maio de 2009”. A senhora Presidente explicou ao*
498 *Conselheiro João Carlos que antes de proferir seu voto a Secretária Executiva esclareceria a sua*
499 *pergunta, que informou que em relação ao CNPJ da mantida, de fato havia um erro de numeração*
500 *no Parecer, e a Coordenadora de Normas havia verificado e faria a retificação, sendo o código da*
501 *mantida 831 e não 821, como o Conselheiro havia colocado. Continuando o Conselheiro*
502 *João Carlos passou à votação: “Eu voto de acordo com o Parecer Técnico, pelo deferimento”. A*
503 *senhora Presidente colocou em discussão, em não havendo processo de discussão, em votação pela*
504 *Secretária Executiva: Conselheiro Carlos Ferrari: “voto com o relator”; Conselheiro Renato Saidel:*
505 *“me abstenho”; Conselheira Margareth, que agora está presente: “voto com o relator”; Conselheiro*
506 *Lúcio: “com o relator”; Conselheiro Geraldo: “me abstenho”; Conselheira Edna: “com o relator”;*
507 *Conselheira Valdete: “com o relator”; Conselheiro Charles: “com o relator”; Conselheiro Frederico:*
508 *“com o relator”; Conselheira Heloísa: “com o relator”; Conselheira Maria Dolores: “com o relator”;*
509 *Conselheiro Renato de Paula: “com o relator”; Conselheira Renata Rodrigues: “com o relator”;*
510 *Conselheiro José Crus: “com o relator”; Conselheira Verônica: “acompanho o voto do relator”;*
511 *Conselheiro Pessinatti: “me abstenho”; e, Conselheiro José Geraldo: “com o relator”. A senhora*
512 *Presidente computou 14 votos pelo deferimento e 3 abstenções. O Conselheiro José Geraldo,*
513 *manifestou que gostaria de fazer um encaminhamento, tendo em vista o que se estava observando*
514 *nesse julgamento. Que a Comissão de Normas estudasse a questão de propusesse uma solução,*
515 *considerando se estar votando reconsideração de processos que foram protocolados sem a devida*
516 *documentação. A Secretária Executiva esclareceu que haviam detectado que quando se aprovou o*
517 *Regimento e se estabeleceu a notificação, só podiam chegar processos devidamente instruídos,*
518 *sendo citados todos os processos, menos os de importação. Que de fato a Comissão de Normas*
519 *deveria se debruçar sobre isso para fazer uma proposta de alteração de Regimento para incluir esses*
520 *processos. A Conselheira Edna observou que a alteração era no Regimento e, inclusive, a Resolução*
521 *que definia os documentos a serem apresentados seria objeto de estudo. Prosseguindo com a*
522 *reunião, o senhor Presidente em exercício solicitou ao Conselheiro Frederico que relatasse o*
523 *processo: “PROCESSO ORIGINÁRIO: Nº 71010.008179/2008-38. PROCESSO DE*
524 *RECONSIDERAÇÃO: Nº 710000.025009/2009-18 ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO SOBRE A*
525 *NATUREZA DO BEM A SER IMPORTADO E A HABILITAÇÃO DA ENTIDADE. REQUERENTE:*
526 *CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PE. JOÃO PIAMARTA. ENDEREÇO: AVENIDA*
527 *AGUANAMBI, 2479 - BAIRRO FÁTIMA. CIDADE/UF: Fortaleza /CE. CEP:60.415-390.*
528 *RELATÓRIO. Trata-se de pedido RECONSIDERAÇÃO DO INDEFERIMENTO DE*

529 MANIFESTAÇÃO SOBRE A NATUREZA DO BEM A SER IMPORTADO E A HABILITAÇÃO DA
530 ENTIDADE protocolado em 19/02/2009 e formalizado sob o n. 71000.025009/2009-18, pela
531 entidade CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE FE. JOÃO PIAMARTA. Os bens recebidos
532 são procedentes da Itália, doados pela Congregazione “Sacra Famiglia di Nazareth, tendo como
533 local de desembarque Porto de Pecém /CE, não informando o número do conhecimento marítimo
534 nem do container, com estimativa de peso de 14.788 kg e com valor financeiro estimado em 11.500
535 Euros, conforme carta de doação datada em 22/07/2008 e requerimento, documentos constantes em
536 fls.33 e 02, respectivamente do processo originário. Relação dos bens a serem recebidos como
537 doação: - Forno - marca Polin — modelo Pocket 6065 SC, - Câmera Frigorífica - marca Polin -
538 modelo Pocket e Roto, -Batedeira e Massas Alimentícias marca Sottoriva — modelo IBT2-3,relação
539 constante na Carta de doação, fls 33/34, x 500, tendo sido acrescentado na Relação de Bens a
540 serem recebidos: Retífica tangencial — marca Zocca, modelo MM 1100 Furadeira Radial — marca
541 Soralucce - modelo TRI-1600, Multi-operacional /controle numérico - marca Mandeli modelo
542 Regentu 1002/20/4, fls. 32. Todos os equipamentos são de fabricação italiana (fls. 32/34 processo
543 originário). Conforme declaração, fls 27, do processo originário, os bens serão destinados à
544 manutenção dos programas assistenciais e profissionalizantes geridos em prol de centenas de
545 crianças assistidas gratuitamente pela Entidade. O Conselho Nacional de Assistência Social —
546 CNAS, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Lei n° 4.917, de 17 de dezembro de 1965,
547 examinando o processo originário a° 71010.0081792008-38, decidiu INDEFERIR o pedido de
548 Manifestação sobre a Natureza do Bem à ser Importado e a Habilitação da Entidade, conforme a
549 Resolução n°.93, de 11/12/2008, publicada no DOU em 19/12/2008, com os seguintes
550 fundamentos: Inciso I, art. 3° da Resolução n° 173/2005 (Requerimento dirigido ao Presidente do
551 Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, constando endereço, CNPJ da Instituição, bem
552 como as seguintes informações a) local de desembarque da mercadoria, b) estimativa do peso e
553 estimativa do valor financeiro dos bens em real (R\$) ou dólar americano (US\$).Os valores foram
554 apresentados em euros. Junto como requerimento de Reconsideração (fls.02/03), foram
555 encaminhados os seguintes documentos: Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho
556 Nacional de Assistência Social — CNAS, contendo endereço, CNPJ da Instituição , bem como as
557 seguintes informações; - 1. Nome do país de origem da doação — Itália - 2. Local de desembarque
558 da mercadoria - Porto de Pecém /CE, - 3. n° do Conhecimento Marítimo — em branco - 4. N° do
559 Container - em branco - 5. Estimativa do peso = 14.788 kg - 6. Estimativa do valor financeiro dos
560 bens em Real - R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais) - 7. Relação dos bens a serem
561 recebidos por doação: uma retífica tangencial, uma furadeira radial, uma multi-operacional com
562 controle numérico, um forno, uma câmera frigorífica, uma batedeira de massas alimentícias. É o
563 Relatório. FUNDAMENTAÇÃO. Consta-se que a entidade ingressou com o pedido de
564 Reconsideração dentro do prazo estabelecido pelo art. 45 da Resolução no 53, de 31 de julho de
565 2008, publicado no DOU do dia 12 de agosto de 2008 — Regimento Interno do CNAS, conforme a
566 data da recepção do Aviso de Recebimento — AR, de fls. 54 datado em 13/02/2009, do processo
567 originário. Do documento apresentado, íte 5, constata-se que a entidade encaminhou requerimento
568 integralmente preenchido com todas as exigências estabelecidas no inciso 1, art. 3° da Resolução
569 n° 173/2005. CONCLUSÃO. Com base na análise dos documentos apresentados nos autos,
570 conclui-se que se trata de entidade de assistência social e a destinação dos bens a serem
571 importados, bem como a documentação apresentada estão de acordo com a legislação em vigor.
572 Por essa razão o Serviço de Registro e Certificado sugere ao Colegiado de Conselho Nacional de
573 Assistência Social o DEFERIMENTO do pedido de RECONSIDERAÇÃO apresentado pela
574 Entidade: CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PE. JOÃO PIAMARTA por ATENDER aos
575 requisitos previstos na Lei a° 4.917/1965, art 3° da Lei n° 8.742/1993, Decreto n° 6.308/2007 e da

576 *Resolução/CNAS n° 173/2005.*” O Conselheiro Lucio indagou se o conhecimento de embarque, o
577 número do container estava em branco e havia sido apresentado posteriormente, ao que o
578 Conselheiro Frederico informou que continuava em branco. A Secretária Executiva esclareceu não
579 ser obrigatório ter o número do container, até porque o ideal seria que a Entidade fizesse o pedido
580 de autorização antes da sua chegada, para não ficar pagando taxas do porto sem ter a manifestação
581 do Conselho. Que algumas vezes a Entidade já fazia o envio do container, constando no Plano de
582 Aplicação. O Presidente em exercício solicitou o voto do relator, Conselheiro Frederico: “Eu voto
583 pelo deferimento”. O senhor Presidente em exercício, solicitou à Secretária Executiva que colocasse
584 em votação: Conselheiro Carlos Ferrari: “pelo deferimento”; Conselheiro Renato Saidel: “pelo
585 deferimento”; Conselheira Margareth: “voto com o relator”; Conselheiro Lúcio: “voto com o
586 relator”; Conselheiro Geraldo: “me abstenho”; Conselheira Edna: “voto com o relator”; Conselheiro
587 João Carlos: “voto com relator”; Conselheiro Charles: “com o relator”; Conselheira Heloísa: “com
588 o relator”; Conselheira Maria Dolores: “com o relator”; Conselheiro Renato de Paula: “com o
589 relator”; Conselheira Renata Rodrigues: “com o relator”; Conselheiro José Crus: “com o relator”;
590 Conselheira Verônica: “com o relator”; Conselheiro Pessinatti: “com o relator”; e, Conselheiro José
591 Geraldo: “me abstenho”. O senhor Presidente em exercício computou duas abstenções e os demais
592 15 votos positivos. Na sequência, a Conselheira Maria Dolores da Cunha Pinto passou a relatar:
593 “*PARECER TÉCNICO SRC/CN/SE/CNAS N° 020/2009. PROCESSO ORIGINÁRIO N°:*
594 *71010.008323/2008-36. PROCESSO DE RECONSIDERAÇÃO N° 71000.024999/2009-77.*
595 *ASSUNTO: Manifestação Sobre a Natureza do Bem a Ser Importado e a Habilitação da Entidade.*
596 *REQUERENTE: Associação Menonita Beneficente- AMB. CNPJ: 81.078.297/0001-00.*
597 *ENDEREÇO: Colônia Witmarsum - Caixa Postal 87. CIDADE/UF: Palmeira/PR. CEP: 84.130-*
598 *000. RELATÓRIO. Trata-se de pedido RECONSIDERAÇÃO do Indeferimento da*
599 *MANIFESTAÇÃO SOBRE A NATUREZA DO BEM A SER IMPORTADO E A HABILITAÇÃO DA*
600 *ENTIDADE protocolado em 30/01/2009 e formalizado sob o n° 710000.024999/2009-77 pela*
601 *entidade ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE- AMB. Os bens recebidos são procedentes da*
602 *Alemanha, doados pelo Freundeskreis Christlicher Mission e.V, tendo como local de desembarque*
603 *Porto de Paranaguá/Paranaguá/PR, mercadoria ainda não transportada, portanto não possuindo*
604 *o número do conhecimento marítimo, nem do container, com estimativa de peso de 17.715 kg (peso*
605 *bruto) e com valor financeiro estimado em 910,00 Euros, conforme carta de doação datada em*
606 *08/09/2008 e requerimento, documentos constantes em fls. 04/06 e 01, respectivamente, do*
607 *processo originário. Relação dos bens a serem recebidos como doação: a) 300 (oitocentas) caixas*
608 *com roupas usadas; b) 58 (cinquenta e oito) caixas com roupas de cama, cobertas e cobertas de lã*
609 *usadas; e) 65 (sessenta e cinco) caixas de sapatos usados, totalizando o peso liquido de 13.715 kg,*
610 *que serão destinados para o atendimento de famílias carentes, de acordo com Declaração*
611 *apresentada pelo Dirigente (fls. 03). O Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, no uso*
612 *da competência que lhe foi atribuída pela Lei n° 4.917, de 17 de dezembro de 1965, examinando o*
613 *processo originário n° 71010.008323/2008-36, decidiu INDEFERIR o pedido de Manifestação*
614 *sobre a Natureza do bem a ser Importado e a Habilitação da Entidade, conforme a Resolução n°*
615 *93, de 11/12/2008, publicada no DOU em 19/12/2008, por não atender ao seguinte dispositivo*
616 *legal: Inciso I, art. 3° da Resolução n° 173/2005: Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho*
617 *Nacional de Assistência Social — CNAS, constando endereço, CNPJ da Instituição, bem como a*
618 *falta das seguintes informações: a) Local de desembarque da mercadoria; b) Estimativa do peso e*
619 *estimativa do valor financeiro dos bens, em Real (R\$) ou Dólar Americano - US\$. A entidade*
620 *apresentou os valores em euro. e) Inciso VI, art. 3° da Resolução n° 173/2005: Não apresentou*
621 *Plano de Aplicação detalhado da mercadoria a ser recebida. Junto com o requerimento de*
622 *Reconsideração (fls.02), foram encaminhados os seguintes documentos: Declaração assinada pelo*

623 *dirigente da entidade de que os bens recebidos não serão comercializados e nem transferidos para*
624 *terceiros com objetivo de comercialização; relação de bens; Estatuto Registrado em Cartório das*
625 *Pessoas Jurídicas, devidamente autenticado; cópia do CNPJ e Ata de Eleição da Diretoria; Carta*
626 *de doação com visto Consular do País de origem, traduzida para o português, bem como os valores*
627 *em dólar americano. Apresentou também o Plano de Aplicação, bem como requerimento dirigido*
628 *ao Presidente do CNAS. É o Relatório. FUNDAMENTAÇÃO. Constata-se que a entidade ingressou*
629 *com o pedido de Reconsideração dentro do prazo estabelecido pelo art. 45 da Resolução nº 53, de*
630 *31 de julho de 2008, publicado no DOU do dia 12 de agosto de 2008 - Regimento Interno do*
631 *CNAS, conforme data da recepção do Aviso de Recebimento-AR, em 12/02/2009, fls.36, do*
632 *processo original, sendo que os documentos apresentados suprem os motivos do Indeferimento,*
633 *atendendo as exigências do art. 3º da Resolução/CNAS nº 113/2005; CONCLUSÃO. Com base na*
634 *análise dos documentos apresentados nos autos, conclui-se que se trata de entidade de assistência*
635 *social e a destinação dos bens a serem importados, bem como a documentação apresentada estão*
636 *de acordo com a legislação em vigor. Por essa razão o Serviço de Registro e Certificado sugere ao*
637 *Colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social o DEFERIMENTO do pedido de*
638 *RECONSIDERAÇÃO apresentado pela entidade ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE -*
639 *AMB, por essa ATENDER aos requisitos previstos na Lei nº 4.917/1965, artigo 3º da Lei n.º*
640 *8.742/1.993 e da Resolução CNAS nº 173/2005”. O senhor Presidente em exercício, colocou em,*
641 *passando ao voto da relatora, Conselheira Maria Dolores: “.O voto do relator é por deferir o*
642 *pedido de reconsideração, fundamentando-se esta decisão integralmente no Parecer 020/2009 e o*
643 *registro feito pelos funcionários Getúlio Rodrigues da Silva, o Chefe do Serviço de Registro e*
644 *Certificado Wellington Aragão Lima, e pela Coordenadora de Normas do CNAS, Christianne*
645 *Camargo, considerando a competência da análise, sou a favor deste processo. E faço um apelo no*
646 *final, que na próxima vez a gente faça a revisão real do Estatuto e o relator, considerando a*
647 *competência de quem o instruiu, não precise de lê-lo todinho. Obrigado.” O senhor Presidente em*
648 *exercício, após ouvido o voto da relatora, passou à votação, conduzida pela Secretária Executiva:*
649 *Conselheiro Carlos Ferrari: “voto com a relatora”; Conselheiro Renato Saidel: “com a relatora”;*
650 *Conselheira Margareth: “voto com a relatora”; Conselheiro Lúcio: “voto com a relatora”;*
651 *Conselheiro Geraldo: “com a relatora”; Conselheira Edna: “com a relatora”; Conselheiro João*
652 *Carlos: “com a relatora”; onselheiro Charles: “com a relatora”; Conselheira Heloísa: “com a*
653 *relatora”; Conselheiro Frederico: “com a relatora”; Conselheiro Renato de Paula: “com a relatora”;*
654 *Conselheira Renata Rodrigues: “com a relatora”; Conselheiro José Crus: “com a relatora”;*
655 *Conselheira Verônica: “com a relatora”; Conselheiro Pessinatti: “com a relatora”; e, Conselheiro*
656 *José Geraldo: “com a relatora”. O senhor Presidente em exercício informou que o processo seguinte*
657 *seria relatado pelo Conselheiro Renato Saidel Coelho: “PROCESSO ORIGINÁRIO N.º:*
658 *71010.009790/2008-83. PROCESSO DE RECONSIDERAÇÃO N.º:71010.001107/2009-41.*
659 *ASSUNTO: Manifestação Sobre a Natureza do Bem a Ser Importado e a Habilitação da Entidade.*
660 *REQUERENTE: Ação Social Cultural Comunitária do Lageado Joilson de Jesus. CNPJ:*
661 *57.060.204/0001-35. ENDEREÇO: Estrada do Lageado Velho nº 533 – Guianazes. CIDADE/UF:*
662 *São Paulo/SP. CEP: 08.451-000. 1. RELATÓRIO - Trata-se de pedido de RECONSIDERAÇÃO do*
663 *indeferimento de MANIFESTAÇÃO SOBRE A NATUREZA DO BEM A SER IMPORTADO E A*
664 *HABILITAÇÃO DA ENTIDADE, protocolado em 25/03/2009 e formalizado sob o no*
665 *71010.001107/2009-41, pela entidade AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO LAGEADO JOILSON*
666 *DE JESUS. Os bens recebidos são procedentes/originários da Alemanha, doados pelo Begeca,*
667 *entidade com sede na cidade Aachen, República Federativa da Alemanha, tendo como local de*
668 *desembarque Porto de Rio Grande, não informado o número do conhecimento marítimo nem o*
669 *número do container em virtude da mercadoria não ter sido embarcada, com estimativa de peso de*

670 9.750 Kg e com valor financeiro estimado em US\$ 12.406,00, conforme carta de doação datada em
671 18/09/2008 e requerimento, documentos constantes em fls 07 e 02, do processo originário. Consta
672 na Relação dos bens a serem recebidos como doação: - 195 fardos com roupas usadas que serão
673 destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens carentes assistidos nos diversos
674 programas sociais mantidos pela Entidade. O Conselho Nacional de Assistência Social decidiu
675 INDEFERIR o pedido de Manifestação conforme a Resolução nº 18, de 18 de fevereiro de 2009,
676 publicada no DOU em 05/03/2009, por não atender ao Parágrafo Único do art. 36 da Resolução
677 nº 173/2005. Junto com o requerimento de Reconsideração (fls. 02), foram encaminhados os
678 seguintes documentos: a) Declaração; b) Plano de Aplicação; e) CNPJ das entidades mantidas.
679 FUNDAMENTAÇÃO. Verificou-se que a entidade impetrou com o pedido de Reconsideração
680 dentro do prazo estabelecido pelo art 45 da Resolução nº 53, conforme data do Sedex enviado pela
681 entidade. Dos documentos apresentados, constatou-se que a entidade atendeu ao disposto no
682 Parágrafo Único do art. 3º da Resolução nº 173/2005. CONCLUSÃO. Com base na análise dos
683 documentos apresentados nos autos, conclui-se que se trata de entidade de assistência social, e a
684 destinação dos bens a serem importados, bem com a documentação apresentada estão de acordo
685 com a legislação em vigor. Por essa razão, o Serviço de Registro e Certificado sugere ao
686 Colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social o DEFERIMENTO do pedido apresentado,
687 por essa ATENDER aos requisitos previstos na Lei nº 4.917/1965, art. 3º da Lei nº 8.742/1993,
688 Decreto nº 6.308/2007 e da Resolução CNAS nº 173”. O senhor Presidente em exercício, colocou
689 em discussão e em votação, passando ao voto do relator. O Conselheiro Renato Saidel: “Meu voto é
690 de acordo com o Serviço de Apoio, que elaborou o Parecer pelo deferimento da reconsideração de
691 importação”. Continuando, o senhor Presidente em exercício colocou em votação, conduzida pela
692 Secretária Executiva: Conselheiro Carlos Eduardo: “com o relator”; Conselheira Margareth: “com o
693 relator”; Conselheiro Lúcio: “com o relator”; Conselheiro Geraldo: “com o relator”; Conselheira
694 Edna: “com o relator”; Conselheiro João Carlos: “com o relator”; Conselheiro Charles: “com o
695 relator”; Conselheiro Frederico: “com o relator”; Conselheira Heloísa: “com o relator”; Conselheira
696 Maria Dolores: “com o relator”; Conselheiro Renato de Paula: “com o relator”; Conselheira Renata:
697 “com o relator”; Conselheiro José Crus: “com o relator”; Conselheira Verônica: “com o relator”;
698 Conselheiro Pessinatti: “com o relator”; e, Conselheiro José Geraldo: “com o relator”. O senhor
699 Presidente em exercício informou ter sido aprovado unanimemente. Último processo em Plenária.
700 Conselheira Verônica Pereira Gomes: “PARECER TÉCNICO 013/2009. PROCESSO DE ORIGEM:
701 Nº 71010.008221/2008-11. PROCESSO DE RECONSIDERAÇÃO: Nº 71010.001098/2009-98.
702 ASSUNTO: Manifestação Sobre a Natureza do Bem a ser Importado e a Habilitação da Entidade.
703 REQUERENTE: Sociedade Bíblica do Brasil. RELATÓRIO. Trata-se de pedido de
704 RECONSIDERAÇÃO ao indeferimento do processo de MANIFESTAÇÃO SOBRE A NATUREZA
705 DO BEM A SER IMPORTADO E A HABILITAÇÃO DA ENTIDADE, formalizado sob o nº
706 71010.001098/2009-98, pela entidade SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. Os bens a serem
707 recebidos são procedentes dos Estados Unidos da América, doados pela Hosanna Ministries -
708 Hosanna com sede nos Estados Unidos, com estimativa de peso de 3.275 kg e valor financeiro total
709 dos bens em USD 95.130,00, a ser desembarcado no Porto de Santos/SP. Os bens a serem
710 recebidos como doação são compostos de: a) 3.000 aparelhos com dispositivo digital que reproduz
711 continuamente o Novo Testamento. De acordo com a Declaração, apresentada no processo inicial,
712 fls. 42, os bens serão destinados para as comunidades em situação de risco social, por meio do
713 Projeto Princípio ao Fim, beneficiando gratuitamente crianças, jovens, adultos e idosos. O
714 Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, no uso de sua competência que lhe foi atribuída
715 pela Lei n 4.917, de 17 de dezembro de 1965, examinando o processo originário, decidiu
716 INDEFERIR o pedido de Manifestação sobre a Natureza do Bem a ser Importado e a Habilitação

717 da Entidade, conforme Resolução nº 93 de 11/12/2008, publicada no DOU em 19/12/2008, sob a
718 seguinte fundamentação: 1) Art. 5º da Lei nº 4.719/65 (os alimentos de qualquer natureza, bem
719 como as utilidades, entrados no País na forma desta Lei, somente poderão ser utilizados na
720 assistência social, observadas as normas gerais da legislação que rege a espécie, ficando vedada
721 qualquer outra destinação, sob as penas da Lei); 2) Inciso 1 art. 3º da Resolução nº 173/2005
722 (requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS,
723 constando endereço, CNPJ, da Instituição bem como as seguintes informações: a) local de
724 desembarque da mercadoria; b) estimativa do peso e valor financeiro dos bens, em Real (R\$) ou
725 Dólar Americano (US\$); 3) Parágrafo Único, art. 3º da Resolução nº 173/2005 (toda
726 documentação deverá constar em nome da entidade mantenedora, podendo a mesma repassar os
727 bens recebidos como doação a seus estabelecimentos mantidos, desde que conste, nome e endereço
728 na declaração de destinação dos bens referidos no inciso III deste artigo). É o Relatório.
729 FUNDAMENTAÇÃO. Constata-se que a entidade ingressou em 16/03/2009, com pedido de
730 Reconsideração dentro do prazo estabelecido pelo art. 45 da Resolução nº 53 de 31 de julho de
731 2008, publicada no DOU em 12/08/2008 - Regimento Interno do CNAS, conforme a data da
732 recepção do Aviso de Recebimento - AR, fls. 77, datado em 12/02/2009, referente ao processo de
733 origem. DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS PELA ENTIDADE - A Entidade alega que os dados
734 requeridos pelas guias de importação foram devidamente apresentados, de acordo com o que
735 dispõe a legislação de regência, inclusive quanto à Resolução nº 173/2005 do próprio Conselho e
736 que, por isto, a decisão de indeferimento do pedido não pode prosperar, vez que a decisão
737 encontra-se imotivada. - Para embasar seu ponto de vista, a entidade cita doutrina jurídica
738 fundada na Lei 9.784 de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração
739 Pública Federal. - Cita a sua missão primordial, qual seja a de promover, sem fins lucrativos, a
740 difusão da Bíblia como instrumento de transformação espiritual, de fortalecimento dos valores
741 éticos e morais e de incentivo ao desenvolvimento cultural e social da população brasileira. Deixa
742 claro que o principal objetivo da instituição é a difusão da Bíblia, e os bens que em doação são,
743 efetivamente, destinados a esse trabalho, ainda que gratuito. Continuando, a entidade contesta que
744 faltam dados no requerimento inicial, como aponta o item 2 da decisão, uma vez que todos os
745 dados estão minuciosamente descritos e atestados pelo Parecer Técnico emitido pelo Serviço de
746 Registro e Certificado, no processo de origem. Que o bem, contrariamente a alegação de que o
747 bem não tenha sido informado em real e dólar americano, foi estimado no requerimento inicial em
748 dólar americano, razão pela qual essa afirmativa não deve ser levada em consideração. Informa,
749 em continuação, que comprovou a existência de filiais em Pernambuco, Pará, São Paulo e Minas
750 Gerais. Por fim, reporta-se a várias jurisprudências, principalmente de direito tributário e
751 processual civil, para consignar que é uma entidade sem fins lucrativos, de assistência social, com
752 direito assegurado à imunidade tributária. CONCLUSÃO. Com base na análise dos documentos
753 apresentados, bem como as alegações da Entidade acostada aos autos, conclui-se que a mesma
754 não apresentou justificativa que pudesse levar ao entendimento de que o bem a ser adquirido por
755 doação reveste-se de natureza própria para aplicação na assistência social, qual seja: dispositivo
756 digital denominado O PROCLAIMER para reprodução apenas de textos Bíblicos na Assistência
757 Social. Considerando que o bem, assim como sua destinação, não estão de acordo com a legislação
758 específica; Considerando finalmente que a entidade não apresentou fatos que pudessem embasar a
759 reconsideração do indeferimento do pedido inicial, o Serviço de Registro e Certificado sugere ao
760 Colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social o INDEFERIMENTO do pedido de
761 RECONSIDERAÇÃO apresentado pela entidade SOCIEDADE BIBLICA DO BRASIL, por essa
762 NÃO ATENDER aos seguintes requisitos: a) Art. 5º da Lei nº 4.917 de 17/12/1965: o bem a ser
763 importado não tem aplicação nas atividades da assistência social, sendo vedada qualquer outra

764 *destinação, sob as penas da lei. b) Parágrafo Único art. 3º da Resolução 173/2005: toda*
765 *documentação deverá constar em nome da entidade mantenedora, podendo a mesma repassar os*
766 *bens recebidos como doação a seus estabelecimentos mantidos desde que conste nome e endereço*
767 *na declaração de destinação dos bens”. A senhora Presidente colocou em discussão, com o*
768 *Conselheiro Renato Saidel pedindo vistas desse processo, para analisá-lo com mais profundidade e*
769 *poder proferir um voto fundamentado, o que foi concedido, voltando esse processo na próxima*
770 *Plenária. A Secretária Executiva lembrou que quem pedia vistas não fazia relatório, mas fazia o seu*
771 *fundamento do que havia visto no processo na hora de seu voto. A senhora Presidente, dando por*
772 *concluído esse item, informou ter sido solicitado pelo Conselheiro Pessinatti se havia uma resposta*
773 *à solicitação que a Sociedade Civil havia feito na última reunião a respeito da substituição dos*
774 *Conselheiros do Governo, entregando uma carta dirigida à senhora Presidente do CNAS e ao*
775 *Ministro, encontrando-se como Ministra Interina, a Sra. Arlete Sampaio, Ministra Interina. Relatou*
776 *a visita que havia feito à Ministra Interina, que havia redigido uma carta, ressaltando que não havia*
777 *nenhum problema de o Ministro fazer uma visita ao Conselho, quando retornasse. Prosseguindo,*
778 *consultou à Plenária se fazia a leitura dessa carta, o que foi consensuado: “Brasília, 02 de maio de*
779 *2009. À senhora Valdete de Barros Martins, Presidente do Conselho Nacional de Assistência*
780 *Social. Senhora Presidente, Ao cumprimentá-la, bem como aos demais Conselheiros, acusamos o*
781 *recebimento da carta de 16 de abril relativa à composição do segmento governamental do*
782 *Conselho Nacional de Assistência Social. - Com respeito, cabe-nos ponderar e esclarecer o que se*
783 *segue: na interpretação da Lei Orgânica da Assistência Social fica claro que cabe ao Governo*
784 *Federal indicar seus representantes para compor as sete vagas que este diploma legal estabelece*
785 *no CNAS. Assim como cabe às organizações de estados e municípios indicarem seus*
786 *representantes, bem como cabe à sociedade civil, em seus fóruns próprios, indicar seus*
787 *representantes. Esta é uma partilha democrática do papel das responsabilidades de cada segmento.*
788 *- Procedemos à substituição de alguns Conselheiros para garantir a devida paridade do Conselho,*
789 *considerando as informações que nos chegaram da ausência sistemática de Conselheiros*
790 *governamentais nas reuniões do CNAS, incluindo as constatações do Tribunal de Contas da União.*
791 *A necessária presença dos Conselheiros não se restringe à simples assinatura da lista de presença,*
792 *mas da sua participação efetiva nas reuniões. - Assim, procedemos as substituições internamente*
793 *no governo, após conversas com os Ministério envolvidos, valorizando o CNAS e garantindo seu*
794 *funcionamento normal, um órgão tão importante para nós, quando ocorre todo o processo de*
795 *Conferências de Assistência Social. - Cabe aos representantes governamentais primar pela*
796 *contribuição do debate da Política, considerando as deliberações das Conferências e da Política*
797 *Nacional de Assistência Social, aprovada por este CNAS, as quais previram a substituição do*
798 *SUAS e as metas do Plano Decenal, e ainda, discutir e propor conforme as diretrizes de cada*
799 *órgão federal que representa. Trata-se, portanto, de uma função delegada representativa. - A*
800 *propósito das repercussões no exercício do poder e autonomia do Governo Federal em relação aos*
801 *demais Conselhos de Assistência Social, devemos lembrar que, conforme dispõe a LOAS, todos os*
802 *demais Conselhos são criados por leis específicas, as quais estabelecem a sua composição,*
803 *devendo ser cumprida pelos entes públicos e pela sociedade civil. Por fim, colocamo-nos à inteira*
804 *disposição para conhecer e discutir os resultados no Grupo de Trabalho deste Conselho relativo às*
805 *novas proposições quanto à sua composição. Este Ministério, como sempre autuo, permanece*
806 *colaborando para o bom funcionamento e exercício pleno das relevantes contribuições neste*
807 *Colegiado, defendendo os princípios da participação social e da responsabilidade de cada um no*
808 *exercício da função pública, consolidando o SUAS e as garantias de atenção às necessidades da*
809 *população pobre brasileira. Atenciosamente, Arlete Sampaio - Ministra de Estado de*
810 *Desenvolvimento Social e Combate À Fome em Exercício”. A senhora Presidente informou que*

811 havia recebido essa carta às 9h32min desse dia, passando às inscrições sobre a mesma. O
812 Conselheiro Edivaldo observou que gostaria de sugerir à Sociedade Civil, já que havia feito a
813 proposta da carta inicial, que se reunisse no horário do almoço para poder analisar e propor alguma
814 posição acerca do documento expedido pelo Ministério. A senhora Presidente passou a informar os
815 relatores das Câmaras que se reuniriam às 14h30min, com a Conselheira Edna indagando se depois
816 das Câmaras seria relato das Comissões, ou se era da Comissão Organizadora. A senhora Presidente
817 esclareceu que a proposta era de no período da tarde ter as Câmaras de Julgamento e
818 posteriormente, relato da Comissão de Financiamento e as deliberações da VII Conferência, com o
819 relatório a ser aprovado e com o relato da Comissão de Normas postergado para o dia seguinte. O
820 Conselheiro Edivaldo solicitou que a Sociedade Civil analisasse o documento, pedindo que
821 permanecessem para se fazer sua análise. A Secretária Executiva passou a indicar os relatores das
822 Câmaras de Julgamento: - nº 1 – Relatores: Conselheiros Carlos Ferrari; Margareth Alves e Renato
823 de Paula; - nº 2 – Relatores: Conselheiros Edna, Geraldo, José Geraldo e a Renata; e, nº 3 -
824 Relatores: Conselheiros Lúcio, na titularidade com a ausência da Conselheira Rose, e Valdete, com
825 as Câmaras tendo a numeração sinalizada na porta. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente
826 encerrou os trabalhos para o almoço, convocando a todos para retornarem às 14h30, para as
827 Câmaras de Julgamento e, posteriormente, a aprovação das deliberações da VII Conferência. Dando
828 prosseguimento à Reunião, o senhor Presidente em exercício solicitou à Secretária Executiva que
829 procedesse à conferência do quorum: Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes,
830 Conselheiro Pessinatti, Conselheira Edna, Conselheiro Renato, Conselheira Verônica, Conselheiro
831 Geraldo, Conselheiro Frederico, Conselheira Renata, Conselheira Heloísa, Conselheira Maria
832 Dolores, Conselheiro Charles, Conselheiro José Geraldo, e, Conselheiro Edivaldo, na titularidade,
833 com a ausência da Conselheira Margareth no período da tarde para comparecer ao Senado.
834 Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Sérgio Wanderly, Conselheiro Pasquini, Conselheira
835 Rosa, Conselheiro Samuel, Conselheiro Clodoaldo, e, Conselheiro Edivaldo. Dando
836 prosseguimento, a senhora Presidente passou para o relato da Comissão de Financiamento pelo
837 Conselheiro José Geraldo: *“Memória da Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência*
838 *Social. Data: 12/05/2009. Local: CNAS. Horário: de 9h às 12h. Conselheiro Charles Roberto*
839 *Pranke, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, José Geraldo França Diniz – coordenador, Marisa*
840 *Fúria Silva, padre Nivaldo Luiz Pessinatti, Renato Saidel Coelho, Rosa Maria Ruthes, Tânia Garib,*
841 *Verônica Ferreira Gomes. Convidados: Amanda Simone Silva – assessora do Gabinete da*
842 *SNAS/MDS, Fernando Brandão - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social,*
843 *Jéferson dos Santos – Departamento da Secretaria Nacional de Assistência Social, Marcos*
844 *Messiano Braga, também da Secretaria Nacional de Assistência Social. O Coordenador da*
845 *Comissão de Financiamento, Conselheiro José Geraldo, inicialmente apresentou a nova*
846 *composição da Comissão de Financiamento e comunicou que o Coordenador Adjunto da*
847 *Comissão, Conselheiro Renato de Paula, fora substituído pela Conselheira Verônica Gomes, e foi*
848 *designada como coordenadora adjunta da Comissão de Financiamento. 1. Relatório da Execução*
849 *orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, referente ao primeiro*
850 *trimestre de 2009. O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, Fernando*
851 *Brandão, apresentou nota explicativa sobre a execução orçamentária e financeira do FNAS*
852 *referente ao período de janeiro a março de 2009, regime de caixa. Informou que o orçamento*
853 *aprovado para o FNAS para o ano de 2009 foi na ordem de 19.815.711.939 reais. Subdivide-se em*
854 *despesas obrigatórias, 93,6% e despesas discricionária, 6,39%. O FNAS executa o Índice de*
855 *Gestão Descentralizado IDG, que representa e incentiva a melhoria de gestão do Programa Bolsa*
856 *Família, e é pago por meio de destaque orçamentário. Das despesas obrigatórias foram realizadas*
857 *descentralizações de crédito orçamentário no valor de 9.501.469.530 reais e repasse de recursos*

858 na ordem de 4.804.511.907 reais ao Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS, a quem
859 compete a operacionalização destes benefícios. Sobre as despesas discricionárias, apresentou
860 quadro detalhado por ação e o orçamento aprovado, que é a execução orçamentária e financeira
861 correspondente às parcelas de janeiro a fevereiro de 2009. Eu vou me abster de ler esta quantidade
862 de números. Se houver alguma dúvida a gente tenta esclarecer. O percentual de execução das
863 ações sócio-assistenciais de caráter continuado ficou em 29,16%, e de outras ações, em 3,97%,
864 tendo em vista que ações 2B30 – Reestruturação da Rede de Proteção Social Básica e 2B31 –
865 Estruturação da Rede de Proteção Social Especial não houve empenho, uma vez que se referiam a
866 projetos decorrentes de emendas parlamentares que tinham um processamento diferenciado. E
867 esclareceu ainda que as emendas não podiam ser objeto de repasse fundo a fundo por não se
868 tratarem de serviços continuados. Em algumas situações o Conselho Municipal não aprova a
869 emenda parlamentar, impedindo a execução das mesmas. Algumas emendas parlamentares estão
870 direcionadas aos estados e municípios, porém carimbadas para determinadas entidades. Por este
871 motivo o município tem autonomia para dizer se aceita ou não desenvolve o projeto da emenda
872 parlamentar, verificando se o mesmo tem relação com os objetivos da Política Nacional de
873 Assistência Social, de acordo com os critérios então estabelecidos. O Sistema de Gestão de
874 Convênios – SICONV, é SICONV e colocaram SISCOV e passou batido na minha revisão e peço
875 desculpas, é um aplicativo da Rede SUAS, que tem por função a comunicação imediata entre o
876 MDS e estados, Distrito Federal e municípios objetivando concretizar operações de repasse de
877 recursos de emendas parlamentares, à medida em que estas cumpram com a documentação
878 exigida. O MDS tem trabalhado continuamente junto aos parlamentares no sentido do
879 aprimoramento destas emendas. Concluindo, apresentou quadro abaixo sobre os pagamentos de
880 restos a pagar processados e não-processados, referentes ao primeiro trimestre de 2009. A
881 Comissão de Financiamento sugere os seguintes encaminhamentos: a) Aprovar o relatório da
882 execução orçamentária e financeira do FNAS referente ao primeiro trimestre de 2009, conforme
883 resolução anexa. b) Solicitar à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social
884 relação das emendas parlamentares que não tiveram execução. c) Pautar na Comissão de
885 Financiamento a elaboração de documento a ser dirigido aos parlamentares com relação à
886 propositura de emendas na perspectiva do SUAS, conforme planejamento estratégico do CNAS. d)
887 Solicitar à Diretoria Executiva do FNAS informações detalhadas sobre o volume dos recursos
888 inscritos em restos a pagar processados e não-processados, conforme encaminhamento anterior
889 desta Comissão. Aqui cabe um esclarecimento. Porque não tem sentido me dizer “olha, os restos a
890 pagar não processados e processados que eu paguei é x”, se eu não souber o valor de restos a
891 pagar esta informação para mim não serve de nada. É preciso que eu saiba o montante que foi
892 inscrito para eu ter idéia do que foi pago em relação ao montante escrito. e) Solicitar que o MDS
893 apresente informe sobre o orçamento das outras Secretarias. Em outras palavras a gente entende
894 que temos que ter informação sobre o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social com um
895 todo. Nós não queremos deliberar sobre tudo, mas queremos conhecer. Informe sobre corte e
896 recomposição no orçamento 2009. O Diretor Executivo do FNAS, senhor Fernando Brandão,
897 apresentou planilha anexa contendo previsão de gastos orçamentários para o exercício de 2009
898 com informações sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual e a Lei Orçamentária Anual e a
899 necessidade de recomposição orçamentária. Fez um comparativo entre os valores executados em
900 2008 e os valores do Projeto de Lei Orçamentária e da Lei Orçamentária de 2009. Fez referência
901 ao Piso Básico de Transição, ao Piso Básico Fixo, Piso de Transição de Média e Alta
902 Complexidade, Piso Fixo de Média Complexidade, ProJovem, Jornada PETI, Bolsa PETI, serviço
903 de Concessão e revisão do BPC e serviços de processamento de dados. O Piso de Transição,
904 historicamente, não recebe a totalidade de recursos pleiteada, sendo o referido recurso insuficiente

905 para cobrir as despesas do Piso mencionado. Contudo, apesar do corte orçamentário efetuado ao
906 final de cada exercício há um reordenamento de despesas. O Ministério do Planejamento,
907 Orçamento e Gestão sinalizou no sentido de que sejam identificadas as ações que necessitam de
908 crédito adicional até o limite da capacidade de recomposição das receitas no PLOA 2009. Aqui
909 também cabe um esclarecimento. O Congresso Nacional, ao efetuar o corte, e ao aprovar o Projeto
910 de Lei colocou um artigo que autoriza o Poder Executivo, através de decreto, ou seja, já deu
911 autorização para recomposição até o limite que foi encaminhado no PL de cada uma das lotações
912 que sofreram corte. A planilha demonstra diferença orçamentária entre o PLOA e LOA 2009,
913 coluna c, e a necessidade de recomposição com relação ao limite do PLOA, coluna d, bem como
914 apresenta a projeção de gastos de dezembro de 2008 a novembro de 2009 acima do limite do
915 PLOA, coluna. O Conselheiro José Geraldo, representante do Ministério do Planejamento,
916 Orçamento e Gestão informou que foi autorizada a recomposição dos cortes até o limite do PLOA
917 2009, em caso de necessidade. Ressaltou que isto não representava a recomposição do PLOA, mas
918 uma recomposição dentro do limite da necessidade. A Comissão de Financiamento sugere o
919 seguinte encaminhamento: a) Solicitar à Diretoria Executiva do FNAS que seja adequada a
920 planilha de previsão de gastos orçamentários para 2009 com informação, em separado, sobre a
921 recomposição do PLOA, bem como que seja elaborada outra planilha sobre os adicionais, além da
922 recomposição do PLOA, conforme contribuições da Comissão para um melhor entendimento
923 gerencial. Aqui também creio que cabe um esclarecimento. É porque a planilha ficou um pouco
924 confusa. Na realidade estamos falando em recomposição dos cortes e aí houve uma mistura entre
925 recomposição de cortes com recursos adicionais além da recomposição em algumas ações. O MDS
926 entende que precisa de mais crédito, ou seja, que precisa de crédito adicional, então ficou um
927 pouco confusa. Foi no sentido de torná-la mais gerencial que a gente pediu que ele observasse e
928 reconstruísse a mesma. Ação 8249 – Funcionamento dos Conselheiros de Assistência Social. A
929 Assessoria do Gabinete da SNAS/MDS, senhora Amanda Simone Silva, apresentou a execução
930 orçamentária e financeira da ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social,
931 base 6/5/2009, esclarecendo: no PLOA 2009 foram previstos recursos da ordem de 3.674.196
932 reais, sendo aprovado o orçamento LOA para o ano de 2009 na ordem de 3.022.027 reais.
933 Subdivide-se em despesas de custeio, 2.922.027 reais, e despesas de investimento, 100.000 reais.
934 Foi cancelado pelo Congresso Nacional o valor de 662.162 reais, sendo necessária sua
935 recomposição. Foram empenhados recursos na ordem de 834.941,46 reais, sendo pagos
936 316.274,58 reais com as seguintes despesas: diárias, passagens, taquigrafia, contratação da
937 Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, intérprete de libras e equipamentos de som.
938 Foi informado que a reprogramação orçamentária e financeira da Ação 8249 – Funcionamento
939 dos Conselhos de Assistência Social será tratada na reunião da Presidência Ampliada e deliberada
940 nesta Reunião Plenária. Aqui esclareço, para que se possa realizar a Conferência há necessidade
941 de remanejamento, reprogramação de recursos de duas rubricas, de 500.000 e 1.000.850 reais.
942 Isto consta do relato da Presidência Ampliada, que aprovou este remanejamento e vai submetê-lo à
943 Plenária. É o relatório”. A Conselheira Verônica esclareceu que na página três, onde se tratava da
944 questão do Sistema e se falava do SISCON, deveria ser mudado o texto, substituindo por SICONV,
945 ao que a senhora Presidente solicitou que o texto fosse alterado. O Conselheiro Renato Saidel
946 observou que na página 5 do relatório, no item 3, Ação 8249 o segundo subitem estava escrito “foi
947 cancelado pelo Congresso Nacional o valor de R\$ 662 mil, sendo necessária sua recomposição”,
948 sendo que já havia sido feito e autorizado esse pedido, o que seria interessante aclarar, no que foi
949 corroborado pelo Conselheiro José Geraldo. A senhora Presidente solicitou que fosse alterada essa
950 redação, passando para o Conselheiro Charles, que sugeriu incluir no item seguinte “foram
951 empenhados recursos” que foram empenhados até o início de maio, não trazendo essa referência. O

952 Conselheiro Clodoaldo indagou sobre a página cinco, Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos
953 de Assistência, se esses recursos que estavam elencados, haviam sido destinados para os serviços
954 prestados pelo ENAP. A Conselheira Rosa Maria esclareceu que na Comissão haviam recebido
955 relatórios discriminando o que havia sido empenhado e pago, ao que a senhora Presidente solicitou
956 que fosse passado por *e-mail* para os Conselheiros, pediu esse registro para a Sra. Mercês, da
957 Comissão de Financiamento. Continuando, destacou que a aprovação do relatório da Comissão de
958 Financiamento e aprovação da Resolução era voto qualificado, com o Conselheiro Pessinatti
959 passando à votação conduzida pela Secretária Executiva: Carlos Ferrari: “abstenção”; Renato
960 Saidel: “pela aprovação”; Edivaldo, na titularidade: “pela aprovação”; Geraldo: “pela aprovação”;
961 Edna: “pela aprovação”; Valdete: “pela aprovação”; João Carlos, na titularidade: “abstenção”;
962 Charles: “pela aprovação”; Frederico: “pela aprovação”; Heloísa: “pela aprovação”; Dolores: “pela
963 aprovação”; Renato de Paula: “pela aprovação”; Renata: “pela aprovação”; José Ferreira Crus:
964 “pela aprovação”; Verônica: “pela aprovação”; José Geraldo: “pela aprovação”; e, Pessinatti: “pela
965 aprovação”. A senhora Presidente computou dezessete votos pela aprovação e duas abstenções,
966 atendendo o quorum qualificado. Na sequência, o Conselheiro Pessinatti informou sobre a visita à
967 Comissão de Seguridade na Câmara, sendo consultada a Sra. Márcia, assessora do deputado
968 Raimundo, a respeito do que havia sido sugerido pela Comissão de Política de uma visita/pressão à
969 Comissão de Seguridade no dia seguinte, tendo sido recebido o seguinte comunicado: “*deputado*
970 *Raimundo informou que não haverá atividade da Comissão de Seguridade amanhã à tarde.*
971 *Havendo interesse, a representação do CNAS poderá ir à Plenária amanhã por volta de dez horas*
972 *para conversar com o deputado. Então fica prejudicada*”. A senhora Presidente arrazoou que o
973 ideal seria ir à Câmara conversar com a Comissão, o que não seria fácil, considerando ter que
974 conversar isoladamente com cada membro. O Conselheiro Edivaldo observou que havia sido
975 apresentado o relatório, mas que para fins de formalização seria necessário apresentar a Resolução,
976 com a senhora Presidente esclarecendo que a mesma já havia sido votada, mas solicitando ao
977 Conselheiro José Geraldo que procedesse à sua leitura, ao que a Secretária Executiva informou que
978 havia que ser votada novamente: “*Resolução nº , de 13 de maio de 2009. O Plenário do Conselho*
979 *Nacional de Assistência Social, CNAS, em Reunião Ordinária realizada nos dias 12, 13 e 14 de*
980 *2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos X, XI e XIV do art. 18 da Lei nº 8.742, de*
981 *07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, resolve: Art. 1º - aprovar o*
982 *relatório da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS,*
983 *primeiro trimestre de 2009, apresentado pelo Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, do*
984 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, planilha anexa. Art. 2º - Esta*
985 *Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Valdete de Barros Martins, Presidente do*
986 *CNAS.*” A senhora Presidente chamou à votação da Resolução que aprovava a proposta de execução
987 orçamentária, pela Secretária Executiva: Carlos: “abstenção”; Renato Saidel: “aprovação”;
988 Edivaldo: “pela aprovação”; Geraldo: “pela aprovação”; Edna: “pela aprovação”; Valdete: “pela
989 aprovação”; João Carlos: “pela aprovação”; Charles: “pela aprovação”; Frederico: “pela
990 aprovação”; Heloísa: “pela aprovação”; Maria Dolores: “pela aprovação”; Renato de Paula: “pela
991 aprovação”; Renata: “pela aprovação”; José Crus: “pela aprovação”; Verônica: “pela aprovação”;
992 Pessinatti: “pela aprovação”; e, José Geraldo: “pela aprovação”. A senhora Presidente indicou o
993 resultado da votação: dezesseis votos pela aprovação e uma abstenção. A Conselheira Dolores
994 manifestou, pela Sociedade Civil uma observação em relação à resposta da Ministra Interina, Sra.
995 Arlete Sampaio, de que em nenhum momento deixou de reconhecer a competência do órgão
996 governamental em escolher os seus membros. Destacou que estava fazendo um apelo de, nesse
997 Conselho, se dar o exemplo do que se queria instaurar em todo o país e em todos os Conselhos, que
998 era a relação democrática, com discussão das causas, objetivos e finalidades. Ressaltou que nesse

999 momento, por acreditar nesse princípio democrático, reiteravam o desejo de concretizar a Política
1000 Nacional de Assistência Social, que se debruçasse sobre essa questão e reconhecesse a importância
1001 de, nesse momento e contexto, a participação da Educação e da Saúde nesse Pleno. Arrazoou que,
1002 nesse sentido, a Sociedade Civil reiterava a necessidade de se aprofundar sobre o tema e
1003 democraticamente encontrar alternativas viáveis que favorecessem esse contexto. Ao mesmo tempo
1004 reconhecia a importância de o Ministro Patrus Ananias oportunizar a esse Pleno uma discussão
1005 sobre a questão. O Conselheiro Renato ressaltou que a fala da senhora Presidente pela manhã,
1006 avisava à Plenária que o Ministro estava aberto a comparecer ao CNAS, solicitando, enquanto
1007 Sociedade Civil, que se fizesse um agendamento para que ele viesse a esse Conselho, sendo
1008 importante que fosse agendado até a Plenária do dia seguinte. Destacou que a data marcada não
1009 precisaria, necessariamente, ser nesses dias, para que pudessem sentar e conversar com o Ministro e
1010 agendar, após sua visita, a retomada dos trabalhos da Comissão e do Grupo de Trabalho e cuja
1011 suspensão havia sido decidida na última Plenária. O Conselheiro José Geraldo, poderou, com os
1012 Representantes da Sociedade Civil, se não seria de bom senso que ao invés de se trazer nesse
1013 momento o Ministro, que fossem retomados os trabalhos do GT e assim que se tivesse uma
1014 proposta, fazer esse convite. A senhora Presidente se referiu à proposta do Conselheiro José
1015 Geraldo, com o Conselheiro Renato Saidel informando que a Sociedade Civil mantinha seu
1016 posicionamento. A Conselheira Verônica observou ter dúvidas, destacando que havia Pauta em
1017 algum momento e outras vezes era interrompida, com essa falta de objetividade fazendo com que a
1018 discussão não apresentava continuidade, voltando em certos assuntos que de certa forma estavam
1019 resolvidos. Arrazoou se era o Conselho que queria uma reunião com o Ministro ou se era a
1020 Sociedade Civil, discussão que deveria ser pautada. O Conselheiro Edivaldo colocou, como
1021 primeiro ponto, que talvez o assunto não tivesse sido retomado no momento adequado, sendo
1022 necessária uma solicitação para que houvesse a sua recondução. Ressaltou que havia ficado muito
1023 claro, pela manhã, que era um assunto que seria trazido de volta ao Pleno, porque havia sido
1024 solicitado que a Sociedade Civil se manifestasse no momento da apresentação da carta. Que o
1025 segmento teria que tomar uma posição conjunta e trazer a informação ao Pleno, não vendo como
1026 inoportuno o fato de a Sociedade Civil ter apresentado esse assunto. Como segundo ponto, destacou
1027 que pela manhã havia sido dito, fora do microfone, que a presença do Ministro nesse espaço era
1028 apenas de interesse da Sociedade Civil, o que lhe parecia um equívoco, pois essa situação havia sido
1029 apresentada e deliberada na Plenária. Prosseguindo, o Conselheiro Edivaldo, ponderou que muito
1030 embora o Governo tivesse se absterido, não havia votado contra, com a Sociedade Civil votando a
1031 favor, sendo, portanto, uma deliberação do Pleno. Não encontrava nenhum problema nessa situação,
1032 que era verificada em outros Conselhos, observando que a proposta de chamar o Ministro era para
1033 fazer um debate acerca de um assunto que era do interesse do Conselho como um todo. A senhora
1034 Presidente fez a seguinte proposta de encaminhamento: como o assunto e a carta recebida haviam
1035 entrado em Pauta, se abriria esse debate pelo menos uns vinte minutos para não comprometer a
1036 questão da Conferência. O Conselheiro Geraldo manifestou-se quase que contemplado totalmente
1037 na fala do Conselheiro Edivaldo. Complementou que a carta havia sido endereçada ao Ministro
1038 porque a idéia da Sociedade Civil era ouvir alguns direcionamentos políticos. A Conselheira
1039 Heloísa informou que, inicialmente, havia se sentido contemplada na fala da Conselheira Verônica,
1040 mas gostaria de reiterar e acrescentar uma reflexão. Arrazoou entender que, enquanto Conselho,
1041 havia várias questões que seriam importantes de se conversar, entendendo que não seria o caso
1042 trazer o Ministro por uma Pauta específica que era uma reivindicação da Sociedade Civil, por mais
1043 que houvesse passado tudo o que o Conselheiro Edivaldo havia falado. Ponderou que nessa forma
1044 de encaminhamento o Conselho sairia perdendo, com uma Conferência pela frente e com debates a
1045 serem realizados e como isso se colocaria diante desse ponto de partida, havendo mais perdas que

1046 ganhos. Lembrou que havia feito essa ponderação na Reunião anterior, voltando a conclamar aos
1047 Conselheiros de âmbito ancional, a fazer uma reflexão sobre como se poderia, ser mais estratégicos
1048 e avançar em um trabalho no qual tinham a responsabilidade da representação nacional e que não
1049 ficava restrita ao recorte que era dado. A Conselheira Edna concordou com as palavras da
1050 Conselheira Heloísa, pensando que se estava perdendo a oportunidade de ter, por exemplo, uma
1051 agenda propositiva de ouvir, propondo a presença do Ministro, não para que explicasse porque
1052 havia trocado a representação, já que possuía esse poder, mas saber dele como estava vendo a crise
1053 mundial com relação à área da Assistência Social, ao SUAS, qual era sua proposta de ação, e qual a
1054 forma de ser minimizadas decorrências desse tipo. Colocou outras situações mais importantes, que
1055 poderiam ser discutidas, agindo dentro das suas competências em discutir os assuntos relacionados
1056 à Política Nacional de Assistência Social. Concluindo, a Conselheira Edna observou que não queria
1057 polemizar, apenas dar sua contribuição, perdendo-se horas de trabalho e não tendo o retorno que se
1058 devia à sociedade, que precisava das ações e das discussões do Conselho. O Conselheiro José
1059 Geraldo enfatizou não querer falar mais no assunto, com todo o respeito aos demais Conselheiros,
1060 mas que chamava à reflexão a necessidade de se mudar de postura, sendo pró-ativos, produzindo e
1061 não reagindo. O Conselheiro Edivaldo manifestou ter a impressão de sempre que esse assunto era
1062 discutido, dava a impressão de ser pequeno, com diversas palavras sendo ditas por alguns
1063 Conselheiros nesse sentido, principalmente da composição do Governo, discorrendo sobre a questão
1064 da relatividade. Colocou que na concepção da Sociedade Civil esse assunto estava definido do
1065 ponto de vista legal, assim como o Governo tinha autonomia para proceder a essas alterações.
1066 Ressaltou que o assunto que se queria debater era o aspecto político dessa mudança porque se a
1067 Assistência Social era pautada na intersetorialidade, como se poderia deixar de ter dentro desse
1068 Pleno a presença da Saúde e da Educação, sabendo-se que os Conselhos Municipais e Estaduais se
1069 espelhavam no Conselho Nacional. Continuando, o Conselheiro Edivaldo ressaltou que deveria
1070 ficar bem claro que esse assunto, pelo menos para a totalidade dos membros da Sociedade Civil, era
1071 de extrema relevância, discorrendo sobre os demais assuntos que eram tratados e que também eram
1072 importantes. Destacou que esses assuntos deveriam ser pautados com o Ministro, não sendo maior
1073 nem menor que esse tema no aspecto político, querendo ver se realmente era isso o que se gostaria
1074 de manter dentro do Conselho, levando em conta a proposta da intersetorialidade da Assistência
1075 Social, e principalmente, o *status quo* que havia voltado com a queda da medida provisória. O
1076 Conselheiro Edivaldo manifestou que de repente se falava que não fazia tanta diferença não ter no
1077 CNAS a Saúde e a Educação, mas se estava com uma Conferência na rua onde a presença do
1078 Usuário estava sendo muito reclamada. Enfatizou que, se tudo voltou a ser como antes, o aluno do
1079 PROUNI havia se tornado Usuário, pelo menos do ponto de vista das determinações até mesmo
1080 desse Conselho. Que esse Usuário iria para a Conferência e observaria que a Educação não estava
1081 representada e que se deveria dar o devido valor a esses assuntos. A senhora Presidente, se
1082 inscrevendo, solicitou ao Pleno que pensassem juntos sobre a proposta que a Sociedade Civil havia
1083 trazido. Ponderou que pelo que havia entendido na proposta colocada pelos Conselheiros Dolores e
1084 Renato, que a presença do Ministro estava atrelada ao retorno do grupo do GT que estava
1085 discutindo a recomposição. Arrazoou que isso era complicado, pois achava que esse convite poderia
1086 ser feito sem nenhum problema e, como havia dito pela manhã, o Ministro viria, indagando ao
1087 Pleno qual o encaminhamento a ser feito. O Conselheiro Frederico observou que o entendimento
1088 era que o Conselho já havia encaminhado e votado nada diferente do que havia sido falado nessa
1089 oportunidade, apenas querendo colocar a ótica da Sociedade Civil. A Conselheira Verônica
1090 entendeu haver dois encaminhamentos: o encaminhamento que esse Pleno havia feito daquele
1091 documento aprovado no CNAS em reunião passada e que havia sido encaminhado ao Ministro; e, se
1092 estava discutindo em cima da resposta do Ministro um outro encaminhamento, indagando se o

1093 mesmo era do Conselho ou da Sociedade Civil, tendo sido discutido pela Sociedade Civil e não pelo
1094 Conselho. O Conselheiro Renato Saidel observou que o tom da fala deveria ser cuidado, mantendo-
1095 se um diálogo no campo das idéias e não partir para o lado pessoal. Ressaltou que o
1096 encaminhamento que havia sido feito na última Reunião Plenária, no final da reunião havia sido a
1097 suspensão dos trabalhos do Grupo de Trabalho até o agendamento de data com o Ministro, posição
1098 que estava registrada em gravação. O Conselheiro Renato Saidel destacou que o procedimento que
1099 se estava tomando não era um novo encaminhamento, mas sim tentando trazer uma solução até para
1100 a continuidade dos trabalhos do Conselho. O Conselheiro Geraldo manifestou-se contemplado pela
1101 fala do Conselheiro Renato Saidel, discorrendo sobre a situação e que após todas essas
1102 considerações ainda gostariam de ouvir o Ministro para saber o direcionamento político desse
1103 Conselho. Prosseguindo, observou que fazer novamente esse tipo de discussão no nível de detalhes
1104 que já havia sido feita era um desgaste desnecessário. A senhora Presidente colocou como
1105 encaminhamento, fazer o convite ao Ministro, o que não poderia ser garantido. Que enquanto isso o
1106 Grupo ficaria parado, se aguardando essa vinda ao Conselho, não se sabendo o dia, o que
1107 significava ficariam parados quando poderiam estar avançando no processo da discussão para a
1108 Conferência. O Conselheiro Renato Saidel indagou como ficaria o agendamento dessa visita junto
1109 ao Gabinete do Ministro. O Conselheiro Renato de Paula observou a dificuldade de compatibilizar a
1110 agenda do Ministro e dos Conselheiros, colocando que se poderia tentar marcar uma audiência do
1111 Ministro com a Sociedade Civil. A senhora Presidente destacou que se faria e se reiteraria o convite,
1112 mas que teria que se aguardar uma resposta, ao que o Conselheiro Geraldo manifestou que poderia
1113 ser uma convocação extraordinária. O Conselheiro Lucio ponderou que o convite havia sido feito ao
1114 ocupante do cargo, e não ao Ministro especificamente, considerando haver um Ministro Interino. O
1115 Conselheiro Ferrari observou caber uma reflexão maior do que esse problema, que para a Sociedade
1116 Civil era grande, não só para os Conselheiros, mas também para aqueles que representavam,
1117 discorrendo sobre a situação. Ressaltou a importância da vinda do Ministro e desse debate, assim
1118 como esse posicionamento da Sociedade Civil, que não era apenas interno, reverberando lá fora, o
1119 que era ruim para o Conselho, para a imagem da democracia participativa, sendo necessário que o
1120 Conselho se manifestasse. Estava triste pelo GT não estar funcionando, solicitando aos colegas de
1121 Governo considerar isso com a seriedade devida, destacando a necessidade se resolver essa
1122 situação. A senhora Presidente informou o encaminhamento seria feito conforme deliberado pelo
1123 Pleno, dando-se o retorno à medida que a agenda fosse acertada pelo Gabinete do Ministro. O
1124 Conselheiro Geraldo indagou a respeito da lista de presença, falando de período vespertino, ao que
1125 a senhora Presidente esclareceu que a Presidência Ampliada trataria desse assunto, com a Secretaria
1126 Executiva informando sobre o novo procedimento, como haver duas Reuniões com quorum
1127 diferentes, sendo que essa lista conferia com o quorum da degravação. A senhora Presidente passou
1128 ao relato da Comissão Organizadora, pelo Conselheiro Pessinatti: “*MEMÓRIA DA REUNIÃO DA*
1129 *COMISSÃO ORGANIZADORA DA VII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -*
1130 *Data: 23 de abril de 2009; Horário: 9h às 18h; Local: CNAS - Brasília/DF; Data: 13 de maio de*
1131 *2009; Horário: 8h30 às 10h; Local: CNAS — Brasília/DF. Conselheiros Presentes: Valdete de*
1132 *Barros Martins – Coordenadora; Carlos Eduardo Ferrari; Charles Roberto Pranke; Clodoaldo de*
1133 *Lima Leite; Edivaldo da Silva Ramos; Nivaldo Luiz Pessinatti; Renato Francisco dos Santos Pauta;*
1134 *Heloísa Mesquita. Apoio: Cláudia Sabóia - Secretária Executiva; Liliane Neves; Maria*
1135 *Auxiliadora Pereira; Maria das Mercês de Carvalho; Soraya Castro. Convidados para a reunião*
1136 *dia 13 de maio de 2009: João Luiz Mendes — Assessoria de Imprensa – ASCOM; Luciana Castilho*
1137 *— Coordenação de Eventos – ASCOM; Gilmar Santos - Coordenação de Publicidade – ASCOM;*
1138 *Maria José Souza Lanzetti – Colaboradora. 1. ENCAMINHAMENTOS DA PLENÁRIA QUANTO*
1139 *ÀS ORIENTAÇÕES AOS MUNICÍPIOS - Conforme deliberado em Plenária, apresentamos a*

1140 *minuta do Informe do CNAS nº 002/2009, denominado “Passo-a-passo”, apresentando a*
1141 *metodologia para a realização das Conferências de Assistência Social, visando facilitar o*
1142 *entendimento da dinâmica e das etapas de mobilização que antecedem as Conferências. Foi*
1143 *produzido, ainda, um documento denominado “Orientações aos usuários da assistência social”*
1144 *para a participação desses nas Conferências, objetiva motivar e incentivar o processo de*
1145 *participação popular nas Conferências. Esse será o Informe CNAS nº 003/2009. A Comissão*
1146 *Organizadora da VII Conferência Nacional, considerando a necessidade de aglutinar os 8*
1147 *subtemas em eixos, facilitando assim, a organização dos debates a serem realizados nas*
1148 *Conferências, sugere: 1. Processo Histórico da Participação Popular no país, Trajetória e*
1149 *significado do Controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e*
1150 *o SUAS; 2. Os Usuários e seu lugar político no SUAS e os trabalhadores do SUAS em relação ao*
1151 *protagonismo dos usuários; 3. Democratização da Gestão do SUAS e Entidades de Assistência*
1152 *Social e o vínculo SUAS; 4. Doses para a garantia do financiamento da Assistência Social. 2.*
1153 *SUBCOMISSÃO DE COMUNICAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA - A Subcomissão de Comunicação*
1154 *apresentou à equipe da ASCOM/MDS as informações gerais sobre o processo de Conferências da*
1155 *Assistência Social do ano de 2009, propondo à mesma a preparação de um Plano de Comunicação,*
1156 *a ser apresentado à Plenária do CNAS em maio. Cabe ressaltar que algumas ações já estão*
1157 *contempladas no Termo de Referência da VII Conferência, em tramitação, e outros serão*
1158 *avaliados, no que tange a custos, junto à ASCOM. Encaminhamentos: - Avaliar a possibilidade de*
1159 *a VII Conferência ser transmitida ao vivo; - Avaliar a possibilidade de se criar uma música para a*
1160 *VII Conferência Nacional, a ser utilizada nas participações das Conferências; - Reunião da*
1161 *Subcomissão de Comunicação com a equipe da ASCOM dia 21 de maio no final da tarde, ou 22 de*
1162 *maio à tarde, para detalhar o referido Plano visando o planejamento dos seguintes roteiros. -*
1163 *Boletim Quinzenal (quantidade de boletins, pautas com matérias); - Divulgação em Rádio; -*
1164 *Artigos (periodicidade, definição de quem fará os artigos etc); - Pauta do Jornal do MDS de*
1165 *agosto; - Agendas do CONGEMAS e FONSEAS para divulgação do vídeo da Conferência e de*
1166 *outros materiais. 3. ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS*
1167 *E DO DISTRITO FEDERAL - Apresentamos, para apreciação dessa Plenária, o documento*
1168 *“Orientações para as Conferências de Assistência Social Estaduais e do Distrito Federal”, que*
1169 *traz informações para a Realização das Conferências, bem como para as mobilizações a nível*
1170 *estadual e do DF. Encaminhamentos: Que o CNAS, em conjunto com a SNAS, encaminhe ofício aos*
1171 *governadores, com cópia aos gestores estaduais da assistência social, solicitando apoio na*
1172 *realização das Conferências municipais e estaduais, enfatizando que o controle social é um dos*
1173 *pontos que constam no Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS, devendo ser*
1174 *cumprido. Reafirmar, ainda, que as Conferências são instâncias máximas de deliberação da*
1175 *Política de Assistência Social. - Indicar que nas Conferências estaduais, além dos Delegados,*
1176 *sejam incluídas as categorias de participação de Observadores e Convidados. - Indicar que os*
1177 *Conselhos Estaduais priorizem e garantam, financeiramente, a participação de conselheiros*
1178 *estaduais nas Conferências Municipais, no que se refere a transporte, hospedagem e alimentação. -*
1179 *Encaminhar a tabela de distribuição de vagas de Delegados, aprovada pela Plenária do CNAS em*
1180 *abril, aos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, com uma Nota Técnica explicativa, que será*
1181 *disponibilizada na página eletrônica do CNAS. - Que as Orientações para as Conferências*
1182 *Estaduais e do DF recomendem que, dentre os participantes das Conferências, pelo menos 1/3 (um*
1183 *terço) seja de usuários da Assistência Social. - Que a Subcomissão de Articulação do*
1184 *Protagonismo do Usuário da Rede Sócio-assistencial nas Conferências de Assistência Social se*
1185 *reúna para definir recomendações e estratégias para a mobilização dos usuários. 4.*
1186 *CALENDÁRIO DE REUNIÕES - A Comissão Organizadora definiu o calendário de reuniões, a*

1187 *saber: - 21 de maio e 4 de junho de 2009. - Informes e encaminhamentos na Plenária de junho. - 2*
1188 *de julho. - Informes e encaminhamentos na Plenária de julho. - 23 de julho. Na reunião do dia 23*
1189 *de julho a Comissão definirá o calendário de reuniões até dezembro”. A senhora Presidente*
1190 *explicou, conforme procedido nos relatos anteriores, que se passaria por cada um dos pontos*
1191 *colocados, iniciando e esclarecendo o passo a passo, documento já de conhecimento dos*
1192 *Conselheiros. Esclareceu que a Comissão Organizadora trazia sugestões, o que facilitaria esse*
1193 *trabalho, sendo que esse documento precisava ser aprovado nessa Conferência em função do pouco*
1194 *tempo restante. Sugeriu que se passasse o documento por tópicos, destacando naqueles que*
1195 *tivessem sugestões e voltando no final, para redação. O Conselheiro Edivaldo sugeriu que fosse*
1196 *apresentado o que já havia sido alterado pela Comissão, sendo informado que não haviam sido*
1197 *destacadas essas alterações. Prosseguindo, a senhora Presidente passou item por item, com os*
1198 *destaques sendo anotado à medida que fossem sendo feitos e citando alguns daqueles que haviam*
1199 *sido sugeridos pela Comissão. Referiu-se à capa desse documento, indagando se os Conselheiros*
1200 *sugeriam “recomendação ou sugestão” no título “Sugestão para as Conferências de Assistência*
1201 *Social”. O Conselheiro Clodoaldo observou que a Comissão havia optado por “Sugestões para”, no*
1202 *que foi apoiado pelo Conselheiro Geraldo, com o Conselheiro Renato Saidel sugerindo*
1203 *“recomendação”. A senhora Presidente colocou a proposta “sugestões/recomendações”, com o*
1204 *Conselheiro Geraldo observando que a preocupação era manter um padrão, tanto para as*
1205 *Conferências Municipais como para as Estaduais. O Conselheiro Charles explicou que a*
1206 *Recomendação nº 01 trazia “orientações” e que a proposta de “recomendação” no nº 2, para os*
1207 *estados, indicava “orientações”, com a senhora Presidente observando que se poderia colocar*
1208 *“orientações”, o que ficou consensuado. Prosseguindo com os destaques, a senhora Presidente*
1209 *passou para o Conselheiro Geraldo na página 7: “Quem são os usuários?”, que indagou qual seria a*
1210 *forma de custear a participação do Usuário, discorrendo sobre a situação e observando qual a*
1211 *contribuição efetiva que se pretendia. Questionou de que forma se trabalharia isso para que ele fosse*
1212 *um multiplicador ou se simplesmente compareceria apenas para somar, colocando isso para*
1213 *reflexão do Plenário. A senhora Presidente abriu para as colocações do Conselheiro Geraldo, que*
1214 *alertou estar plenamente de acordo que o Usuário participasse da Conferência. O Conselheiro José*
1215 *Geraldo entendia a preocupação do Conselheiro Geraldo, ponderando se seria esse o documento*
1216 *para definir como seria financiada a participação do Usuário, por se tratar de um documento*
1217 *orientativo. Com relação à qualificação do Usuário que se queria, isso não podia constar nesse*
1218 *documento, sendo uma discussão a posteriori, inclusive na sua participação. O Conselheiro Charles*
1219 *manifestou estar plenamente contemplado, não cabendo esse posicionamento no documento em*
1220 *apresentação. A senhora Presidente lembrou que na Plenária passada havia sido aprovada a*
1221 *constituição do Subgrupo de Acompanhamento dos Usuários na Conferência, tentando pautar uma*
1222 *reunião para acompanhar todas essas situações e demandas. Lembrou, também, o aumento do*
1223 *número de delegados para a Conferência Nacional, sendo que na última Conferência foram 930 e*
1224 *agora eram 1290, considerando o estado, fazendo colocações sobre o assunto. Ressaltou que seria*
1225 *apresentado no relato da Presidência Ampliada o que se tinha assegurado para a Conferência e o*
1226 *que se estava propondo para agregar mais recursos para que fosse mantida em um padrão de*
1227 *qualidade para todos os participantes. Mencionou uma carta dirigida aos governadores e prefeitos*
1228 *sobre a garantia de recursos, tendo a informação que havia sido aprovada na Comissão para esse*
1229 *encaminhamento vir à Plenária. Que essa Conferência deveria ser um marco na direção para fazer o*
1230 *Usuário entender que era sujeito de direito e que deveria participar ativamente nesse evento.*
1231 *Ressaltou que por mais que fossem repassadas orientações, o processo aconteceria em cada*
1232 *município de maneira diferenciada, dependendo das condições de cada um, resultante em um*
1233 *relatório ao final da Conferência. Continuando, arrazoou que na programação da Conferência*

1234 Nacional seria trabalhado o tema da participação do Usuário, com a realização de oficinas para
1235 aqueles que estavam chegando sem muito conhecimento. O Conselheiro Pasquini referiu-se ao item
1236 “*Quem são os Usuários de Assistência Social?*”, concordando com tudo o que havia sido falado de
1237 que o Usuário do Programa Bolsa Família era um Usuário da Política Nacional, portanto era
1238 Usuário da Assistência, assim como o beneficiário do PROUNI e a quem se devia incentivar para
1239 participar das reuniões das Conferências Municipais, indagando se esse também era o entendimento
1240 do Pleno. A senhora Presidente observou que se estava falando de Entidades certificadas, de
1241 Entidades beneficentes, que se estava falando das três áreas de competência desse Conselho. Se
1242 pelo contrário, se estava falando dos Usuários da Assistência Social, da Política de Assistência
1243 Social, não era por estar no PROUNI, mas poderia ser Usuário da Assistência Social pela situação
1244 de vulnerabilidade, discorrendo sobre a situação e a Resolução nº 24. Colocou que quando se fosse
1245 para as Conferências e se tivesse de esclarecer o que constituía o Usuário da Assistência Social se
1246 poderia lançar mão do entendimento que a Política estabelecia nas resoluções, destacando não ter
1247 lugar nesse trabalho para se colocar isso como exemplo de um Usuário. O Conselheiro Pasquini
1248 discorreu sobre a situação, observando que sua pergunta era se seria incentivada ou não a sua
1249 participação nas Conferências, que tinham muito a contribuir. Prosseguindo, o Conselheiro
1250 Clodoaldo referiu-se ao item cinco, “*Quem são os Usuários da Assistência?*” e, ainda com relação à
1251 proposta do Conselheiro Geraldo, sugeriu se colocar a citação “*refletir sobre o financiamento da*
1252 *participação dos Usuários*”, não tratando do assunto, mas promovendo a reflexão sobre essa
1253 questão. O Conselheiro Pessinatti propôs uma redação no nº 11, sobre o porquê da participação do
1254 Usuário, onde dizia, “*a Resolução CNAS nº 24 representa este avanço e permite que esses*
1255 *representantes de grupos de Usuários vinculados*” falando do valor da participação e agregando:
1256 “*Nesse sentido, recomenda-se que os municípios, gestores, Conselhos viabilizem o financiamento*
1257 *para sua efetiva participação*”. A Conselheira Marisa sugeriu que fosse incluída na carta aos
1258 gestores uma recomendação sobre o meio de transporte dos Usuários, não devendo haver distinção
1259 entre os participantes. A senhora Presidente destacou que essa preocupação procedia, podendo se
1260 colocar esse tópico na carta. Prosseguindo, destacou que os Conselheiros deviam se concentrar e
1261 não se desviar do assunto para fechar o tópico, indagando se seria aceita uma nova redação ou se
1262 permaneceria a atual, o que ficou consensuado. O Conselheiro Sérgio manifestou sua estranheza
1263 nessa situação, relatando sua participação em várias Conferências e referindo-se aos procedimentos
1264 utilizados normalmente sobre o pagamento do transporte, sendo responsabilidade do estado trazer
1265 os Usuários. Que a outra questão de preocupação era a representação e participação, tendo que se
1266 ter muita grandeza ao perceber a realidade, ressaltando como se deveria receber essas pessoas,
1267 trabalhando para entender esse processo e deixando o Usuário à vontade no ambiente da
1268 Conferência. O Conselheiro Geraldo concordou com as colocações do Conselheiro Pasquini,
1269 discorrendo sobre a atual situação para o fortalecimento da Política e que gostaria de ouvir os
1270 Conselheiros inscritos depois do seu questionamento para compreender isso melhor. Relatando
1271 eventos nos quais havia participado, com lideranças de pessoas, de famílias em alto grau de
1272 vulnerabilidade social, indagou como se trataria esse Usuário, colocando que gostaria de ver esse
1273 pessoal ser trabalhado posteriormente na questão da participação popular. Ponderou quem realizaria
1274 esse trabalho não podendo, por exemplo, ser as mesmas Entidades que atualmente estariam
1275 desenquadrando do processo da Política de Assistência Social e que iria receber financiamento da
1276 Educação ou da Saúde, destacando se isso não seria um prejuízo e que gostaria de ter essa
1277 compreensão. A senhora Presidente arrazoou ser muito importante fundamental que o Pleno
1278 estivesse preocupado em entender a questão do Usuário, e que em toda sua caminhada política
1279 imaginava que não se conseguiria ter uma resposta pronta para essa questão. Que isso era um
1280 processo, fazendo pouco tempo que estavam tentando dar visibilidade e, como até a própria Política

1281 colocava, tratar os invisíveis como visíveis. Observou que todos, ainda nessa Conferência, teriam
1282 algumas indagações que não se conseguiria responder e, dirigindo-se ao Conselheiro Geraldo,
1283 manifestou não saber se conseguiriam estar plenamente preparados, enquanto Conselheiros, para
1284 responder a todas essas indagações. Que também estavam refletindo sobre isso, encontrando que se
1285 deveria fazer um debate sobre a questão do Usuário e se pensar um outro momento para fazer uma
1286 reflexão mais profunda sobre esse assunto e que seria importante para o Conselho, podendo ser
1287 pautado posteriormente. Ato contínuo, a senhora Presidente informou haver uma proposta de
1288 redação, indagando se alteraria ou se deixaria como estava, ressaltando que esse debate seria para se
1289 construir e formar um entendimento maior sobre essa questão. O Conselheiro Renato de Paula
1290 arrazoou que não se poderia confundir a setorialidade das Políticas Públicas com a fragmentação
1291 das famílias e dos sujeitos, partindo-se do pressuposto de que essas Políticas Públicas, em especial
1292 as Políticas Sociais, atacavam frentes diferenciadas através dos seus programas. Discorreu que cada
1293 pessoa usava saúde e educação, acessando várias política públicas distintas e que cada uma delas
1294 tinha uma especificidade no atendimento das suas necessidades, explanando sobre o aluno do
1295 PROUNI, que entrava na Assistência pelo programa e não o contrário. O Conselheiro Renato de
1296 Paula destacou que haveria que se pensar que se teria que incluir todo mundo que era pobre,
1297 independente de qualquer programa. Observou que as pessoas entravam na Assistência por uma
1298 determinada situação de risco e que essa se propunha a atender, a partir de determinadas situações
1299 de vulnerabilidade e risco que estavam elencadas na Política e que eram agravadas por várias
1300 situações. Colocou que isso não significava impossibilitar o indivíduo de acessar os seus direitos de
1301 cidadania prestados através de outras Políticas Públicas, podendo-se tirar na Conferência de
1302 Assistência sugestões com relação ao Ministério da Educação, ao PROUNI, etc. Que como as áreas
1303 estavam reguladas, isso poderia ser feito até determinado limite com relação àquela Política que
1304 pertencia a outra área, destacando ser importante que não se confundisse que a setorialização das
1305 Políticas Públicas não significava fragmentação do sujeito. O Conselheiro Renato de Paula
1306 observou que a Assistência tinha um caráter interessante que as demais Políticas não tinham, sendo
1307 uma Política indutora de demandas e discorrendo sobre sua natureza. Ponderou que havia que ter
1308 muita tranquilidade em saber que na Conferência de Assistência não se resolveria todos os
1309 problemas de todas as dimensões da pobreza e da desigualdade por serem multifacetadas,
1310 multideterminadas e por isso os estados democráticos propunham seu combate através de várias
1311 Políticas diferenciadas. Que todas as Políticas convergiam para atender esse único objetivo, que era
1312 o combate da pobreza e da desigualdade. Comentou que para definir quem era o Usuário da
1313 Assistência havia que se saber como ele entrava no que a Assistência tinha para oferecer do ponto
1314 de vista de sua institucionalidade. Ponderou que esse Usuário não entrava pelo PROUNI, mas sim a
1315 partir de uma situação de vulnerabilidade e de algum programa que a atendessem, sendo a educação
1316 uma das vulnerabilidades que tinham que ser atendidas. Concluindo, observou que concordava com
1317 a senhora Presidente de que não se iria resolver essa questão no momento, com o SUAS apontando
1318 o caminho, mas não resolvendo a questão, sendo esse um debate que havia que se fazer. O
1319 Conselheiro Ferrari, apartando, referiu-se às palavras do Conselheiro Renato de Paula,
1320 encontrando pertinente pautar e trazer esse debate. O Conselheiro Samuel destacou as colocações,
1321 observando ser o preço a pagar por se ficar todos esses anos discutindo Assistência sem esse
1322 elemento importante, que era o Usuário. Que o grande medo era porque se iria fazer uma
1323 Conferência diferente, trazendo um grande número de Usuários e se aventando qual seria sua
1324 reação, pensando que o depois era um pouco responsabilidade do Conselho, e com todos os demais
1325 organismos e estado se apoderando da discussão nesse espaço físico. O Conselheiro Samuel
1326 ressaltou que pensava que dessa Conferência até a próxima teriam a responsabilidade de avaliar, de
1327 informar essa participação de agora e de preparar melhor para a seguinte. Mas como havia sido lido

1328 no texto do dia anterior, esse momento era inadiável, vivendo-se a primeira experiência que seria
1329 avaliada e onde havia sido positiva ou negativa. Concluindo, observou que nesse caso, o construtor
1330 da Política de Assistência Social teria a responsabilidade de informar esse elemento, esse novo
1331 integrante da discussão dessa Política e que até esse momento era beneficiário e agora iria compor a
1332 sua construção. A senhora Presidente comentou que esse Conselheiro também era assistido e estaria
1333 passando a ser o cidadão de direito, o que era uma concepção muito importante. O Conselheiro
1334 Charles encontrou pertinentes as palavras do Conselheiro Samuel, sendo a função do Conselho abrir
1335 caminhos para que o Usuário se emancipasse, sendo esse o princípio da LOAS e da Assistência
1336 Social. Citando Paulo Freyre, observou que o processo dava mecanismos, mas fundamentalmente se
1337 precisava criar mecanismos e condições para que o usuário não fosse conduzido, mas que pudesse
1338 construir esse caminho. O Conselheiro Charles apelou para que se avançasse nesse documento para
1339 sua conclusão e que haveria momentos para se fazer esse debate durante o desenvolvimento das
1340 reuniões do CNAS. O Conselheiro Geraldo, manifestando questão de ordem, observou estar
1341 satisfeito com as colocações, ratificando muito dos seus conceitos e amplificando seu cabedal de
1342 conhecimentos. Alertou que não trazia essas questões por desconhecimento, sugerindo, como
1343 encaminhamento, que se que encontrasse tempo para discutir questões que não estavam colocadas.
1344 Destacou que as Conferências estavam chegando e que as dúvidas continuavam e que não poderiam
1345 ser levadas, informando que compareceriam quando o MDS marcasse reunião, pois gostaria de
1346 ouvir pessoas responsáveis para não levar informações equivocadas. A senhora Presidente
1347 observou, em seu entendimento, que haveria um momento para se aprofundar essas questões.
1348 Relatou que o Conselheiro José Crus estava se inscrevendo, pedindo permissão para não o ouvir
1349 nesse momento e sim em uma reunião próxima, com a convocação de todos do MDS. Informou que
1350 se poderia ouvir o órgão gestor da Política Federal que estava regulamentando, trazendo os seus
1351 próprios profissionais para fazer esse debate e que precisava ser agendado. Voltando ao documento,
1352 sugeriu que essa redação ficasse como estava, incluindo no seu final “*considerações finais*” e onde
1353 se contemplaria essa questão e cuja proposta seria lida no final. Por oportuno, destacou que era
1354 preciso aprofundar o debate com relação ao Usuário da Assistência Social, sendo que tal vez nem os
1355 grandes teóricos pudessem dar resposta, que seria encontrada no processo, na própria Política onde
1356 se discutia benefícios eventuais na Comissão de Política e que apresentaria um relato. Manifestou
1357 que havia que ser humildes em reconhecer que essa Conferência era um desafio que estava
1358 colocado para o Conselho e todos que militavam nessa área e onde não se conseguiria ter cem por
1359 cento das respostas. Na sequência, a senhora Presidente passou ao destaque do Conselheiro Renato
1360 Saidel, que se referiu ao item 11, “*Por que o Usuário deve participar?*”, sendo uma proposta de
1361 inclusão nesse item ou a criação de um novo. Que se percebia a valorização do Usuário, entendendo
1362 ser esse o objetivo dessa Conferência, devendo-se incluir, também, os trabalhadores e Entidades,
1363 criando-se um momento para estimular essa participação. Procedeu à leitura do item “*O sucesso de
1364 uma Conferência de Assistência Social depende da participação popular. A presença dos
1365 USUÁRIOS é fundamental para que os objetivos sejam alcançados*”, sugerindo, “*A presença dos
1366 USUÁRIOS, assim como dos Trabalhadores e Entidades de Assistência Social, é fundamental para
1367 que os objetivos sejam alcançados*”. O Conselheiro Renato de Paula, encontrando precedentes as
1368 palavras do Conselheiro Renato Saidel, sugeriu “*é importante a participação de todos,
1369 trabalhadores, entidades, etc., sobretudo*”, onde se falaria dos demais, mas se continuaria mantendo
1370 a ênfase nos Usuários e não colocando no mesmo patamar, sendo esse o diferencial dessa
1371 Conferência. O Conselheiro Renato Saidel observou que gostaria de incluir as Entidades,
1372 Trabalhadores, gestores, e o pessoal do poder público, contemplando mesmo que fosse nas
1373 considerações finais. A Conselheira Dolores reafirmou o que o Conselheiro Renato havia colocado,
1374 discorrendo sobre sua participação no Movimento e que havia se debruçado sobre esse documento e

1375 ficado encantada por tocar nos pontos vitais que se pretendia com a Conferência de Assistência
1376 Social. Manifestou que defendia que nas considerações finais entrasse o reforço em relação aos
1377 municípios, aos estados e ao próprio Governo Federal, reforçando as condições para o acesso dos
1378 Usuários de Assistência Social. Observou ter, nesse sentido, uma consideração para que os
1379 Trabalhadores, as Entidades prestadoras de serviço, de uma forma geral, tanto da Educação, Saúde,
1380 como da Assistência, apoiassem a participação dos Usuários. O senhor Presidente em exercício
1381 informou que as Conselheiras Heloísa e Margareth retiravam suas colocações por conta da
1382 consistência da argumentação e se fossem aceitas essas recomendações. O Conselheiro Geraldo
1383 solicitou ao Conselheiro Renato que destacar e reforçar a presença do Usuário, não tirava o direito
1384 nem era demérito para a Entidade, solicitando sua compreensão para que retirasse sua proposição,
1385 ao que o Conselheiro Renato Saidel manifestou sua retirada. Prosseguindo, o senhor Presidente em
1386 exercício informou que o texto seria corrido, passando ao destaque sobre o item nº 12, “*O que*
1387 *significa ser protagonista para a efetivação das Políticas Públicas?*”, ao que o Conselheiro Renato
1388 Saidel propôs a inclusão de um parágrafo: “*Protagonismo é um ato do cidadão, que assume um*
1389 *papel na condução, controle e exercício de influência nos processos e espaços em que participa,*
1390 *especialmente na Política Pública de Assistência Social*”. A Conselheira Margareth observou nunca
1391 ter entendido o protagonismo com um ato, sendo que a pessoa se envolvia e se tornava protagonista
1392 de uma Política, tendo que se saber, na essência, o que gostaria de dizer com essa colocação.
1393 Complementando, colocou que seria redundante porque na parte de cima já estava dizendo o que
1394 significava ser protagonista para efetivação das Políticas Públicas. O senhor Presidente em
1395 exercício acrescentou, também, que a fala do Conselheiro Renato já estava prevista, podendo ser
1396 acrescentada no item a seguir sobre a questão da influência, que observou que contemplaria se
1397 houvesse essa ampliação do foco não só nas decisões governamentais, mas também dos processos e
1398 espaços. Estando de acordo, o senhor Presidente em exercício passou para o Conselheiro Ferrari,
1399 que manifestou sua concordância com a Conselheira Margareth, discorrendo sobre a questão.
1400 Prosseguindo, solicitou ao Conselheiro Renato Saidel que concluísse com as duas posições e que
1401 informou como ficaria a redação. Dando continuidade ao próximo destaque na página 22, no
1402 começo da primeira etapa, nº 01, “*Qual o tempo ideal para a realização da Conferência?*”, a
1403 Conselheira Margareth, observou que a indicação sobre os dias de realização estava muito solto,
1404 sugerindo que se escrevesse que as Conferências poderiam ser realizadas nos finais de semana para
1405 garantir a participação dos Usuários. O Conselheiro Clodoaldo informou a discussão pelo Grupo de
1406 que isso fosse tirado dos próprios representantes de Usuários, ponderando que muitos trabalhavam
1407 nesse período. O Conselheiro Samuel colocou que essa questão deveria ser decidida localmente,
1408 considerando as especificidades de cada lugar, encerrando-se a questão. Prosseguindo, o senhor
1409 Presidente em exercício indagou se havia outro assunto, ao que o Conselheiro José Crus se colocou
1410 à disposição para fazer esse debate, esperando que o Conselho sempre pautasse questões da
1411 Assistência Social para se discutir e debater. Por oportuno, parabenizou a Comissão Organizadora, e
1412 à Sra. Maria José, pela elaboração do documento, havendo uma grande demanda e necessidade de
1413 muitos gestores municipais para tê-lo em mãos. O Conselheiro Clodoaldo endossou essas palavras,
1414 solicitando uma salva de palmas para a Sra. Maria José, ao que a senhora Presidente também
1415 solicitou para as Sras. Liliane, Dorinha e Conselheira Heloísa. A Conselheira Dolores manifestou
1416 uma dúvida com relação à abertura, determinando o número mínimo e máximo de deliberações que
1417 deviam ser preservadas na Conferência, para não vir muita documentação. A senhora Presidente
1418 colocou ser uma preocupação que deveria ser registrada, passando para as Recomendações Gerais,
1419 lidas pelo Conselheiro Clodoaldo: “*Recomendações gerais: - Deverão ser empenhados esforços que*
1420 *visem louvar estratégias em incentivo à participação popular, bem como a inerente qualificação da*
1421 *participação dos usuários. Como já dito, as Conferências devem ser espaços exemplares de*

1422 *participação popular de modo a qualificar e aproximar suas deliberações das reais necessidades*
1423 *da população. - O salto qualitativo das Conferências de Assistência Social em 2009 se dará,*
1424 *sobretudo, pelas formas de participação e o acesso que as mesmas alcançarem, sempre priorizando*
1425 *a participação dos usuários, anteriormente mobilizados em Âmbito local. - Esta participação*
1426 *efetiva deve ser com o empenho dos trabalhadores e entidades de assistência social. Neste sentido,*
1427 *os municípios, por meio de seus gestores da assistência social viabilizem o financiamento para a*
1428 *efetiva participação dos usuários. Sendo, assim, recomenda-se aos municípios. “Priorizando a*
1429 *participação dos usuários, garantir condições objetivas para a participação dos delegados*
1430 *municipais nas Conferências Municipais, Estaduais e na Nacional.” O senhor Presidente em*
1431 *exercício observou que a redação precisava ser melhorada, o que seria feito posteriormente, levando*
1432 *em consideração o adiantado da hora. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu que no primeiro*
1433 *parágrafo do texto fosse alterado “no incentivo” colocando “na participação”., com a proposta*
1434 *sendo acatada. O senhor Presidente em exercício colocou que a pergunta era, se a Plenária, como*
1435 *CNAS, aprovava esse documento, com alguns aprimoramentos que haviam sido sugeridos, sendo*
1436 *aprovado pelos Conselheiros. Prosseguindo, a senhora Presidente passou a se referir a outro*
1437 *documento que tratava do Usuário da Assistência Social, observando que tudo que estava no passo*
1438 *a passo, também se encontrava nesse documento referente ao Usuário, a quem era mais dirigido.*
1439 *Informou que foram destacadas algumas perguntas e respostas, indagando aos Conselheiros se*
1440 *havia alguma observação. O Conselheiro Carlos esclareceu que havia feito destaques de maneira*
1441 *genérica no documento, não sabendo se poderia encaminhar agora ou se aguardava a metodologia.*
1442 *O Conselheiro Renato Saidel indicou um destaque no item 2.11, com a senhora Presidente*
1443 *esclarecendo que os procedimentos seriam como no documento anterior, sendo aprovado,*
1444 *juntamente com o documento “Orientações” e os anexos e que procederia à leitura do documento*
1445 *da orientação para as Conferências Estaduais no dia seguinte. A Conselheira Renata indagou se esse*
1446 *documento sairia nos moldes de “informe CNAS”, porque não tinha numeração, com a senhora*
1447 *Presidente explicando que isso poderia ser discutido, e que talvez aquele dirigido ao Usuário não*
1448 *precisasse ser numerado, com a concordância do Conselheiro Ferrari. Continuando, a senhora*
1449 *Presidente passou à leitura do documento, sendo que no item 2.2, “Como ocorre a participação?”,*
1450 *“O que significa ser protagonista para efetivação das políticas públicas?”, o Conselheiro Renato*
1451 *Saidel propôs que contemplasse o que havia sido aprovado no outro documento, o que foi aprovado.*
1452 *Na sequência, a Conselheira Renata fez um destaque no item 2.10, falando dos convidados e*
1453 *observadores e estava só delegados e convidados. Continuando, a senhora Presidente indagou qual*
1454 *era o destaque ao Conselheiro Geraldo, que manifestou ter sentido falta da inclusão, podendo se*
1455 *colocar a questão das Leis de Criação dos Conselhos, em função da situação que se detectava a todo*
1456 *momento, dando uma diretriz, proposta que seria debatida posteriormente. O Conselheiro Carlos*
1457 *parabenizou a iniciativa de tentar criar uma linguagem mais informal, que havia ficado bastante*
1458 *boa, mas discorrendo sobre a linguagem utilizada e que deveria ser repensada. podendo redatar uma*
1459 *proposta para o dia seguinte, sendo aprovada sua sugestão. O Conselheiro Clodoaldo destacou que*
1460 *como estavam elaborando as considerações finais, que também se incluísse o que fosse pertinente*
1461 *das considerações finais também nesse texto, o que foi aprovado. A Conselheira Dolores, no item*
1462 *2.10, indagou se havia um item anterior, observando que inicialmente, no município, o Usuário*
1463 *deveria participar em massa, independente se ele era ou não delegado. A senhora Presidente*
1464 *concordou com a Conselheira Dolores, sugerindo a alteração. O Conselheiro Renato Saidel referiu-*
1465 *se ao item 2.11, solicitando alteração do termo “podem” para “devem”, conforme a Resolução nº 24,*
1466 *Art. 1º, parágrafo 1º, sendo que, após colocações sobre o item, ficou para ser resolvido*
1467 *posteriormente. O Conselheiro Ferrari destacou o item 2.14. “Por que o Usuário deve participar*
1468 *das Conferências?”, sugerindo a alteração “Por que é importante a participação dos Usuários na*

1469 Conferência?'. Após essas colocações o senhor Presidente em exercício indagou ao Pleno se o
1470 documento estava aprovado, sendo acatado pelos Conselheiros. Continuando, passou para o
1471 documento "*Orientações para as Conferências de Assistência Social*", que substancialmente
1472 retomava o que já havia sido feito para os municípios. Destacou que havia uma reapresentação
1473 daquele material, tendo como objeto o estado e não mais o município, passando a relatar os itens.
1474 Destacou que esse relatório, fazendo uso da reflexão que a senhora Presidente já havia feito na
1475 Comissão, era bastante técnico e que caberia também para a formatação final, a partir da
1476 contribuição de quem faria a síntese final. O Conselheiro Renato Saidel referiu-se a uma dúvida, na
1477 página onze, subitem nº 01, "*justificativa de escolha*", observando que deveria ser colocado que os
1478 oito subtemas teriam que ser debatidos. O senhor Presidente em exercício observou que havia sido
1479 bem lembrado pelo Conselheiro José Geraldo, "*eixos elencados como os de maior e menor*
1480 *avanço*", dizendo "*olha, escolhemos o eixo tal de maior avanço por conta disto e disto*". A
1481 Conselheira Renata, ainda nessa página, último parágrafo, encontrava que estava faltando alguma
1482 informação na redação, "*Os Conselhos Estaduais deverão ser encaminhados ao Conselho*
1483 *Nacional*", sendo o relatório. Continuando o senhor Presidente em exercício finalizou a leitura do
1484 documento. A senhora Presidente informou que esse documento também estava aprovado, sendo
1485 encaminhado para os acertos necessários. Indicou que esse documento seria encaminhado no dia
1486 seguinte aos Conselheiros, aos Conselhos Municipais e Estaduais, e, como a Comissão se reuniria
1487 na próxima semana, na Plenária seguinte haveria mais informações sobre o assunto. O Conselheiro
1488 José Geraldo parabenizou a Plenária pela apreciação desses documentos da forma como havia sido
1489 feita e chamando à reflexão para que se continuasse tendo o mesmo comportamento e a mesma pró-
1490 atividade nos demais assuntos tratados nesse Conselho. A senhora Presidente colocou haver, ainda,
1491 dois pontos no relato da Comissão, observando que havia o item dois, que se tratava da
1492 Subcomissão de Comunicação da VII Conferência, e o item 3, que seria a aprovação da carta para
1493 apreciação. Com relação ao item 2, e apresentando o documento em tela, indagou se havia algum
1494 questionamento ao plano de comunicação. O Conselheiro Clodoaldo indagou se as contribuições
1495 que haviam dado estavam contempladas nesse documento, com a senhora Presidente respondendo
1496 afirmativamente. O Conselheiro Renato Saidel questionou se a questão financeira do custeio desse
1497 trabalho estava dentro do plano, ao que a senhora Presidente explicou que tudo isso estava
1498 contemplado no Termo de Referência, com a licitação já estando em andamento. O Conselheiro
1499 Pessinatti esclareceu que a Comissão Organizadora estava fazendo alguns encaminhamentos a partir
1500 da apresentação do Plano, com suas sugestões sendo elencadas. O Conselheiro Geraldo ressaltou
1501 que os artigos que constavam era todos escritos por entes do órgão gestor, não vendo ninguém da
1502 Sociedade Civil nem do Conselho. A senhora Presidente esclareceu que haviam levantado que seria
1503 necessário, como em outras Conferências, que o grupo de Trabalhadores, de Usuários, escrevessem
1504 artigos, o que ainda seria definido pelo Subgrupo, constituído pelos Conselheiros Carlos Ferrari,
1505 Heloísa e José Crus. Que todos teriam oportunidade de escrever artigos, cuja aprovação passaria
1506 pela Plenária. O Conselheiro Clodoaldo colocou que o Plano de Comunicação que estava sendo
1507 apresentado não trazia as sugestões que haviam feito, com a senhora Presidente encontrando o
1508 mesmo e relatando que poderiam ter seu próprio boletim quinzenal, informando como seria
1509 realizado. O Conselheiro Geraldo destacou a necessidade de que tivessem conhecimento de forma
1510 antecipada, o que contribuiria bastante para a sua organização. A senhora Presidente continuando,
1511 passou para o último item, cujo encaminhamento era "*Que o CNAS, em conjunto com a SNAS,*
1512 *encaminhe ofício aos governadores*", sugerindo acrescentar os prefeitos, com cópia aos gestores
1513 estaduais da Assistência, "*solicitando apoio na realização das Conferências Municipais e*
1514 *Estaduais, enfatizando que o controle social é um dos pontos que constam no Pacto de*
1515 *Aprimoramento*" e assim por diante. Destacou que esses eram os indicativos que se estava propondo

1516 para essa carta, sendo considerado aprovado pela Plenária. Informou que o calendário de reuniões
1517 da Comissão Organizadora permanecia o mesmo, só mudando a data de julho, ficando dia 2 de
1518 julho, sendo que o calendário após julho feito pela Comissão Organizadora, ficou aprovado pelos
1519 Conselheiros. A Secretária Executiva passou a informar a Pauta do dia seguinte, com a coordenação
1520 do Conselheiro Pessinatti, considerando a ausência da senhora Presidente, já registrada: Comissão
1521 de Normas; Relato das duas reuniões da Comissão de Política e o Relato da Presidência Ampliada.
1522 Informou que havia chegado o convite ao Ministério para o Encontro Nacional de População de
1523 Rua nos dias 19 e 20 de maio, com a programação e que encaminharia por *e-mail* aos Conselheiros
1524 para manifestação o mais breve possível. **ENCERRAMENTO.** Dando por encerrada a Reunião, a
1525 senhora Presidente agradeceu e convidou a todos para a Reunião do dia seguinte, às nove horas, que
1526 seria conduzida pelo Conselheiro Pessinatti. Aos catorze dias do mes de maio de dois mil e nove,
1527 estiveram reunidos os Conselheiros para dar prosseguimento ao segundo dia da Reunião do
1528 Conselho Nacional de Assistência Social. Iniciando os trabalhos do dia, o senhor Presidente em
1529 exercício passou à conferência do quorum pela Secretária Executiva: Conselheiros Titulares ou na
1530 titularidade presentes: Conselheiro Pessinatti; Conselheiro Renato Saidel; Conselheira Edna;
1531 Conselheira Verônica; Conselheiro Geraldo; Conselheira Renata Rodrigues; Conselheira Maria
1532 Dolores; Conselheira Heloísa; Conselheiro Carlos Ferrari; Conselheiro José Geraldo; Conselheiro
1533 Charles; Conselheiro José Crus. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Sérgio; Conselheiro
1534 Pasquini; e, Conselheira Rosa. O senhor Presidente em exercício solicitou à Conselheira Edna que
1535 procedesse ao relato da Comissão de Normas, que informou serem três relatos, com o primeiro
1536 sendo a Memória da Reunião Extraordinária de Março, que havia ocorrido em 09 de março de 2009.
1537 Como já havia sido lida, não a leria novamente, observando que alguns encaminhamentos não
1538 foram trazidos à Plenária e votados, em razão do adiantado da hora. Prosseguindo, passou a relatar
1539 os encaminhamentos aprovados, sendo que um deles era voltar a discutir o tratamento a ser dado
1540 aos processos, o que vinha sendo feito em todas as reuniões, acreditando que na de maio haviam
1541 definido exatamente como resolver isso e revisar os modelos de parecer técnico e formulários.
1542 Citou os certificados vencidos durante a vigência da Medida provisória, ou seja, entre dez de
1543 novembro de 2008 e onze de fevereiro de 2009, porque havia sido publicada em doze de fevereiro a
1544 rejeição da medida, estando, automaticamente prorrogados por um ano. Que haviam passado a
1545 consulta sobre a aplicação do artigo 41, da MP 446, aos certificados vencidos durante a vigência da
1546 MP para a Consultoria Jurídica, que havia mantido esse entendimento, já tendo o parecer 192.
1547 Prosseguindo, a Conselheira Edna informou que na página cinco constava o primeiro
1548 encaminhamentocom as certidões devendo começar a ser expedidas de imediato, tão logo as
1549 minutas fossem aprovadas, o que já havia acontecido. Que estava pendente o Sistema Eletrônico,
1550 mas já estavam sendo expedidas normalmente, A Secretária Executiva complementou que esses
1551 modelos expedidos manualmente, eram o mesmo modelo do *site*, tendo uma Resolução do
1552 Conselho aprovada de que não se queria modelos fixos, porque as Entidades às vezes pediam
1553 alguma informação a mais nas certidões, e se essa informação estivesse no site seria repassada.
1554 Esclareceu que os modelos aprovados eram para o *site* e estavam encaminhando isso junto à CGI,
1555 porque ainda não estava disponível, informando ter uma reunião na próxima semana para tratar
1556 desse assunto. A Conselheira Edna observou que havia ficado um item pendente, sobre “*Formular*
1557 *Consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à possibilidade de emissão de certidões*
1558 *sem que conste a validade do documento, dada a peculiaridade da situação*”, discorrendo sobre a
1559 situação e observando que se poderia encaminhar nova consulta à Receita Federal dizendo que essa
1560 certidão era diferente, que o certificado havia sido renovado e, inclusive, dava o período de
1561 validade. A Secretária Executiva após colocações sobre a matéria, observou ser necessária essa
1562 validade, considerando as mudanças que ocorreriam na Entidade, dependendo do seu aniversário de

1563 renovação. A Conselheira Edna indagou se seria só com relação a esses certificados renovados, não
1564 sabendo se valeria a pena, nesse momento, ao que a Secretária Executiva observou que não valia a
1565 pena porque seriam exceções, esclarecendo que à medida que as certidões estivessem no *site*,
1566 podem ser tiradas diariamente com a informação atualizada. Após discussão sobre esse assunto, a
1567 Secretária Executiva informou já ter sido acertada com a Receita Federal a validade da certidão por
1568 seis meses, o que estava na Instrução Normativa da Receita Federal, destacando a necessidade de
1569 colocar no *site* para facilitar o acesso à informação. Prosseguindo, a Conselheira Edna continuou a
1570 relatar, informando que na página sete havia um encaminhamento pendente sobre pedidos de
1571 registro arquivados pela Resolução 87, sendo consenso consultar a Consultoria Jurídica sobre a
1572 situação, sua interpretação jurídica e os procedimentos que deveriam ser adotados para todos
1573 uniformemente. O Conselheiro Renato Saidel indagou quantos processos de registro foram
1574 arquivados, com a Conselheira Edna informando que foram aproximadamente dois mil pedidos de
1575 registro ou pedidos de reconsideração em pedido de registro e que voltariam para análise se a
1576 CONJUR decidisse pelo seu desarquivamento. Prosseguindo, observou, sobre as revisões da
1577 Resolução 47, que o encaminhamento havia sido a discussão sobre os valores de Auditoria, já
1578 estando distribuído para revisão e análise na reunião de maio. A Secretária Executiva passou a
1579 chamar os Conselheiros que não havia chamado na primeira conferência de quorum: Conselheiro
1580 João Carlos, na titularidade, Conselheiro Renato de Paula, e Conselheiro Frederico. Dando
1581 sequência, o senhor Presidente em exercício observou que as pendências haviam sido resolvidas e
1582 consideradas, com a Conselheira Renata, voltando à página seis e discorrendo sobre a questão dos
1583 prazos e os procedimentos a serem orientado pela Consultoria Jurídica, faltando votar essas
1584 orientações. A Conselheira Edna esclareceu que não podia ser mais publicado nada em função da
1585 Media Provisória, sendo solicitado à Consultoria Jurídica, para que esclarecesse os procedimentos a
1586 serem adotados, com a Conselheira Renata explanando sobre a situação que considerava
1587 preocupante. Após mais algumas colocações, a Memória de março da Comissão de Normas, foi
1588 considerada aprovada. Continuando, a Conselheira Edna passou para a Memória da Reunião
1589 Extraordinária da Comissão de Normas de abril, sugerindo ir direto ao assunto e o encaminhamento
1590 sobre as propostas de procedimentos e providências para o Conselho voltar a analisar e julgar
1591 processos de sua competência. Informou que o relato estava todo no documento, não sendo gravada
1592 essa reunião, com os encaminhamentos sendo: realizar consulta jurídica sobre qual tratamento que
1593 deveria ser dado aos pedidos de registros que foram arquivados pela Resolução 87; divulgar no site
1594 informações quanto às relações jurídicas estabelecidas durante a vigência da Medida Provisória
1595 446, conforme conclusão do Parecer 192; solicitar ao Ministério da Educação, da Saúde, do
1596 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio de ofício da Presidente do Conselho, o
1597 encaminhamento dos processos e documentos com pedido de concessão originária, enviados por
1598 força da MP 446. Indagou à Secretária Executiva se havia feito esse ofício, que informou que o
1599 Ministério da Educação havia devolvido nessa semana 159 processos, de 161 que havia sido
1600 encaminhado, não podendo fazer uma avaliação pois o protocolo ainda estava dando tratamento do
1601 seu recebimento para poder tramitar para a Coordenação de Normas. Prosseguindo, a Conselheira
1602 Edna informou que os assuntos vinham sendo tratados e amadurecidos e, com relação ao item sexto,
1603 havia sido alterado o inciso dois do caput do artigo quarenta da Resolução 53 de trinta e um de
1604 julho de 2008, que era o Regimento Interno, “*O Julgamento observará o seguinte procedimento.*
1605 *Inc. I. identificação da entidade. Inc.II. Leitura do parecer, esclarecendo qual o pedido, a*
1606 *fundamentação, e a conclusão. III. Manifestação do relator. IV. Abertura de discussão. V. Votação*
1607 *nominal dos Conselheiros e, VI. Conferência dos votos e de decisão colegiada”, que ficaria:*
1608 *“apresentação dos elementos essenciais do parecer técnico”.*, mudando o inciso um, que ficaria: *“a*
1609 *identificação do processo, da entidade, e de seu pedido”, e o três: “Voto conclusivo do relator, com*

1610 *a respectiva fundamentação*”, permanecendo os demais. A Conselheira Edna prosseguiu com o
1611 sétimo encaminhamento, encaminhar ofício ao Ministro do MDS para a reestruturação do quadro de
1612 funcionários envolvidos no processo de certificação, sendo que, após discussão sobre o assunto, a
1613 Secretária Executiva esclareceu que estavam solicitando servidores que pudessem analisar
1614 processos, considerando que o problema maior residia nos processos de concessão e renovação,
1615 considerando a sua natureza. O Conselheiro João Carlos indagou se, eventualmente, seria possível a
1616 cessão de servidores, com a Conselheira Edna observando ser responsabilidade do MDS encontrar
1617 servidores aptos para a função. O senhor Presidente em exercício registrou a presença dos
1618 Conselheiros Edivaldo, Conselheira Margareth, e Conselheira Rose. Na sequência, passou a palavra
1619 para o Conselheiro Geraldo que manifestou sua preocupação pela situação atual: primeiro,
1620 indagando sobre a recomposição sugerida; segundo, se não se pensasse de uma forma muito
1621 responsável nessa situação, se corria o risco de, independente da normatização vingar, fragmentar
1622 ou colocar na berlinda novamente esse Conselho; e, terceiro, a questão do tempo no que dizia
1623 respeito a concurso público. Observou que não seria o caso de se fazer um esforço de tarefa
1624 conjunta com outros Ministérios, solicitando a designação de alguns técnicos pela Receita Feral ou
1625 o MP. A Conselheira Dolores concordou com as colocações do Conselheiro Geraldo, porque havia
1626 que se posicionar, com a Comissão de Normas e o Pleno se aprofundando nessa questão, sugerindo
1627 encaminhar uma carta aos Ministérios afins, correlacionados, se eles ajudariam esse Conselho. A
1628 Conselheira Edna relatou a situação existente, destacando que se procurava resolver essa situação
1629 para dar agilidade aos processos. Após algumas colocações, o Conselheiro Clodoaldo sugeriu a
1630 contratação de uma empresa para fazer um estudo sobre a estrutura, com a Conselheira Edna
1631 informando que havia uma análise de 2006, feita com todas as atribuições do Conselho, material
1632 que estava com a Comissão de Normas e que já havia sido disponibilizado, tendo que se ter o
1633 mínimo de condições para retomar julgamentos. A Conselheira Verônica observou que a
1634 preocupação colocada era de todo Conselho, que deveria acompanhar os encaminhamentos para que
1635 pudessem, o mais rápido possível, estar cumprindo com os compromissos que eram de sua
1636 competência, para que não houvesse nenhum prejuízo para todos enquanto Conselheiros e
1637 Conselheiras. O senhor Presidente em exercício propôs ler os encaminhamentos oito e nove,
1638 encerrar o relato, e voltar à discussão, com a Conselheira Edna se referindo aos encaminhamentos
1639 restantes: Item oitavo: distribuir até o mês de maio processos para julgamento, de acordo com o
1640 critério de prioridade por antiguidade, além dos processos de importação que já tivessem sido
1641 julgados; e, Item nono: realizar uma próxima reunião extraordinária no dia quinze de maio das nove
1642 às dezessete horas. O senhor Presidente em exercício passou a relatar os encaminhamentos,
1643 observando que o item seis sobre alteração do Regimento necessitaria de aprovação nominal e
1644 qualificada. O Conselheiro Edivaldo indagou quais eram os elementos essenciais propostos, para
1645 poder votar, com o senhor Presidente em exercício esclarecendo que a a intenção era dar agilidade
1646 ao julgamento, sobre o que a Comissão de Normas havia se debruçado e encontrado os elementos
1647 essenciais. A Conselheira Edna discorreu sobre a questão, esclarecendo que os relatores fariam sua
1648 análise com base nos elementos propostos, o que agilizaria essa análise. A Conselheira Maria
1649 sugeriu que os processos fossem encaminhados aos Conselheiros com um prazo de dez dias antes
1650 da reunião, dando prazo suficiente para o Conselheiro se inteirar do assunto e, caso tivesse alguma
1651 dúvida, solicitaria alguma explicação. A Conselheira Dolores propôs ao relator da Comissão de
1652 Normas, solicitando a aprovação do Pleno, de ficar três itens para discussão e aprofundamento, e
1653 que seriam apresentados posteriormente, considerando o comprometimento do relator. O
1654 Conselheiro Edivaldo propôs que se fossem fazer a alteração regimental, aproveitando para incluir a
1655 questão do prazo para receber o material. A Secretária Executiva destacou que os pareceres tinham
1656 que ser distribuídos de uma reunião para a outra, o que poderia ser aplicado a partir de junho,

1657 podendo se comprometer com os dez dias em maio. Por questão de ordem, o Conselheiro Renato
1658 Saidel manifestou contemplar o colocado pela Secretária Executiva, mas observando que isso
1659 deveria ser registrado através de Resolução ou de alteração do Regimento Interno. O senhor
1660 Presidente em exercício destacou haver uma proposta concreta da Conselheira Dolores, de mudança
1661 formal de texto, perguntando se havia condições ou não de aprovar esse texto apresentado pela
1662 Comissão, se julgassem que, com os elementos essenciais e com a discussão havia entendimento do
1663 que estava formalizado ou se suspendia essa votação, aguardando que a Conselheira apresentasse
1664 um texto alternativo. A Conselheira Dolores sugeriu que ficasse para a próxima votação a alteração
1665 do artigo quarenta, que a discussão seria reforçada na Comissão de Normas da forma como ficaria
1666 este artigo após debate, defendendo a identificação e voto do relator, com a respectiva
1667 fundamentação, vindo depois a apresentação dos elementos essenciais do parecer técnico. O senhor
1668 Presidente em exercício indagou à Plenária se votaria agora, pela aprovação da proposta de
1669 mudança dos três incisos do artigo quarenta, e, após colocações pelos Conselheiros, passou à
1670 votação nominal, conduzida pela Secretária Executiva: Conselheiro Renato Saidel? “Pela
1671 aprovação”; Conselheira Margareth Alves? “Pela aprovação”; Conselheira Rose?; “Pela
1672 aprovação”; Conselheiro Geraldo?; Pela aprovação”; Conselheira Edna? “Pela aprovação.”;
1673 Conselheiro João Carlos? “Pela aprovação.”; Conselheiro Charles? “Pela aprovação da proposta da
1674 Comissão de Normas.”; Conselheiro Frederico? “Pela aprovação.”; Conselheira Heloísa? “Pela
1675 aprovação.”; Conselheira Maria Dolores? “Pela aprovação.”; Conselheiro Renato de Paula? “Pela
1676 aprovação.”; Conselheira Renata Rodrigues? Pela aprovação.”; Conselheiro José Crus? “Pela
1677 aprovação.”; Conselheira Verônica? “Pela aprovação.”; Conselheiro Pessinatti? “Pela aprovação.”;
1678 Conselheiro José Geraldo?; “Pela aprovação.”; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari? “Eu acabei de
1679 chegar, então me abstenho, ok?”. O senhor Presidente em exercício computou dezesseis votos pela
1680 aprovação da alteração do Regimento, e uma abstenção. Prosseguindo com o item sete, o
1681 Conselheiro Geraldo ratificou a fala da Conselheira Verônica, ressaltando a situação que o
1682 Conselho, em gestões passadas, havia criado quando deixou cumular as quase dez mil certificações
1683 que agora saíram na Medida Provisória e, chamando a atenção para não se deixasse que isso
1684 ocorresse mais. Lembrou que após a posse desse Conselho, foram chamadas a Receita Federal, a
1685 Secretaria de Receita Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público, oportunidade em que foi
1686 colocada a responsabilidade do Conselho, situação que gostaria de deixar registrada. A Conselheira
1687 Marisa indagou se seria possível contratar uma empresa para fazer a análise, com a Conselheira
1688 Edna informando que isso não era possível porque quem era responsável pelo parecer era quem
1689 assinava. Discorrendo sobre a situação, o senhor Presidente em exercício perguntou se poderiam
1690 considerar aprovado essa Memória com a concordância de todos os Conselheiros. Na sequência, a
1691 Conselheira Edna passou a relatar a Memória da Comissão de Normas, realizada em 12 de maio de
1692 2009, indagando sobre a distribuição do material. Informou que a Comissão havia discutido que
1693 para se dar conta de retomar os processos de análise e julgamento de processos era preciso ter um
1694 planejamento para desenvolver essa atividade. Que esse grupo seria composto nos mesmos moldes
1695 do grupo do GT de transição, discorrendo sobre a sua atuação, anexando a minuta da Resolução.
1696 Destacou que o prazo para a conclusão dos trabalhos era de sessenta dias, informando sobre a
1697 protocolização dos processos. A Secretária Executiva esclareceu que os processos e documentos
1698 encaminhados para os Ministérios cuidar da distribuição, após a Medida Provisória, começariam a
1699 voltar, sendo protocolizados. A Conselheira Edna observou que com a rejeição da Medida Provisória
1700 voltava o registro no CNAS, discorrendo sobre a situação e os procedimentos que a Secretaria
1701 Executiva havia sugerido após perceber a emissão das certidões fora dos padrões, discorrendo sobre
1702 a situação e sobre os próximos itens da Memória. Informou sobre os procedimentos com relação aos
1703 processos de importação, com a Comissão de Normas entendendo que poderia distribuir os pedidos

1704 de registro, sendo acatado distribuir um processo de registro para cada Conselheiro, além dos
1705 processos de importação que estavam para ser distribuídos. Prosseguindo, discorreu sobre a revisão
1706 das Resoluções e sua distribuição entre os Conselheiros. Relatando uma ocorrência nova em
1707 Varginha, a Conselheira Edna informou que essa situação seria encaminhada à Consultoria Jurídica
1708 para esclarecimento sobre quais os procedimentos que deveriam ser adotados nessas situações,
1709 porque os processos tiveram a renovação deferida por força da Medida. Destacou a denúncia
1710 eletrônica que havia sido recebida, com o encaminhamento para que essa denúncia fosse para a
1711 SNAS. Referiu-se ao oitavo assunto, sobre processos prematuros, esclarecendo do que se tratava
1712 ficando pautado para a Reunião Extraordinária de quinze de maio. Destacou que os assuntos nove,
1713 dez e onze tratavam de impropriedades verificadas em processos e que seriam examinados
1714 posteriormente. O senhor Presidente em exercício agradeceu a passou à discussão dos itens tratados,
1715 sendo que alguns dos encaminhamentos já haviam sido resolvidos, encaminhados e aprovados nos
1716 relatos de março e abril que haviam acabado de fazer. Prosseguindo, passou à indicação de nome
1717 para a Resolução que constituía o GT, com a Conselheira Edna procedendo à sua leitura. O senhor
1718 Presidente em exercício passou à sua composição, com as seguintes indicações: Conselheiro
1719 Pessinatti, representando a Sociedade Civil, Conselheira Edna representando o Governo, com a
1720 Secretária Executiva como apoio. O Conselheiro Geraldo sugeriu a composição com dois
1721 Conselheiros, respeitando a paridade, indicando o Conselheiro Renato Saidel, ao que a Conselheira
1722 Edna observou que esse GT havia sido pensado no mesmo modo do GT transição, com pessoas de
1723 Brasília, considerando o trabalho constante e diário. O senhor Presidente em exercício observou que
1724 o primeiro critério era ser de de Brasília, abdicando de sua indicação, com o Conselheiro Geraldo
1725 mantendo sua indicação. O senhor Presidente em exercício observou que se essa indicação fosse
1726 aceita, o Governo deveria fazer sua indicação, com a Conselheira Edna informando que até o dinal
1727 da tarde indicariam o nome, indagando se era necessário dois ou quatro membros. O senhor
1728 Presidente em exercício colocou em discussão a questão, para que se pudesse encaminhar a votação.
1729 O Conselheiro João Carlos indagou sobre a proposta de dois, com a Conselheira Edna observou que
1730 era no sentido de agilizar os trabalhos, discorrendo sobre os mesmos, acreditando que dariam conta,
1731 pela experiência do GT Transição. A Conselheira Rosa ressaltou a necessidade de se indicar alguém
1732 do Governo para essa composição. O Conselheiro Geraldo discorreu, fundamentando sua posição,
1733 observando que outros GT foram criados com número até maior em função da importância que se
1734 dava ao tema, querendo fazer sua defesa dentro dessa tese. O senhor Presidente em exercício
1735 colocou em votação as duas proposições, com a proposta da Comissão de Normas tendo onze votos,
1736 e a proposta com quatro membros tendo cinco votos. Após essa votação, o senhor Presidente em
1737 exercício se absteve de participar, por causa interessada, ficando para decidir entre seu nome ou do
1738 Conselheiro Renato Saidel, pela Sociedade Civil, e a Conselheira Edna, pelo Governo. A
1739 Conselheira Edna destacou que gostaria de receber sugestões sobre cada um dos assuntos pelo e-
1740 mail edna.alegro07@terra.com.br. O senhor Presidente em exercício, prosseguindo, se referiu ao
1741 primeiro assunto da pauta de maio, continuando com o segundo, que tratava de anular as certidões
1742 por meio de Resolução, referentes a: Associação Protetora do hospital São Francisco; Associação de
1743 Pais e Amigos de Excepcionais; Associação de Pais de Itu e Amigos Excepcionais; Fundação
1744 Baiana para o Desenvolvimento da Ciência; Associação Pestalozzi do Município de Ibatiba e, a
1745 Sociedade do Santo Rosário. O Conselheiro Edivaldo indagou se todos esses casos seriam
1746 indeferidos ou se emitiriam certidões novas, com o senhor Presidente em exercício esclarecendo
1747 que foram detectados os problemas, foram declaradas nulas e emitidas novas certidões, e
1748 comunicada à Entidade. Destacou que o próximo item era uma pauta para o dia seguinte, o
1749 próximo, sorteio e distribuição de processos de importação e de registro. O senhor Presidente em
1750 exercício continuou com os itens com o Conselheiro Renato Saidel Coelho elogiando o

1751 encaminhamento que havia sido feito, mas se percebia que era um processo de denúncia e sugerindo
1752 encaminhar uma cópia dessa documentação para o Grupo de Trabalho que estava estudando o
1753 processamento de denúncias no CNAS. Que com esse envio, se esperava que se pudesse trabalhar
1754 com a situação mais realista dentro dos procedimentos que se pretendia trazer na próxima Plenária,
1755 dia 22 de maio. O senhor Presidente em exercício relatou que o assunto nº 7, denúncia eletrônica,
1756 estava acatado, solicitando à Conselheira Edna que procedesse à sua leitura, que informou que havia
1757 proposto que essa denúncia fosse encaminhada à SNAS do Ministério do Desenvolvimento Social.
1758 O Conselheiro Edivaldo, por uma questão de forma, colocou que seria interessante consultar os
1759 membros da Comissão se havia alguma objeção quanto a essa alteração, muito embora ela fosse
1760 óbvia e necessária. A Secretária Executiva arrazoou que não se poderia alterar a Memória por já ter
1761 sido assinada pelo Coordenador da Comissão e ser o resultado da discussão. Que não se estava
1762 alterando essa discussão, mas sim fazendo uma alteração na Plenária a partir da discussão feita na
1763 Comissão, com o Conselheiro Edivaldo observando que era importante que os membros da
1764 Comissão, ainda que tacitamente, se posicionassem. A Conselheira Edna esclareceu que haviam
1765 percebido isso quando o relato estava sendo feito, mas como o encaminhamento dado na Comissão
1766 era outro e os membros da Comissão não estavam para que fossem consultados, se havia trazido o
1767 texto sem alteração para ser apresentado e alterado pela Plenária. O senhor Presidente em exercício
1768 prosseguiu com os assuntos, passando a tratar do relato da Presidência Ampliada e os
1769 procedimentos para essa apresentação. Informou que a Reunião havia sido presidida pela senhora
1770 Presidente com os Conselheiros: Nivaldo, Frederico, Margareth, Edna, José Geraldo e o apoio da
1771 Cláudia e Silvanir. Observou que o primeiro assunto havia sido a sugestão da proposta de pauta
1772 para a próxima reunião, dia 16 de manhã a reunião da Comissão de Conselhos, à tarde as demais
1773 Comissões e à noite, Ampliada. No dia seguinte, às 9h aprovação da Ata, os Informes da
1774 Presidência e o momento solene para assinatura da Resolução Conjunta que já havia sido debatida e
1775 o CONANDA já tinha reservado esta data para as “Orientações Técnicas do Serviço de
1776 Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, com a Secretária Executiva informando que essa
1777 Reunião poderia se realizar no Auditório do Bloco A. Prosseguindo, o senhor Presidente em
1778 exercício seguiu com os itens, observando que a Presidência propôs que o tema “*A crise mundial e
1779 seus reflexos no Brasil*” fosse pautado na Reunião Ordinária de julho, contatando o Conselho de
1780 Desenvolvimento Econômico e Social para indicar um nome para o debate na Plenária. Com
1781 relação ao segundo assunto sobre a questão da reforma tributária, a Presidência Ampliada havia
1782 sugerido que fosse pautado em agosto e, o terceiro assunto, a questão da sustentabilidade das
1783 Entidades, fosse pautado em setembro. Referiu-se à moção de repúdio do Conselho do Paraná sobre
1784 o não-custeio das despesas de participantes na Reunião Ampliada do CNAS ocorrida em abril,
1785 sendo deliberado que seria encaminhado ofício àquele Conselho informando que o CNAS não
1786 custeava a vinda de participantes na Reunião Ampliada. Informou sobre os próximos assuntos,
1787 Relatório da Reunião Ampliada; Acompanhamento de presença dos Conselheiros; Reprogramação
1788 orçamentária do CNAS de maio a dezembro de 2009, informando que os recursos alocados na Ação
1789 8249, funcionamento dos Conselhos de Assistência Social constante na Lei Orçamentária Anual, na
1790 LOA, eram da ordem de R\$ 3.022.127,00, destacando o corte de R\$ 662.169,00 com relação ao
1791 PLOA 2009, cuja recomposição já estava em andamento. Que já havia sido informado à Presidência
1792 Ampliada sobre as despesas que seriam realizadas com os referidos recursos: passagens e diárias
1793 para as reuniões previstas e Conferências Municipais e das capitais, taquigrafia, intérprete de libras,
1794 equipamentos e operacionalização da VII Conferência Nacional, que era o principal objeto da
1795 proposta, tendo como encaminhamento: aprovar a reprogramação aos recursos existentes na Lei,
1796 objetivando atender as despesas com a realização da VII Conferência Nacional de Assistência
1797 Social. Continuando relatou os itens finais, sendo por último o Plano Decenal de Assistência Social,

1798 com a Presidência recomendando o acompanhamento e monitoramento das metas nacionais do
1799 Plano Decenal também por cada uma das Comissões, assinando em nome da senhora Presidente. Na
1800 sequência, o senhor Presidente em exercício passou à discussão de item por item, com a Secretária
1801 Executiva chamando à ordem de apresentação e sugerindo colocar as Câmaras de Julgamento no
1802 final da manhã ou no começo da tarde. O Conselheiro Clodoaldo indagou se no caso de o Ministro
1803 ter agenda e pudesse vir ao CNAS, existiria uma flexibilidade, ao que o senhor Presidente em
1804 exercício observou que sim, se assim fosse desejada. A Conselheira Marisa indagou se existia
1805 possibilidade de antecipar o relato da Presidência Ampliada, de não ser no último dia e talvez no
1806 primeiro dia, na parte da manhã, com o Conselheiro Frederico destacando que a questão era a
1807 operacionalização. A Secretária Executiva ressaltou que à tarde, havendo um período seria viável,
1808 com o o senhor Presidente em exercício manifestando estar acolhida a sugestão da Conselheira
1809 Marisa. Com relação às sugestões sobre a organização de eventos para tratar de três assunto, o
1810 Conselheiro. Clodoaldo observou que era necessário indicar o mes e o ano ao serem pautadas as
1811 reuniões, assim como no final dizia Plano Decenal, pelas Comissões, mas não dizia de quem,
1812 devendo se fazer tais complementos para no futuro os historiadores localizassem. O Conselheiro
1813 Renato de Paula esclareceu que em uma Plenária se havia elencado alguns grandes tópicos que se
1814 trataria na Conferência, mas que nela não haveria tempo de aprofundar. Que havia sido proposto
1815 que a Presidência Ampliada acordasse com o MDS a possibilidade de realizar alguns eventos para
1816 discutir aqueles grandes tópicos que, salvo engano, era encontro de Trabalhadores, encontro de
1817 Usuários e a questão da Seguridade Social, que não havia ocorrido por falta de agenda. Informou
1818 que havia um fato novo, que deveria ser retomado na Presidência Ampliada, que se tratava da
1819 realização da I Conferência sobre Sistemas Universais de Seguridade, com o convite chegando ao
1820 CNAS para compor o grupo que organizaria e conduziria essa Conferência. Explanou sobre o que
1821 havia ocorrido na reunião na qual havia representado o MDS, com uma das propostas sendo de o
1822 CNAS discutir e retomar esse assunto. Observou que quando o Conselho recebesse esse convite,
1823 haveria que novamente se abordar o assunto, sugerindo que a Presidência Ampliada discutisse e
1824 pautasse também a realização do Encontro de Seguridade, acoplado à mobilização brasileira do
1825 Encontro Mundial. O Conselheiro Edivaldo propôs que se fizesse uma reflexão para saber se a
1826 ordem dos assuntos a serem trabalhados proposta era a mais ideal, porque a Comissão de Política,
1827 em um debate anterior, havia chegado à conclusão de que esse assunto era emergencial.
1828 Prosseguindo, indagou se o Pleno não acolheria ser pautado para julho, com o senhor Presidente em
1829 exercício observando que era esse o mes que o tema estava agendado. O Conselheiro Ferrari
1830 ponderou que ia falar sobre o mesmo que o Conselheiro Edivaldo havia colocado, observando que o
1831 assunto sobre o papel das Entidades a questão da sustentabilidade viria à tona e não se daria conta
1832 de esgotar esse assunto em junho, propondo inverter o tema de setembro para julho. O Conselheiro
1833 Renato de Paula concordou com as sugestões, entendendoque seria inevitável, na hora em que se
1834 discutisse o papel e vínculo, falar de sustentabilidade, discorrendo sobre a questão. Concluindo,
1835 observou encontrar que a discussão da reforma era algo que subsidiava e qualificava a discussão da
1836 sustentabilidade das Entidades, inclusive a relação que elas tinham com o Poder Público. O
1837 Conselheiro Renato Saidel manifestou que gostaria de pensar na crise mundial e seus reflexos no
1838 Brasil, sendo sua preocupação que esse assunto já estivesse esvaziado até julho, propondo que fosse
1839 retomado em julho e se avaliasse a pertinência de se manter nesses moldes ou alterar o enfoque. O
1840 senhor Presidente em exercício ressaltou ter várias contribuições, passando aos encaminhamentos.
1841 Destacou que já havia sido aprovada para a próxima Reunião em Pauta, a discussão da questão das
1842 Entidades e o vínculo SUAS, estando pautados três temas, com a lembrança que o Conselheiro
1843 Renato de Paula havia trazido outra temática, com uma proposta de que o assunto da reforma
1844 tributária viesse para julho, com o tema sobre a crise passando para terceiro lugar. O Conselheiro

1845 Renato de Paula manifestou haver entendido que o assunto de sustentabilidade viria para pauta,
1846 acoplado à discussão do papel das Entidades e o vínculo, sugerindo que esse assunto fosse mantido,
1847 para ser aprofundado e ampliado após a discussão da reforma tributária. Observou que, após as
1848 colocações do Conselheiro Ferrari, anteciparia o tema da reforma tributária para julho e a questão da
1849 sustentabilidade para agosto, com o senhor Presidente em exercício observando que, como já havia
1850 sido aprovado, julho estava sendo proposto. O Conselheiro Renato Saidel explicou que sua proposta
1851 não era alterar a data de julho, mas que em junho se avaliasse esse tema e se verificasse a sua
1852 pertinência, havendo colocações pelos Conselheiros sobre o assunto. O Conselheiro Geraldo, após
1853 se manifestar sobre a situação, referiu-se à situação que ocorria nos municípios, ficando atentos a
1854 essa situação que afetava a Assistência Social. Observou que no dia 18 de junho, de 10h a 12h se
1855 discutiria “*o papel das Entidades de Assistência Social e vínculo SUAS*”, manifestando que esse
1856 tema e o da sustentabilidade deveriam ser discutidos juntos. O Conselheiro Renato de Paula indicou
1857 o que havia sugerido, de que em julho se falasse sobre a reforma tributária, mas que se iria discutir
1858 sustentabilidade, propondo manter o assunto e discutir os dois assuntos conjuntamente, ampliando
1859 esse debate em outro momento e mantendo as duas pautas. O Conselheiro Geraldo sugeriu que se
1860 ampliasse esse prazo e que fosse registrado, também de forma escrita como estava acordado. O
1861 Conselheiro Ferrari ressaltou que, dada a importância do tema da sustentabilidade, seria interessante
1862 alguns companheiros da Sociedade Civil, se reunirem e indicar um nome para fazer esse debate. O
1863 senhor Presidente em exercício procedeu ao seguinte encaminhamento, “o papel das Entidades de
1864 Assistência Social e vínculo SUAS” permanecia na proposta com a sugestão do Conselheiro Geraldo
1865 para se iniciar a questão da sustentabilidade, reforçada pela proposta do Conselheiro Renato de
1866 Paula de que esse assunto, mesmo que embrionariamente começasse ali e fosse ampliado na reunião
1867 de setembro. Que a proposta seria de que na reunião Plenária de julho se conversaria sobre a crise
1868 mundial e seus reflexos no Brasil com o debate ampliado por contrapontos, não somente o Conselho
1869 do Desenvolvimento, mas com outra participação; a reforma tributária em agosto e o tema da
1870 sustentabilidade a ser ampliado já iniciado em junho da sustentabilidade, com o Conselheiro Geraldo
1871 sugeriu o título “Papel das entidades de assistência social”, sustentabilidade e vínculo SUAS”. O
1872 senhor Presidente em exercício, indagou se todos estavam de acordo, o que foi acatado pelos
1873 Conselheiros presentes. O senhor Presidente em exercício passou para o item três, relativo ao
1874 comunicado da moção feita pelo estado do Paraná e a resposta da senhora Presidente dizendo que
1875 não custearia a participação, com o Conselheiro Renato de Paula discorrendo sobre a situação que
1876 havia vivido na Ampliada nesse estado e as explicações que havia dado na oportunidade.
1877 Continuando, o senhor Presidente em exercício informou que a Conselheira Heloísa havia
1878 oficializado sua saída, retornando à tarde. Discorreu sobre o registro da presença dos Conselheiros,
1879 sendo recomendada uma lista de presença pela parte da manhã e outra à tarde como efeito de
1880 registro. O Conselheiro Geraldo se pronunciou sobre esse procedimento, observando que todo esse
1881 trabalho de participação e de comprometimento era um trabalho de conquista e não de imposição,
1882 lamentando a saída de dois Ministérios única e exclusivamente baseada nessa fundamentação. O
1883 senhor Presidente em exercício relatou o que havia sido conversado, mas que o substrato era um
1884 documento que desse aos Conselheiros a segurança da sua participação, até como garantia pessoal
1885 havendo, também, uma recomendação jurídica a respeito, destacando que a gravação também
1886 registrava a presença. O Conselheiro Renato Saidel manifestou que gostaria de refletir sobre o
1887 assunto, e se fossem pensar no segundo parágrafo do item cinco, entendia que sua redação
1888 suprimiria a presença da lista em dois períodos, pois a partir do momento em que o Conselheiro
1889 tivesse que se ausentar por mais de uma hora, ele deveria comunicar à Presidência do CNAS para
1890 fins de registro em Ata e isso seria suprido. A Secretária Executiva informou que havia levado à
1891 Presidência Ampliada o instrumental utilizado atualmente e que não refletia a fiel presença dos

1892 Conselheiros no Conselho, sendo uma sugestão de encaminhamento para colher essas assinaturas. O
1893 Conselheiro Clodoaldo observou ser uma questão operacional, discorrendo sobre esse procedimento
1894 e solicitando que o Conselheiro Geraldo colocasse a questão, que iniciou sua explanação
1895 observando que trazia duas situações: que não havia sido dado conhecimento ou discutido em
1896 Plenária esse assunto, sendo apresentado já para assinatura; e, segundo, que esse novo formato não
1897 lhe causava problemas, por estar sempre presente às Reuniões. Observou que isso era um aspecto
1898 operacional burocrático, não que fosse desnecessário, mas que talvez ficasse para reflexão de cada
1899 um no que dizia respeito ao comprometimento. A Conselheira Edna manifestou-se satisfeita com as
1900 colocações havidas, tratando-se de uma formalidade necessária, discorrendo sobre o
1901 comprometimento ético na participação, sendo que constates e reiteradas ausências talvez
1902 devessem ser objeto de conversa pela Comissão de Ética. A Conselheira Dolores solicitou que após
1903 cada reunião fosse emitido um certificado de participação e de presença, com o senhor Presidente
1904 em exercício observando que estava registrada sua solicitação. A Secretária Executiva informou que
1905 sempre que essa declaração era solicitada, era emitida com base na presença registrada na
1906 degravação e na Ata. Pedindo desculpas aos Conselheiros em nome da Secretaria Executiva e da
1907 equipe pela aplicação das listas no dia anterior, reiterou que a fonte de verificação das frequências
1908 tinha que ser a lista, apesar de também ter seu registro na degravação. O senhor Presidente em
1909 exercício como primeiro encaminhamento, destacou que se teria como fonte de informação para
1910 verificação da presença a Ata e sua respectiva degravação, com a lista de presença, nesse caso,
1911 podendo ser dispensada; e, segundo, que permaneciam essa lista e o recurso da degravação. Por
1912 questão de ordem, o Conselheiro Clodoaldo manifestou que, diante do que havia sido apontado pelo
1913 Conselheiro Geraldo, concordava que a lista da manhã era apenas aquela que deveria ser
1914 considerada no dia anterior e não a lista do período da tarde, uma vez que isso estava sendo
1915 deliberado. Prosseguindo, esclareceu a situação, destacando que a Secretaria Executiva estava
1916 colocando uma questão de ordem regimental e elogiando o seu trabalho e competência. A
1917 Conselheira Marisa citou o fato de não haver chegado na abertura dos trabalhos e que sua presença
1918 não havia sido registrada, mas a sim de outros Conselheiros que chegaram posteriormente, o que
1919 acabava causando falhas na degravação. Continuando, o senhor Presidente em exercício destacou o
1920 encaminhamento em que a Plenária concordava que haveria uma lista no período da manhã e outra
1921 no período da tarde, além do recurso da degravação, sendo esse o entendimento, com a aprovação
1922 de todos os Conselheiros. Na sequência, o senhor Presidente em exercício passou ao item sobre
1923 Reprogramação orçamentária do CNAS, o qual contou com a aprovação do Pleno. Continuando
1924 com o item sobre Planejamento estratégico, informou que havia uma solicitação por parte da
1925 Presidência para que se retomasse, nas respectivas Comissões e âmbitos, como Presidência,
1926 Secretaria, as atribuições que foram assumidas, com o mesmo sendo feito em relação ao Plano
1927 Decenal. O Conselheiro José Crus enfatizou que não cabia apenas ao Conselho Nacional
1928 acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano Decenal, mas também aos Conselhos
1929 Estaduais e Municipais o mesmo acompanhamento, o mesmo monitoramento, a mesma avaliação.
1930 Que gostaria de saber se era o caso de o Conselho Nacional também recomendar aos Conselhos
1931 Estaduais e aos Conselhos Municipais esse acompanhamento, podendo-se mandar como anexo o
1932 próprio Plano Decenal, que estava disponível no *site* do Ministério. O Conselheiro Renato Saidel
1933 fez um adendo, solicitando resposta dessa recomendação, devendo-se encaminhar um ofício
1934 determinando que isso acontecesse pois quando se encaminhava sem essa solicitação, não havia
1935 garantia que fosse posto em prática. O Conselheiro Edivaldo posicionou-se contrário à idéia de
1936 determinar, devendo ser recomendação, com o senhor Presidente em exercício colocando a
1937 determinação e a solicitação de retorno, o que ficou registrado. A Secretária Executiva informou
1938 que iriam ocorrer no período da tarde os relatos da Comissão de Política, a Resolução que criava as

1939 Subcomissões, informando que na Subcomissão de Comunicação estava precisando de uma
1940 representação da Sociedade Civil. Que urgia o retorno dos Conselheiros sobre o convite do
1941 Encontro de População de Rua, que estava no e-mail, para se providenciar o plano de viagem.
1942 Indicou haver, ainda, a carta que os Conselheiros Margareth e Renato ficaram de escrever para o dia
1943 do Assistente Social. **ENCERRAMENTO.** O senhor Presidente em exercício encerrou os trabalhos
1944 para o almoço, convocando a todos que retornassem às catorze horas e trinta minutos, e a Sociedade
1945 Civil às catorze horas. Retomando os trabalhos, o senhor Presidente em exercício passou para a
1946 Secretária Executiva relatar o quorum: Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes:
1947 Conselheiro Carlos Eduardo; Conselheira Margareth; Conselheiro Geraldo; Conselheira Edna;
1948 Conselheiro Charles; Conselheiro Frederico; Conselheira Heloísa; Conselheira Dolores;
1949 Conselheiro José Crus; Conselheiro Pessinatti; e, Conselheiro José Geraldo. Conselheiros
1950 Suplentes: Conselheiro Sérgio; Conselheiro Edivaldo; Conselheiro Samuel; Conselheira Marisa;
1951 Conselheira Rosa; Conselheiro Clodoaldo; e, Conselheiro Pasquini. Visitantes: Annemarie,
1952 Conselho Estadual de São Paulo; Lenil; Edilar, do Rio Grande do Sul; Fernando, de São Paulo;
1953 Maria Cristina, de Pernambuco; e, Doencivander. Na sequência, o senhor Presidente em exercício
1954 passou a palavra para o Conselheiro Frederico relatar a Memória da Reunião Extraordinária da
1955 Comissão de Política da Assistência Social: *“Memória da Reunião Extraordinária – Comissão de*
1956 *Política da Assistência Social - Data: 17/04 e 11/05. Local: CNAS. Horário: 9h às 18h.*
1957 *Participantes: Carlos Eduardo Ferrari; Edivaldo da Silva Ramos; Frederico Jorge de Souza Leite;*
1958 *Heloísa Helena Mesquita Maciel; João Carlos Carreira Alves; José Crus; Margareth Alves*
1959 *Dallaruvera; Samuel Rodrigues; Sérgio Wanderly Silva. Ausências Justificadas: Carlos Ferrari,*
1960 *em 11 de maio; Heloísa Helena, em 17 de abril; Margareth Alves, em 11 de maio; Valdete de*
1961 *Barros Martins, 17 de abril e 11 de maio. Convidados: Miriam Maria José dos Santos –*
1962 *CONANDA. Apoio: Giovana Rocha Veloso; Maria Auxiliadora Pereira; Rosana de Cássia Alves*
1963 *da Silva. As duas Reuniões Extraordinárias da Comissão de Política em 17 de abril e 11 de maio*
1964 *tiveram como objetivo avaliar o documento “Orientações Técnica de Serviços de Acolhimentos*
1965 *para crianças e adolescentes”, que vem sendo pautado e discutido no âmbito do CNAS e do*
1966 *CONANDA, desde 2007. Esse documento é um processo de construção coletiva que recebeu*
1967 *relevantes contribuições com a realização de reuniões conjuntas das Comissões de Política do*
1968 *CNAS e do CONANDA. E a discussão e a aprovação dos relatos nas respectivas Plenárias. A*
1969 *realização de consulta pública no âmbito dos Conselhos de Assistência Social e dos Conselhos de*
1970 *Direitos da Criança e do Adolescente, no período de setembro a outubro de 2008, e a realização de*
1971 *reuniões do Grupo de Trabalho do CNAS/CONANDA, criado com o objetivo de sistematizar o*
1972 *referido documento. A regulamentação do Serviço de Acolhimento de crianças e adolescentes é*
1973 *uma ação prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e*
1974 *Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado pelo CNAS e CONANDA em*
1975 *Resolução conjunta nº 001/2006, e representa o mais importante compromisso partilhado entre o*
1976 *Ministério do Desenvolvimento de Combate à Fome, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o*
1977 *CONANDA e o CNAS, com afirmação do Estado Brasileiro de direitos de crianças e adolescentes à*
1978 *convivência familiar e comunitária. Os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes*
1979 *integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no Sistema Único de Assistência Social*
1980 *– SUAS, sejam eles de natureza pública estatal ou não-estatal. E devem pautar-se nos referenciais*
1981 *do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do*
1982 *Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, na Política Nacional de*
1983 *Assistência Social 2004, na Norma Operacional Básica NOB-SUAS 2005, na Norma Operacional*
1984 *Básica de Recursos Humanos, NOB/RH-SUAS 2006 e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas*
1985 *sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças. Este documento*

1986 se norteia pelos princípios da preservação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários,
1987 na garantia de acesso e respeito à diversidade, à não-discriminação e o atendimento personalizado
1988 e individualizado, na garantia de liberdade de crença e religião, respeito à autonomia da criança,
1989 do adolescente e do jovem, na excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e na
1990 provisoriedade deste afastamento. Apresenta ainda as orientações metodológicas e os parâmetros
1991 de funcionamento para os equipamentos e serviços de acolhimento às crianças e adolescentes. A
1992 versão do documento pós consulta pública foi enviada aos Conselheiros do CNAS no dia 22 de
1993 janeiro de 2009 para o encaminhamento de contribuições e considerações ao GT
1994 CNAS/CONANDA. Portanto, a versão atual deste documento, analisada pela Comissão de Política,
1995 inclui as contribuições da consulta pública e incorpora também as sugestões propostas pelas
1996 Comissões de Política do CNAS e do CONANDA, pelo Grupo de Trabalho CONANDA/CNAS e
1997 parte específica elaborada pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde. A reunião da
1998 Comissão de Política do dia 17 de abril contou com a presença da Conselheira do CONANDA,
1999 Miriam Maria José dos Santos que relatou que no âmbito do CONANDA existe consenso com
2000 relação à maior parte do conteúdo do documento, restando a necessidade de um posicionamento
2001 final do CONANDA quanto às duas questões ainda não consensuadas. São elas: - Definição de
2002 equipes mínimas do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes e; - Subsídios monetários
2003 para a família acolhedora. Essa discussão ocorrerá na reunião do CONANDA dia 14 de maio, por
2004 acaso é hoje. A Comissão de Política discutiu amplamente essas duas questões apontadas pelo
2005 CONANDA, tirando as seguintes posições: Os subsídios monetários para a família acolhedora são
2006 imprescindíveis à manutenção e ao desenvolvimento destas crianças e adolescentes nestas famílias,
2007 tendo em vista que o serviço da família acolhedora, a partir de recomendação técnica, deverá
2008 destinar recursos para custear gastos com o acolhimento da criança ou adolescente na família
2009 acolhedora, tais como material escolar, vestuário, alimentação, passe escolas, entre outros. - As
2010 equipes mínimas dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes são previstas na Norma
2011 Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, NOB/RH-
2012 SUAS, aprovado pelo CNAS na Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Essas equipes
2013 permitem a profissionalização da Política Pública da Assistência Social, principalmente quanto
2014 aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes que demandam profissionais
2015 especializados. A metodologia de análise do documento utilizado por essa Comissão foi a leitura,
2016 destaques, discussão e proposta de reordenamento do texto, terminologias utilizadas, entre outros.
2017 Encaminhamentos: - Envio de ofício ao CONANDA informando a posição no CNAS quanto á
2018 definição de equipes mínimas do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, e; -
2019 Subsídios monetários para as famílias acolhedoras, além de encaminhamento das considerações
2020 feitas ao documento pela Comissão de Política do CNAS. – Que o documento seja reordenado
2021 seguindo o formato do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, deixando no corpo
2022 do documento a orientação política quanto aos serviços de acolhimento das crianças e
2023 adolescentes, a introdução e os princípios, e colocando como anexos os itens técnicos de
2024 orientações metodológicas e os parâmetros de funcionamento dos equipamentos. Após a leitura e
2025 apreciação do documento a Comissão de Política do CNAS conclui que o conteúdo do documento
2026 atende aos objetivos propostos. Desta forma, propõe a esta Plenária a aprovação destes
2027 encaminhamentos para que o documento reordenado seja aprovado por meio de Resolução
2028 Conjunta CNAS/CONANDA, em reunião dia 18 de junho próximo. Frederico de Souza Leite,
2029 Coordenador da Comissão”. O senhor Presidente em exercício, antes de prosseguir, solicitou à
2030 Secretária Executiva o registro dos recém chegados: Conselheiro Renato Saidel, Conselheira Rose,
2031 Conselheira Renata e Conselheira Verônica. A Conselheira Marisa informou que o documento com
2032 as alterações não havia sido enviado aos Conselheiros, solicitando seu encaminhamento por via

2033 eletrônica. A Conselheira Renata informou que na Pauta aprovada da Reunião Ampliada e no relato
2034 da Comissão, a data da sessão solene de Resolução Conjunta estava, diferentes, ao que o senhor
2035 Presidente em exercício esclareceu que após consulta ao CONANDA, havia ficado marcado no dia
2036 18, com a Conselheira Renata observando que havia que corrigir a data aposta na Pauta.
2037 Prosseguindo, o senhor Presidente em exercício colocou o lembrete e a correção para depois ser
2038 publicado. A Conselheira Rosa indagou qual seria o perfil dessa família acolhedora, com o
2039 Conselheiro Frederico informando que o documento, que seria encaminhado, descrevia todos os
2040 espaços que a crianças e o adolescente com vulnerabilidade seriam acolhidos. Relatou que a
2041 Comissão do CONANDA levaria esse tema para debate ao Pleno, com o Conselheiro José Crus
2042 discorrendo sobre o perfil dessa família acolhedora. O Conselheiro Renato Saidel questionou se
2043 antes da data marcada haveria uma reunião conjunta da Comissão e do CONANDA, para
2044 finalizarem um posicionamento. O Conselheiro Frederico informou os pontos que não estavam
2045 consensuados entre as duas Comissões, acreditando que se chegaria a um entendimento e que
2046 algumas contribuições que viessem seriam mais no sentido da formatação do documento e não do
2047 conteúdo. O Conselheiro José Crus observou que o relato não traduzia para o Pleno a riqueza que
2048 havia sido o debate e a discussão do documento, com a degravação disponível para todos os
2049 Conselheiros. Que ainda não havia consenso na Comissão de Política e no CONANDA sobre duas
2050 questões, com a senhora Presidente sugerindo no dia anterior, ligar e solicitar ao Conselho Nacional
2051 que adiasse a reunião de julho. O Conselheiro José Crus observou não saber se ela havia chegado a
2052 fazer esse encaminhamento e se havia entrado em contato com o CONANDA, informando a
2053 realização de reunião das Comissões dia 16 de junho, o que era muito próximo da data marcada,
2054 mas que havia ficado essa preocupação. O Conselheiro Frederico esclareceu sobre esse contato,
2055 com a data mantida pela Comissão do CNAS para o dia 18, sendo que no dia anterior a senhora
2056 Presidente havia relatado um pouco do que havia sido tirado na Comissão e o Presidente do
2057 CONANDA achava que seria uma situação em que não se teria grandes dificuldades para ser
2058 aprovado no Pleno. O senhor Presidente em exercício informou ter escutado da senhora Presidente
2059 que entre o CONANDA e CNAS já havia um consenso sobre esse direcionamento político, fazendo
2060 outras colocações. A Conselheira Dolores solicitou à Comissão de Política que se debruçasse sobre
2061 essa situação, considerando que o abrigo era uma das mais importantes ações da Assistência Social,
2062 discorrendo sobre a questão e observando, também, o aspecto da ajuda financeira. O senhor
2063 Presidente em exercício registrou a presença dos Conselheiros Renato de Paula e Ferrari. O
2064 Conselheiro Sérgio explicou sobre a data escolhida, representativa para o CONANDA e destacou a
2065 equipe mínima com que contavam para esse trabalho, situação com a que deveria se tomar cuidado,
2066 devendo ser realizado um processo gradual. O Conselheiro José Crus informou que todos tinham
2067 conhecimento da pesquisa que o Ministério havia feito na questão dos abrigos, e que 80% das
2068 crianças que estavam em abrigo atualmente não era por ausência de vínculo familiar e comunitário,
2069 mas por pobreza, destacando o custo desse serviço. Concordando com as colocações da
2070 Conselheira Dolores, enfatizou que tinham que garantir que essa política possibilitasse o convívio
2071 familiar e comunitário dessas crianças. A Conselheira Marisa complementou a fala da Conselheira
2072 Dolores, explanando sobre as crianças, adolescentes e adultos com deficiência, inclusive as mais
2073 graves, tendo-se que se pensar muito bem como desenvolver esse tema para essa área. A
2074 Conselheira Renata ressaltou que se 80% das crianças que estavam em acolhimento era por pobreza
2075 e que o auxílio monetário não deveria ser para família acolhedora, mas para a família de origem,
2076 para essas crianças voltassem para suas famílias. O Conselheiro Charles discorrendo sobre a
2077 situação, ponderou que deveriam ser criados mecanismos dentro da Proteção Social Básica para que
2078 essas crianças pudessem ser absorvidas e envolvidas nas suas famílias e como se faria para
2079 desinstitucionalizar essa questão. O Conselheiro José Crus manifestou-se contemplado pela fala do

2080 Conselheiro Charles, informando que todas as contribuições que haviam chegado foram agregadas
2081 ao documento, chamando a atenção, também, para questões fundantes e da necessidade do serviço,
2082 de aporte de recurso, de equipe mínima de referência para o acompanhamento dessa família. A
2083 Conselheira Dolores explicou que em nenhum momento havia discordado da família acolhedora,
2084 colocando que era uma Política da Assistência Social e se tendo que ter o cuidado para que não
2085 houvesse nenhuma falha no processo, discorrendo sobre a preservação familiar. O Conselheiro José
2086 Crus discorreu sobre o modelo da Assistência Social no país, observando que o recurso deveria ser
2087 repassado para as Entidades de acordo com sua capacidade, observando sobre o não retorno da
2088 criança ao convívio familiar. A Conselheira Dolores ressaltou que não se podia generalizar essa
2089 situação. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que havia que se ter estudo para detectar esses
2090 problemas, tendo-se que ter cuidado com as afirmações sem embasamento. O senhor Presidente em
2091 exercício, destacando que essa conversa havia sido muito profícua, passou ao Conselheiro Frederico
2092 para fazer a propositura para encaminhamento, levando ao Pleno a aprovação do documento
2093 chamado “Orientações Técnicas – Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, para
2094 que se informasse sua posição ao CONANDA, com quem a Comissão de Políticas teria reunião no
2095 dia 18 de junho. O senhor Presidente em exercício submeteu à votação, sendo aprovado pela
2096 maioria dos Conselheiros presentes. Após colocações sobre esse ponto, o Conselheiro Edivaldo
2097 esclareceu não ser essa a versão final, faltando as propostas do CNAS e do CONANDA, após o quê
2098 o documento seria encaminhado aos Conselheiros, ficando registrada esse esclarecimento.
2099 Continuando, o senhor Presidente em exercício passou à Memória da Reunião Ordinária do dia 12
2100 de maio, com relato pelo Conselheiro Frederico: “*Comissão de Política. Data: 12 de maio de 2009.*
2101 *Local: CNAS. Hora: 9h às 12h. Participantes: Carlos Eduardo Ferrari; Edivaldo da Silva Ramos;*
2102 *Frederico Jorge de Souza Leite; Heloisa Helena Mesquita Maciel; João Carlos Carreira Alves;*
2103 *José Crus; Margareth Alves Dallaruvera; Samuel Rodrigues; Sérgio Wanderly Silva; e, Valdete de*
2104 *Barros Martins. Convidados: Maria José de Freitas – SNAS/MDS; Conselheira Renata Rodrigues*
2105 *Flores Alves, que até então não fazia parte da Comissão de Política e hoje faz. Apoio: Giovana*
2106 *Rocha Veloso; e, Maria Auxiliadora Pereira. 1. Informe: Reunião da Comissão Nacional*
2107 *Intersetorial de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e*
2108 *Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. A Conselheira Renata Rodrigues Alves,*
2109 *representante do CNAS na CNIPNCFC falou sobre sua participação nas duas últimas reuniões e*
2110 *trouxe para avaliação da Comissão de Política algumas proposições de encaminhamentos*
2111 *referentes ao processo de instituição e funcionamento das Comissões Municipais e Estaduais para*
2112 *acompanhamento do Plano Nacional de Convivência Familiar, que está na mão aqui do*
2113 *Conselheiro. Considerando que o CNAS enviou em novembro de 2008 ofício aos Conselhos de*
2114 *Assistência Social com os parâmetros de orientações gerais para a criação e funcionamento das*
2115 *referidas Comissões propostas pelo CNIPNCFC e trazendo a importância do engajamento dos*
2116 *Conselhos de Assistência Social no processo de constituição dessas Comissões Intersetoriais, além*
2117 *de disponibilizar no site do CNAS esse material orientador. A Comissão de política propôs os*
2118 *seguintes encaminhamentos: - Envio de ofício aos Conselhos de Assistência Social para verificar*
2119 *quais municípios e estados já têm suas Comissões constituídas e em funcionamento. Apreciação*
2120 *pela Comissão de Política na reunião de junho da minuta de resolução conjunta CNAS/CONANDA*
2121 *sobre os parâmetros para constituição e funcionamento das Comissões Estaduais e Municipais a*
2122 *serem trazidas pela Conselheira Renata. - Proposta de que essa Resolução Conjunta seja aprovada*
2123 *em agosto de 2009 em uma reunião conjunta do CNAS e do CONANDA. Foi discutida também a*
2124 *importância de que o representante do CNAS na Comissão Nacional Intersetorial de*
2125 *Acompanhamento do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária seja integrante da*
2126 *Comissão de Política. A Comissão propôs que fosse levada à consideração da Presidência*

2127 *Ampliada a proposta de remanejamento que o Conselheiro Carlos Ferrari, hoje na Comissão de*
2128 *Política para a Comissão de Normas e da Conselheira Renata Rodrigues Flores Alves da Comissão*
2129 *de Normas para a de Política, com o consenso entre os dois Conselheiros. 2. Benefícios eventuais.*
2130 *Considerando que a regulamentação dos Benefícios Eventuais caminha lentamente e que os*
2131 *municípios têm tido muitas dúvidas e demonstrado dificuldade no entendimento de vulnerabilidade*
2132 *social e calamidade pública, a Comissão de Política pautou essa discussão com vistas a propor*
2133 *iniciativas que contribuam para esclarecer municípios quanto à regulamentação desses benefícios.*
2134 *A última discussão dos Benefícios Eventuais realizada na Comissão de Política do CNAS foi em*
2135 *fevereiro de 2008, à época a Plenária do CNAS aprovou o envio de ofício aos Conselhos de*
2136 *Assistência Social solicitando informações sobre o que foi realizado por eles para regulamentação*
2137 *dos Benefícios Eventuais, a partir da publicação da Resolução CNAS nº 212, de 19 de outubro de*
2138 *2006. E propôs critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais*
2139 *no âmbito da Política de Assistência Social. E o Decreto nº 6317, de 14 de dezembro de 2007, que*
2140 *regulamenta os mesmos. Dos 34 municípios que responderam, 25 regulamentaram os Benefícios*
2141 *Eventuais após a publicação da Resolução CNAS nº 212/06. Constatou-se com este levantamento*
2142 *que em muitas regulamentações são incluídos benefícios de outras política públicas,*
2143 *principalmente da área de saúde, e que a maioria das regulamentações se efetiva o co-*
2144 *financiamento do Benefício Eventual pelo município e pelo estado. A Comissão contou com a*
2145 *participação da Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da SNAS, Maria José de*
2146 *Freitas, que fez um relato sobre os marcos legais e aspectos de gestão da regulamentação dos*
2147 *Benefícios Eventuais. Esses benefícios estão previstos no Art. 22 da Lei nº 7842/93, LOAS. Trata-se*
2148 *de Benefícios Eventuais para natalidade e morte e também para nos casos de calamidade pública e*
2149 *necessidade temporária de idosos e gestantes. O financiamento deste benefício é de*
2150 *responsabilidade dos municípios e o co-financiamento dos estados. Em 2005 a SNAS desenvolveu*
2151 *pesquisa acerca dos Benefícios Eventuais com os municípios e estados, identificando que a oferta*
2152 *desses benefícios se dava na área da saúde e da educação, em sua maioria, e sua concessão*
2153 *acontecia de forma dispersa sem regulamentação expressiva. Essa pesquisa subsidiou a elaboração*
2154 *da Resolução CNAS nº 212/06, que estabeleceu critérios orientadores para municípios e estados,*
2155 *indicando a realização de estudo das necessidades dos Benefícios Eventuais para o estado definir*
2156 *seu co-financiamento e definição do prazo para regulamentação. O Decreto nº 6317/2007, por sua*
2157 *vez, indica as situações em que cabiam o auxílio natalidade, assim como auxílio funeral, trazendo*
2158 *também o conceito de vulnerabilidade temporária e de situações de calamidade. A Diretora Maria*
2159 *José apontou que a provisão dos Benefícios Eventuais não deve se confundir com atendimento*
2160 *nacional de calamidades públicas e outros entendimentos. Enfatizou a necessidade da concessão*
2161 *desses benefícios se dar de forma orgânica dentro da Política de Assistência Social,*
2162 *caracterizando-se como direito do usuário e dever do estado, promovendo atendimento com*
2163 *qualidade. Informou que nos contatos com municípios e estados se verificaram avanços com o*
2164 *município absorvendo o que foi proposto nos critérios orientadores para regulamentação dos*
2165 *benefícios. Por outro, destaca-se que a delimitação do campo da assistência social em relação aos*
2166 *benefícios eventuais carece de maior entendimento. Foi informado que a SNAS não realizou, após a*
2167 *publicação do Decreto, levantamentos junto aos municípios para verificação do processo de*
2168 *regulamentação dos benefícios eventuais e que a SNAS já tem uma minuta de cartilha sobre os*
2169 *Benefícios que necessitam ser detalhados. Por fim, respondendo à consulta da Conselheira*
2170 *Margareth quanto ao concurso público realizado pelo Ministério da Previdência Social, Maria*
2171 *José Informou que o concurso do INSS para contratação de assistentes sociais foi considerado*
2172 *válido e que os aprovados brevemente estarão sendo chamados para provimento dos cargos. Em*
2173 *seguida, a Comissão de Política fez ampla discussão sobre a prática de concessão deste Benefício e*

2174 *propôs os seguintes encaminhamentos: - Que a SNAS inclua na cartilha de orientação sobre os*
2175 *Benefícios Eventuais, definições do passo-a-passo da regulamentação, considerando que esse*
2176 *benefício passa pelo orçamento e pelo controle social. - Reforçar nessa cartilha o que é Benefício*
2177 *Eventual da área da assistência social e, principalmente o que não é Benefício Eventual. - Incluir*
2178 *exemplos, sempre que possível, tendo cuidado para não exaustivo, e tampouco engessar as*
2179 *possibilidade de ação. - Que essa cartilha ou outro instrumento pertinente traga orientações claras*
2180 *para os municípios, considerando os seguintes pontos levantados pela Comissão de Política:*
2181 *solicitar à Consultoria Jurídica do MDS esclarecimentos sobre a forma de regulamentação desse*
2182 *benefício, se por resolução no Conselho ou se por lei municipal, considerando que alguns*
2183 *Tribunais de Contas de Estado têm orientado municípios de forma diversa ora confirmando que é*
2184 *suficiente a Resolução do Conselho, ora que é necessária a lei municipal para sua regulamentação.*
2185 *- Definição mais clara sobre calamidade pública e vulnerabilidade social, por exemplo, aluguel*
2186 *social. - Esclarecer a questão das passagens concedidas com Benefício Eventual. - Realização pela*
2187 *SNAS de pesquisa a ser disponibilizada no site do CNAS sobre os Benefícios Eventuais, contando*
2188 *com o apoio do CONGEMAS e FONSAS na divulgação junto aos gestores e Comissões*
2189 *Intergestoras de Assistência Social. - A SNAS verificará junto à Coordenação Geral de Informática*
2190 *do MDS a possibilidade de criação de um aplicativo simples para a coleta de informações. A SNAS*
2191 *trará a proposta da cartilha para consideração da Comissão de Política na reunião de junho ou*
2192 *julho próximo, além do retorno quanto à possibilidade de criação do aplicativo. 3. Assinaturas de*
2193 *apoio ao PL 3077 – PL SUAS. Até o presente momento o CNAS coletou 1848 assinaturas de apoio*
2194 *ao PL SUAS, sendo que 249 foram recebidas pelo site do CNAS e 1599 recebidas via Correios ou*
2195 *correspondência eletrônica. Encaminhamento: - Enviar ofício aos Conselhos Setoriais ou de*
2196 *Defesa de Direitos solicitando apoio ao PL SUAS. Ao considerar a possibilidade de o PL ser*
2197 *incluído na pauta da Câmara dos Deputados na próxima semana, a Comissão de Política propôs o*
2198 *seguinte encaminhamento: - Articular a ida de uma representação do CNAS à Câmara dos*
2199 *Deputados dia 14 de maio, para solicitar agilização na aprovação do PL SUAS, junto à Comissão*
2200 *de Seguridade Social e Família, às lideranças partidárias e outros deputados. Isto não cabe mais.*
2201 *4. A recomposição dos recursos da assistência social. Considerando os cortes e contingenciamento*
2202 *nos programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social, a Comissão de Política*
2203 *propõe o seguinte encaminhamento: - Aprovação nesta Plenária de um manifesto pela imediata*
2204 *recomposição dos recursos da assistência social. Sugere a formação de um grupo para redação de*
2205 *um documento e posterior apresentação à Plenária. O Conselheiro José Crus se colocou à*
2206 *disposição para ajudar na redação do documento. 5. Habilitação e reabilitação da pessoa com*
2207 *deficiência. Os Conselheiros Carlos Ferrari e Edivaldo Ramos relataram a participação na oficina*
2208 *de cooperação Brasil-Espanha, que tratou de política para o idoso e para a pessoa com*
2209 *deficiência. Demonstraram preocupação quanto ao rumo das discussões, que não dão conta dos*
2210 *desafios que a Política de Assistência Social precisa pautar, considerando que o conceito de*
2211 *proteção social garante os direitos dessas pessoas, mas não abrange a questão de habilitação e de*
2212 *reabilitação. Encaminhamento: - Instituir um Grupo de Trabalho para discutir o tema Habilitação*
2213 *e Reabilitação das pessoas com deficiência na perspectiva do SUAS, inciso IV do Art. 2º da LOAS.*
2214 *6. Correspondência eletrônica recebida pela Conselheira Heloísa Mesquita. A Conselheira*
2215 *informou sobre o recebimento de uma correspondência eletrônica que trata da regulamentação da*
2216 *profissão de agente social e traz uma colocação equivocada de que a criação dessa categoria*
2217 *profissional poderia resolver o problema da representação dos usuários nos Conselhos, pois o*
2218 *agente seria um elemento entre a assistência social e a população, posição que não se encontra*
2219 *respaldada na NOB-RH/SUAS. A correspondência eletrônica menciona um artigo do MTE que*
2220 *informa que esta proposta estaria sendo levada para as Conferências. Encaminhamento: - A*

2221 *Comissão propõe encaminhamento do assunto para consideração da Comissão Organizadora da*
2222 *Conferência. 7. A proposta de agenda de discussão no âmbito da Comissão de Política. A*
2223 *Comissão propõe a seguinte agenda para as próximas reuniões da Comissão de Política: Junho de*
2224 *2009. - Apreciação da minuta de Resolução Conjunta CNAS/CONANDA para aprovação do*
2225 *documento do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 18 de junho. - Apresentação*
2226 *pela SNAS do censo dos CRAS e dos CREAS. - Apreciação da minuta de Resolução Conjunta*
2227 *CNAS/CONANDA sobre os parâmetros para constituição e funcionamento das Comissões*
2228 *Estaduais e Municipais a serem trazidos pela Conselheira Renata. Julho de 2009. - Apreciação da*
2229 *proposta de cartilha e do formulário de pesquisa sobre Benefício Eventual. -Informe do*
2230 *Departamento de Gestão do SUAS sobre encaminhamentos referentes à capacitação e à gestão do*
2231 *SUAS. 8. Propostas de pontos de pauta para a Plenária do CNAS. - O papel das entidades sócio-*
2232 *assistenciais e sua vinculação ao SUAS. Promover no âmbito do CNAS debate sobre associações*
2233 *de profissionais das equipes multidisciplinares visando avaliar o perfil dos profissionais que atuam*
2234 *nos equipamentos de assistência social. Avaliar a grade curricular desses profissionais para sua*
2235 *adequação à necessidade do SUAS. 9. Informes gerais. Correspondências recebidas na*
2236 *Coordenação de Política do CNAS: Ofício do CONADE louvando a medida de apoio do CNAS à*
2237 *realização do Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*
2238 *que, manifestando interesse do CONADE nesse programa, dada a necessidade de serem levantados*
2239 *dados estatísticos a respeito dos vários aspectos que envolvem as crianças e adolescentes*
2240 *brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, de forma que solicitou à SNAS a avaliação das*
2241 *possíveis ações que podem se realizar no âmbito do CONADE, visando ampliara cada vez mais o*
2242 *leque de segmentos alcançados pela campanha da acessibilidade. Ofício da Federação Nacional*
2243 *das APAEs anunciando os desafios da nova gestão 2009-2011, desafio de fortalecer os cinco*
2244 *programas estruturantes da Rede Apaeana e torná-los cada vez mais viáveis e efetivos. UNIAPAE,*
2245 *Universidade Corporativa APAE em Rede – Política de Acompanhamento e Monitoramento das*
2246 *APAEs, Sala de Soluções e Sustentabilidade Institucional. Foi encaminhado o tema o ano de 2009*
2247 *“Quebre a resistência e tome uma atitude: construa acessibilidade para a pessoa com deficiência*
2248 *intelectual”*. O senhor Presidente em exercício passou a relatar os itens constantes da Memória, com
2249 o encaminhamento central da página: “A Comissão propõe que fosse levada à consideração da
2250 Presidência, proposta do remanejamento do Carlos Ferrari e da Conselheira Renata.”, com o
2251 Conselheiro Ferrari informando que se fosse aprovado, agendaria com a Conselheira Edna,
2252 Coordenadora da Comissão, para se apropriar, de maneira mais aprofundada, dos desafios que
2253 teriam pela frente. Prosseguindo, o senhor Presidente em exercício continuou com o relato, com o
2254 Conselheiro Clodoaldo referindo-se ao item dois, sugerindo a realização, pelo CNAS e pela SNAS,
2255 de uma pesquisa via internet e que fosse considerado, além de CONGEMAS e FONSEAS, o
2256 FONACEAS, que reunia os Conselhos Estaduais. O senhor Presidente em exercício passou para o
2257 item três, assinaturas de apoio ao PL 3077, sendo dois encaminhamentos, com o primeiro, enviar
2258 ofício sendo aprovado pela Plenária. Com relação ao item b, como havia sido dito no dia anterior,
2259 cabia uma observação e não modificar o relato. No item quatro, recomposição dos recursos da
2260 Assistência Social, a Conselheira Verônica se referiu ao encaminhamento de manifesto pela
2261 imediata recomposição dos recursos da Assistência Social, observando que o Ministério do
2262 Planejamento e Orçamento já havia autorizado a recomposição dos orçamentos do PLOA, ficando
2263 prejudicada essa manifestação. Prosseguindo, o Presidente em exercício citou o item cinco, sobre
2264 habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, com o encaminhamento para instituir um
2265 Grupo de Trabalho para discutir o tema. O Conselheiro Ferrari defendeu essa colocação, ratificando
2266 a importância desse GT, devendo se chamar para sua composição, ademais dos Conselheiros, o
2267 segmento de pessoas com deficiência e o CONADE. O senhor Presidente em exercício destacou

2268 essa proposta, solicitando aos Conselheiros Ferrari e Edivaldo que apresentassem uma minuta de
2269 Resolução. O Conselheiro José Crus informou que na discussão na Comissão, a idéia era trazer para
2270 o Plenário essa discussão como ponto de pauta e chamar alguns convidados, observando não saber
2271 se era uma Resolução para instituir esse Grupo ou não, mas era para organizar esse debate para o
2272 Pleno. Após colocações, o Conselheiro Ferrari ponderou ser importante ter esse espaço formal de
2273 um Grupo de Trabalho até para que se chegar à Plenária com um produto maduro, para ser discutido
2274 inclusive com convidados. O Conselheiro José Crus observou que se o Conselheiro Ferrari
2275 encontrava importante oficializar a criação de um Grupo de Trabalho com esse objetivo, retirava
2276 sua sugestão. O Conselheiro Edivaldo ressaltou que o objetivo maior era ter um GT com a
2277 incumbência de proceder a um estudo sobre a atuação da Assistência Social para esse segmento até
2278 o momento e incluir o que ela deveria fazer. Após discussões, o GT foi aprovado com os
2279 Conselheiros Heloísa, José Crus, Edivaldo, Marisa, Carlos, Dolores, Sérgio, como suplente Marisa
2280 e apoio da Sra. Dorinha, reunindo-se a partir da publicação de sua Resolução. Passando ao item
2281 seis, correspondência eletrônica recebida pela Conselheira Heloísa Mesquita, a Comissão propôs o
2282 encaminhamento do assunto para a consideração da Comissão Organizadora. A Conselheira
2283 Margareth discorreu sobre a gravidade dessa situação, com o MDS devendo ficar preocupado com
2284 esse novo cargo que havia surgido, tratando-se de assunto que requeria atenção, não do Colegiado, e
2285 sim da Comissão Organizadora e do próprio MDS. O Conselheiro Renato de Paula manifestou-se
2286 sobre a situação, sugerindo que se mantivesse o encaminhamento da Comissão Organizadora, mas
2287 que a Comissão de Conselhos se debruçasse sobre isso para que saísse uma orientação aos
2288 Conselhos, notificando-se o Executivo, conforme proposto pela Conselheira Margaret. A
2289 Conselheira Heloísa informou haver encaminhado *e-mail* para a senhora Presidente que havia
2290 ficado surpresa, informando sobre a descrição desse cargo no MTE, e observando que esses agentes
2291 poderiam ser os interlocutores dos Usuários junto aos Assistentes Sociais da prefeitura, aos gerentes
2292 de CRAS, que também despertariam a sua importância no Controle Social e demais ações. A
2293 Conselheira Heloísa relatou o depoimento dos agentes comunitários sociais sobre a atuação desses
2294 agentes na comunidade, com o Conselheiro Renato Saidel indagando quanto ganhava um agente em
2295 BH. Prosseguindo, manifestou que se percebia que era um movimento, devendo haver um olhar um
2296 pouco mais cuidadoso e se tomar um posicionamento para que o Conselho tivesse uma só fala sobre
2297 essa questão. O Conselheiro Charles ressaltou que a situação era grave, com a discussão sendo mais
2298 profunda, propondo chegar a uma discussão no MDS para levar essa discussão ao próprio
2299 Ministério do Trabalho, para ter campos definidos dentro da CBO do MTE no que se referia à
2300 Política de Assistência Social. O Conselheiro Edivaldo cumprimentou o Conselheiro Charles pela
2301 idéia, com o enfrentamento tendo que partir pela CBO, tendo discutido no dia anterior na Comissão
2302 que havia que ter uma reflexão sobre que medidas tomar, mas não sinalizando para os agentes que
2303 haviam levantado essa preocupação. O Conselheiro Clodoaldo reforçou as falas anteriores,
2304 mostrando que mais do que nunca era importante o tema de análise de conjuntura, assunto sobre o
2305 qual o CNAS deveria se debruçar. Prosseguindo, discorreu sobre essa profissão que vinha ocupar
2306 um vazio deixado por profissionais de nível superior, sendo necessário convidar as lideranças desse
2307 segmento para um debate, para ter claro a competência e o que, de fato, desenvolviam. Que tinha
2308 razão o Conselheiro Edivaldo quando falava sobre a CBO, sobre a clareza dessa questão dentro de
2309 análise e conjuntura, para poder ser enfrentada. O senhor Presidente em exercício destacou a
2310 necessidade de fazer os encaminhamentos sobre o ponto, passando a palavra para a Conselheira
2311 Rosa. A Conselheira destacou que deveria haver um encaminhamento para os respectivos
2312 Conselhos, dando um retorno ao CNAS. O Conselheiro Renato de Paula informou ter sido bastante
2313 contemplado nas falas dos Conselheiros Charles e Edivaldo e nas demais colocações, propondo que
2314 esse assunto fosse aprofundado e encaminhado para uma Comissão, para trazer ao Pleno o que de

2315 fato estaria acontecendo. O Conselheiro Geraldo observou conhecer a situação, se comprometendo
2316 a apurar e trazer para a Comissão e se quisessem também poderia trazer em Plenária. O Conselheiro
2317 Frederico ponderou que havia que ter atenção nesse indicativo que a Conselheira havia trazido. Que
2318 antes de trazer a pessoa que havia enviado o *e-mail* ou a categoria, era necessário estar atentos para
2319 trazer as categorias que faziam parte da Assistência e que tinham uma condição de trabalho muito
2320 precarizada. Que era preciso garantir os que já estavam dentro da NOB-RH, pois fortalecendo não
2321 se sentiriam tão ameaçados quanto à estrutura da Política. Manifestou sua tristeza por um *e-mail* no
2322 informe da Comissão tem esse impacto, tendo que estar atentos à constituição da Mesa Nacional de
2323 Negociação no SUAS, trazendo esse assunto com urgência. O senhor Presidente em exercício
2324 informou que: primeiro, a Comissão propunha o encaminhamento do assunto para a consideração
2325 da Comissão Organizadora; segundo, encaminhar essa informação para o MDS para o
2326 conhecimento e repasse ao Ministério do Trabalho para definição do cargo, no Código Brasileiro de
2327 Ocupação de Assistência Social, ao Plano de Cargos e Salários; terceiro, encaminhar para a
2328 Comissão de Conselhos para se aprofundar e emitir relatório. Que o Conselheiro Geraldo se
2329 propunha a apurar a situação e trazer informações para a Comissão. O Conselheiro informou que na
2330 primeira proposta, não era para definição do cargo no Código Brasileiro de Assistência Social, mas
2331 para reordenamento dos cargos e funções existentes no Código, atualizando para a NOB-SUAS-RH.
2332 O Conselheiro Frederico complementou que seria interessante acrescentar o Conselho Federal de
2333 Psicologia, ao que a Conselheira Margareth sugeriu que se acrescentasse “*solicitar ao MDS, que*
2334 *solicite entidades sindicais e associações profissionais*”, todos relacionados à Política de
2335 Assistência Social. Continuando com a Pauta, o senhor Presidente em exercício referiu-se ao item
2336 sétimo, proposta de agenda de discussão no âmbito da Comissão de Política. Sugeriu que, como o
2337 Censo CRAS e CREAS, era muito interessante, que se pudesse, além da Comissão, que a Plenária
2338 tivesse o privilégio de poder ouvir e se inteirar desse Censo. O Conselheiro José Crus
2339 cumprimentou o senhor Presidente em exercício pelo encaminhamento, informando ter pautado na
2340 Comissão para que conhecesse o trabalho que atualmente estava sendo desenvolvido pelo MDS e
2341 pela Secretaria, em conjunto com a Secretaria de Avaliação e de Gestão da Informação,
2342 encontrando pertinente sua apresentação à Plenária, entendimento também manifestado pelo
2343 Conselheiro Frederico. A Conselheira Marisa informou que os Conselheiros participariam de
2344 algumas Conferências Municipais e Estaduais, sugerindo que nessa oportunidade se pautasse visita
2345 aos CRAS e CREAS daquele município, discorrendo sobre a situação que havia vivenciado. O
2346 Conselheiro José Crus referiu-se a essa situação, informando que o município já havia sido
2347 notificado, tendo uma Comissão de acompanhamento das ações da proteção social básica que
2348 fariam uma visita ao município para identificar essa situação. O Conselheiro Edivaldo relatou uma
2349 situação semelhante, comunicada ao MDS por um servidor e que, por falta de informação, havia
2350 preferido não registrar pessoalmente no Conselho. O Conselheiro Renato Saidel referiu-se a
2351 situações detectadas pela representante do MDS, Vitória, que iria relatar a situação ao Ministério,
2352 solicitando que o MDS encaminhasse ao Conselho esse relatório, tanto com relação aos problemas
2353 do Conselho Estadual desse Estado como dos Conselhos Municipais, para que o CNAS pudesse
2354 avaliar essa questão e ver se havia necessidade de se tomar alguma medida. O Conselheiro Renato
2355 de Paula encontrou pertinentes as observações da Conselheira Marisa, tendo que se construir essa
2356 ida, encontrando interessante o encaminhamento, mas que não deveria ser uma regra geral que
2357 todos os Conselheiros que fossem às Conferências Municipais e Estaduais tivessem que fazer essa
2358 visita. Que no possível se deveria construir isso junto aos Conselhos, principalmente Conselho
2359 Municipal e Estadual, deixando claro que o objetivo da visita era fortalecer o Conselho local. O
2360 Conselheiro José Crus observou ter sido contemplado pela fala do Conselheiro Renato de Paula,
2361 dizendo que essa era uma função pública, que muitas vezes se tomava conhecimento de certas

2362 situações que não davam para registrar, mas que era importante esse registro para o Ministério estar
2363 atento a essas notificações e tomar as providências necessárias. A Conselheira Edna manifestou que
2364 em muitas situações não dava para fazer esse procedimento, o qual devia ser construído, com essa
2365 atribuição tendo que ser rotina para o Conselho Municipal. Que a meta era que o Conselho
2366 Municipal executasse as suas atribuições, não só os CRAS e os CREAS, mas também as Entidades
2367 que prestavam atendimento tinham que ser visitadas e acompanhadas por esse Conselho. O senhor
2368 Presidente em exercício destacou que como sugestão desta discussão, a proposta era que na Pauta
2369 da reunião do dia 17 de junho, se incluiria, na abertura dos trabalhos, das 14h às 15h se discutiria
2370 esse assunto, em seguida, o Relato do Grupo de Discussão sobre o Tratamento de Denúncias.
2371 Propôs, também, para aprovação da Plenária, a inclusão da socialização do resultado do Censo
2372 CRAS e CREAS, porposta que foi aprovada. Com relação ao nº 8, proposta de pontos de Pauta para
2373 a Plenária do CNAS, sendo agendada a questão do vínculo SUAS e promover no âmbito o debate
2374 com as associações profissionais das equipes multidisciplinares que deveria ser agendada e
2375 esmiuçada essa proposta, com os Conselheiros manifestando estar de acordo. O Conselheiro Renato
2376 de Paula passou a informar que com relação ao ponto que a Comissão havia trazido, de pensar a
2377 formação, informou que havia uma perspectiva da SNA fazer um levantamento a respeito desses
2378 perfis e de como a Assistência Social estava sendo tratada na formação dos vários profissionais que
2379 atuavam. Concluindo, informou que oportunamente a Secretaria viria a esse Conselho para informar
2380 sobre o andamento e os resultados, com o senhor Presidente em exercício encontrando ser um bom
2381 motivo para se começar essa discussão. Continuando, passou aos **Informes Gerais**, com dois
2382 informes comunicando correspondência recebida pelo CNAS, CONADE e das APAEs, sendo
2383 aprovada essa Memória. O Conselheiro José Crus comunicou que se ausentaria dentro de vinte
2384 minutos para participar do II Simpósio Mineiro dos Assistentes Social, em Minas Gerais, com 1800
2385 Assistentes Sociais reunidos nesse Simpósio e, como Assistente Social e do estado de Minas Gerais,
2386 não poderia deixar de participar. Prosseguindo, o senhor Presidente em exercício informou a
2387 oficialização, através de uma minuta, de uma Resolução que a senhora Presidente deveria
2388 encaminhar para a criação de Subcomissões dentro da Comissão Organizadora, ou a partir da
2389 Comissão Organizadora da VII Conferência: Subcomissão Programática: com os Membros,
2390 Conselheiros Valdete, Pessinatti, Renato Francisco, Charles, Heloísa, Clodoaldo, Edivaldo e Carlos
2391 Eduardo Ferrari; Subcomissão de Comunicação: com os Conselheiros Carlos Ferrari, José Crus,
2392 Heloísa Mesquita e Maria Dolores; Subcomissão de Infraestrutura: Conselheiros Valdete e
2393 Pessinatti; Subcomissão de Articulação do Protagonismo do Usuário da Rede Social: Conselheiros
2394 Heloísa Mesquita, Renato de Paula, Samuel e Carlos Ferrari; Subcomissão de Acessibilidade:
2395 Cconselheiros Carlos Ferrari, Edivaldo Ramos, Clodoaldo Leite, Maria Dolores e João Carlos
2396 Alves; Subcomissão de Acessibilidade, que já havia oferecido um produto concreto e que já havia
2397 sido socializado. O senhor Presidente em exercício passou à aprovação oficial dessa minuta, que
2398 deveria ser publicada, sendo aprovada pelos Conselheiros. Informou haver um convite formulado
2399 pela Organização Nacional de Cegos do Brasil, que havia chegado após o encerramento da reunião
2400 da Presidência Ampliada, a quem caberia dar esse encaminhamento e que estava sendo apresentado
2401 à Plenária. Informou que o Ofício 37/2009, enviado à senhora Presidente, com a Organização
2402 Nacional de Cegos do Brasil convidando para um curso de atualização de dirigentes de Entidades
2403 de e para cegos, para 40 participantes, cujo objetivo tinha, entre outros propósitos, promover
2404 competências para o exercício efetivo do Protagonismo das Organizações de Usuários e prestadoras
2405 de serviços a pessoas com deficiência visual. Constava da programação uma mesa redonda com o
2406 título “*Conselhos de Políticas Públicas*” no dia 29 de maio, das 8h30 às 12h, convidando o
2407 Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, militante do Movimento das Pessoas, e o Conselheiro com
2408 maior tempo de atuação no CNAS. Indagou da Plenária sua aprovação, decisão acatada pelos

2409 Conselheiros presentes. Na sequência passou à leitura da carta dos Conselheiros do CNAS
2410 parabenizando os Assistentes Sociais, com o Conselheiro Renato de Paula: “*Dia 15 de maio, dia do*
2411 *Assistente Social, profissão instituída há mais de setenta anos no Brasil, hoje com mais de 85 mil*
2412 *profissionais que atuam em diversas áreas das políticas públicas e privadas. Os profissionais de*
2413 *Serviço Social enfrentam complexos desafios nos processos de trabalho que desenvolvem, pois sua*
2414 *atuação encontra-se, na maioria das vezes, voltada para o enfrentamento da questão social, que*
2415 *expressa as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais de uma dada conjuntura. No*
2416 *contexto da sociedade capitalista, no caso do Brasil e da grande maioria dos países, a “questão*
2417 *social” se expressa pelas metamorfoses no mundo do trabalho e pela alteração do papel do Estado,*
2418 *o que vem se caracterizando pelo cenário neoliberal, impondo o acesso residual às políticas sociais*
2419 *e, conseqüentemente, aos direitos sociais. Para acompanhar as transformações ocorridas nos*
2420 *últimos cinqüenta anos, o Serviço Social também passou por momentos de rupturas. A adoção de*
2421 *princípios democráticos e de posicionamentos em defesa da liberdade, da democracia e da justiça*
2422 *social têm motivado seu protagonismo e orientado a atuação dos assistentes sociais nos mais*
2423 *diversos campos que demandam os serviços da profissão. O assistente social tem uma contribuição*
2424 *efetiva na viabilização de direitos, na socialização de informações que possam ampliar a*
2425 *participação dos usuários dos serviços sociais no acesso às políticas públicas, como também, na*
2426 *difusão de uma cultura pública democrática, fundamental para alargar a esfera pública e*
2427 *democratizar o Estado. O Assistente Social pode transformar os seus espaços de trabalho em*
2428 *multiplicadores de experiências de exercício democrático nas relações sociais cotidianas. O*
2429 *desafio é não perder de vista a dimensão ética e política que tem sido protagonizada pelas*
2430 *deliberações coletivas. Ao saudar os Assistentes Sociais, aproveitamos para nos colocar juntos, na*
2431 *defesa dos direitos humanos e sociais e pela valorização da profissão.* Brasília, 14 de maio de 2009.
2432 *Colegiado do CNAS.”* O senhor Presidente em exercício indagou sobre o encaminhamento, com o
2433 Conselheiro José Crus sugerindo o *site* do CNAS e também solicitar à Assessoria de Comunicação
2434 um Boletim do CNAS cumprimentando os Assistentes Sociais que integravam as equipes do MDS.
2435 O Conselheiro Edivaldo sugeriu que o Conselheiro José Crus, que estaria presente no Fórum
2436 Mineiro dos Assistentes Sociais, levasse essa mensagem, aproveitando a oportunidade da presença
2437 de mais de 1800 Assistentes Sociais. O senhor Presidente em exercício indagou se esse ponto estava
2438 aprovado, com o consenso de todos. Continuando, convidou a Conselheira Edna para o Informe da
2439 Câmara nº 02, que relatou que no dia anterior, durante o julgamento da Câmara nº 2, houveram
2440 algumas constatações e alguns encaminhamentos, que seriam tratados no dia seguinte na Comissão
2441 de Normas. O senhor Presidente em exercício passou para o último assunto, relatando que no
2442 período da manhã havia sido levantada a possibilidade de se ter, além do nome indicado pela
2443 Comissão, o nome do Conselheiro Renato Saidel no lugar do Conselheiro Pessinatti, sugerindo ficar
2444 como substituto. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente em
2445 exercício agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os
2446 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a
2447 fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de 2009.